

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

DAYENY KARYNE CORDEIRO SABINO BRAGA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE
DO TRABALHADOR: OS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES**

VITÓRIA

2015

DAYENY KARYNE CORDEIRO SABINO BRAGA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE
DO TRABALHADOR: OS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social, na área de concentração Política Social, Estado e Sociedade.

Orientadora: Profª Drª Maria Madalena do Nascimento Sartim.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Braga, Dayeny Karyne Cordeiro Sabino, 1990-

B813p Precarização do trabalho e seus impactos na saúde do
trabalhador : os professores substitutos da UFES / Dayeny
Karyne Cordeiro Sabino Braga. – 2015.

181 f. : il.

Orientador: Maria Madalena do Nascimento Sartim.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Saúde e trabalho. 2. Trabalho - Aspectos da saúde. 3.
Saúde do trabalhador. 4. Professores universitários - Aspectos da
saúde. 5. Professores universitários - Stress ocupacional. I.
Sartim, Maria Madalena do Nascimento. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
III. Título.

CDU: 32

DAYENY KARYNE CORDEIRO SABINO BRAGA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DO
TRABALHADOR: OS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social na área de concentração Política Social, Estado e Sociedade.

Aprovada em 24 de agosto de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Madalena do Nascimento Sartim
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Livia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o. Dr^o. Luiz Henrique Borges
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória

Aos professores substitutos da Ufes e das IFES de todo o Brasil.

Ao Jefferson, amado companheiro dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar minha gratidão a Deus, quem em primeiro lugar me acompanhou nessa jornada de aprendizado e crescimento. Com você sei que posso ir mais longe.

Também sou grata pela sabedoria da minha orientadora, Professora Maria Madalena do Nascimento Sartim, que com sua experiência e paciência me ajudou a descobrir onde eu queria chegar com este trabalho e foi incansável no auxílio à construção desse conhecimento.

Agradeço aos professores do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes que muito me ensinaram nesses dois anos. As disciplinas cursadas foram de grande valia ao amadurecimento desta dissertação. O acolhimento na Ufes me proporcionou espaço para refletir, debater e construir mais esta etapa da vida acadêmica.

Tenho sincera gratidão à amiga Talita Prada, companheira dessa jornada, que com sua receptividade e atenção fez do mestrado um caminho menos solitário e mais leve. Obrigada pela disponibilidade, você não perde uma oportunidade de ajudar!

Sou grata aos professores substitutos da Ufes que embarcaram nessa pesquisa, relatando o conhecimento que somente eles possuem sobre seu trabalho, compartilhando a arte do seu lecionar, o cotidiano deste trabalho, bem como suas contradições, satisfações e desafios. Sem a participação de vocês este trabalho seria impossível. Muito obrigada!

Agradeço à minha família pelo apoio, compreensão e incentivo. Ao Jefferson, meu marido, pelo compartilhar de cada instante ao longo desse caminho. À minha avó, Ambrozina, por acreditar tanto em mim. Às minhas mães Raquel e Vera, e ao meu pai, Ullisses, pelo apoio e incentivo. À minha irmã, Luciana, com quem partilho tantas afinidades, inclusive as acadêmicas, e me orgulho de podermos escrever juntas.

Agradeço a todos que, de alguma forma, manifestaram seu apoio nessa etapa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as formas precárias de trabalho dos professores substitutos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) entre os anos 2013 e 2014, e seus impactos na saúde dos mesmos, na forma de sofrimento psíquico e adoecimento. O estudo bibliográfico se deu por meio de produções científicas que se aproximam do objeto desta pesquisa, tendo como principais referências os estudos realizados nas áreas da Sociologia do Trabalho, Serviço Social e da Saúde do Trabalhador. Trata-se de uma revisão de literatura de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, afetos à temática do trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), da precarização do trabalho, da flexibilização dos direitos trabalhistas, da saúde do trabalhador com ênfase no sofrimento psíquico/adoecimento laboral e na intensificação do trabalho. A pesquisa documental se deu por meio do estudo da legislação que regulamenta o trabalho dos professores substitutos nas IFES. A pesquisa exploratória teve abordagem mista e foi realizada na Ufes. O questionário foi a técnica utilizada, cuja aplicação teve por objetivo saber dos trabalhadores a respeito de seu trabalho, suas impressões acerca da precarização refletida nos seus contratos de trabalho, jornadas, salários, no conteúdo do seu fazer profissional, nas relações sociais nas quais se inscrevem e os reflexos disso na sua saúde. Os resultados apontaram que os professores substitutos incorporam o precariado atual, que a precarização do trabalho deles implica na sua intensificação, principalmente pelo alto nível de esforço, dedicação e responsabilidade que a atividade de ensino requer, o que traz sobrecarga de trabalho e cansaço permanente. A intensificação também se manifesta pela redução do tempo de vida ao tempo de trabalho. As conclusões indicam que o sofrimento psíquico é mais frequente entre os professores substitutos do que o adoecimento. O constrangimento do tempo, a intensificação do trabalho e a solidão no trabalho são as principais causas deste sofrimento que individualiza estes trabalhadores.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Professores substitutos. Universidade Federal do Espírito Santo. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

This research aims to analyze the precarious forms of work of the substitute professors of the Federal University of Espírito Santo (Ufes) between the years 2013 and 2014, as well as its impact on their health, in the form of psychological suffering and illness. The bibliographical study was through scientific productions that approach the subject of this research, taking into account the main references of the studies in the areas of Labor Sociology, Social Work and Occupational Health. This work is a literature review of books, articles, dissertations and doctoral theses, pertaining to the theme of teaching in Federal Institutions of Higher Education (IFES), on the deterioration of work conditions, flexibility of labor rights, the worker's health with emphasis on psychic suffering / labor illness and the intensification of work. The document search happened through the study of the laws governing the work of the substitute professors in the IFES. The exploratory research was performed by a mixed approach and it was held at Ufes. The questionnaire was the technique used, whose application aimed to know from the employees about their work, their impressions about their precarious employment reflected in their working contracts, hours, wages, on their the content of their professional performance, in the social relationships in which they are part not to mention its reflections on their health. The results showed that the substitute professors incorporate the current precarity and that the precarious nature of their work involves the intensification, especially the high level of effort, dedication and responsibility that the teaching activity requires, which brings workload and permanent tiredness. Besides that, work intensification is also manifested by reducing lifetime to working time. The findings indicate that psychological distress is more common among substitute professors than illnesses. The constraint of time, the intensification of work and loneliness at work are the main causes of this suffering which individualises these workers.

Keywords: Precarious work. Substitute professors. Federal University of Espírito Santo. Worker's health.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos professores substitutos	95
Gráfico 2 - Titulação dos professores substitutos	96
Gráfico 3 - Expectativas em relação à carreira docente	100
Gráfico 4 - Duração do contrato de trabalho	102
Gráfico 5 - Tempo de prorrogação dos contratos de trabalho	103
Gráfico 6 - Influências da provisoriedade do contrato na vida dos trabalhadores .	103
Gráfico 7 – Carga horária de trabalho semanal dos professores substitutos	107
Gráfico 8 – Tempo aproximado de deslocamento entre casa e trabalho	108
Gráfico 9 – Frequência de trabalho nos finais de semana e fora do horário de trabalho	112
Gráfico 10 – Dias da semana dedicados à prática de atividades físicas	112
Gráfico 11 – Quantidade de horas semanais dedicadas ao lazer	113
Gráfico 12 – Carga horária semanal dedicada a outro trabalho	116
Gráfico 13 – Possibilidades advindas do salário de professor substituto	119
Gráfico 14 – Correspondência entre salário e capacitação	120
Gráfico 15 – Correspondência entre remuneração e intensidade do trabalho	121
Gráfico 16 - Quantidade média de alunos por disciplina	143

LISTA DE SIGLAS

Adufes - Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS - Conselho Nacional de Saúde

DPG - Departamento de Gestão de Pessoas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAD - Plano de Atividades Docente

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PT – Partido dos Trabalhadores

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFC - Universidade Federal do Ceará

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 ESTRUTURA E PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	24
2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR	33
2.1 O NASCIMENTO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO (PRECÁRIO) NO BRASIL	36
2.2 O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO.....	39
2.3 O DEBATE DO “TRABALHO IMATERIAL”	51
2.4 TRABALHO DOCENTE NA UFES: OS PROFESSORES SUBSTITUTOS	59
2.5 A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E AS MUDANÇAS NO PERFIL DE ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES	65
3 A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	76
3.1 A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO	85
3.2 AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	89
4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES	94
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	95
4.2 O PROFESSOR SUBSTITUTO NA CONDIÇÃO DE PRECARIADO	96
4.3 PRECARIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO	101
4.4 PRECARIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE	106
4.5 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS .	110
4.6 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO	118

5 OS IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES	127
5.1 SAÚDE DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS	127
5.2 TRABALHO DOCENTE NA UFES	140
5.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO	144
5.4 RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO	147
5.5 DIMENSÃO POLÍTICA DO FAZER DOCENTE	150
6 TECENDO POSSÍVEIS CONCLUSÕES	154
7 REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE A	171
APÊNDICE B	178
ANEXO 1	180

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema

O discurso dominante das reformas recai nos dias atuais sobre um postulado: a flexibilização¹ das relações sociais de trabalho. Esta é uma das maneiras de apresentar a necessidade de reformas como uma evidência, como também os princípios da ideologia neoliberal. No entanto, esta não é a única estratégia, há ainda outras que implicam numa reorientação do trabalho, mas é a da flexibilização que mais contribui para determinar os impactos na precarização do trabalho, enquanto aspecto fundamental da reestruturação.

A precarização do trabalho significa o emprego cada vez mais acelerado de velhas e novas formas de extração de mais valia absoluta e relativa, tais como a extensão da jornada de trabalho, a flexibilização dos contratos, a terceirização, dentre outras. Entende-se por precarização do trabalho também o processo que instaura condições permanentes de instabilidade, insegurança, competição entre os trabalhadores e fragmentação dos coletivos de trabalhadores e que tem como principais características o desemprego estrutural, a informalidade, a terceirização, precárias condições de trabalho e ainda a fragilização política dos trabalhadores. As alterações ocorridas nas formas de gestão do trabalho, na legislação que protege o trabalhador, nas funções desempenhadas pelo Estado, assim como nas suas políticas sociais, na reconfiguração dos sindicatos e nas novas funções das instituições públicas e associações civis reinstituíram a precarização do trabalho no Brasil (DRUCK, 2013).

¹ A flexibilização foi uma das estratégias de gestão empreendidas pelo capital no processo de reestruturação produtiva e que teve como principais objetivos a agregação de tecnologias, a redução de custos e a personalização dos produtos. Para alcançar a redução de custos, a flexibilização, instaurada por medidas legislativas amparadas pelo Estado, atingiu diretamente os trabalhadores: os seus contratos de trabalho, suas jornadas de trabalho, seus salários, as relações sociais de trabalho, assim como os direitos trabalhistas e sociais, por meio da criação de nova legislação e regulamentação que flexibilizam a estrutura do emprego.

Procuramos ir ao encontro deste desafio e entender particularmente a precarização refletida nas experiências dos professores substitutos nas instituições federais de ensino superior (IFES) e, mais especificamente, na Ufes.

No cenário das atuais transformações no mundo do trabalho, do desmonte do pacto salarial construído no período do pós II Guerra Mundial nos países centrais, e do crescimento do setor de serviços o capitalismo advoga a perda da centralidade do trabalho com as conquistas sociais advindas da relação trabalhista do Estado de Bem Estar Social, o que implica na corrosão dos direitos sociais. É de grande relevância pontuar que o Brasil, assim como os demais países de economia dependente na divisão internacional do trabalho, nunca experimentou o pacto salarial e nem um padrão de garantia de direitos sociais universais que promovessem redistribuição da riqueza socialmente produzida na forma de salários indiretos. Todavia, afirmamos que a precarização do trabalho no Brasil apresenta um caráter novo, pois instala uma institucionalização da flexibilização e da precarização, que renovam a condição de precariedade histórica e estrutural já existente aqui (DRUCK, 2013).

O objeto desta pesquisa foi o estudo das formas precárias de trabalho dos professores substitutos² da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) entre os anos 2013 e 2014, e suas consequências na sua saúde, na forma de sofrimento psíquico e adoecimento.

Partimos da concepção de que o adoecimento e o sofrimento psíquico têm suas raízes nas condições materiais de existência, ou seja, não podem ser explicados por si mesmos, sem levar em consideração as contradições da vida material (MARX, 2008).

O trabalho na atualidade sofre mudanças na estrutura do emprego, acarretando instabilidade, mesmo no serviço público, intensificação do trabalho e flexibilização das leis que regulam as relações sociais de trabalho, complexificando tais relações. O trabalho temporário é reflexo destas mudanças e exprime uma forma de

² A contratação destes professores, que não pertencem ao quadro profissional permanente da universidade, é regida pela Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993 juntamente com outras categorias caracterizadas pela contratação temporária a fim de atender a interesses públicos.

precarização cuja fonte é a racionalização dos custos do trabalho no setor público (SOUZA, 2013).

No que diz respeito ao objeto desta pesquisa, nos detemos nas facetas das condições de instabilidade e insegurança, na frágil organização política dos trabalhadores, na legislação trabalhista e social que institucionalizou o trabalho temporário nas IFES e desprotegeu o trabalhador.

O objeto de estudo se baseia na premissa de que estas condições precárias de trabalho afetam não apenas a vida profissional do trabalhador, como também outras dimensões da sua vida, haja vista a impossibilidade de dissociar tempo de vida e tempo de trabalho. Logo, a precarização do trabalho se reflete no corpo e na mente do trabalhador, permeia o sentido do seu trabalho, as sensações que nele experimenta, os valores que atribui a si próprio por meio do trabalho, o desgaste físico e mental que lhe acomete e que podem ocasionar adoecimento e sofrimento (DEJOURS, 1992; ALVES, 2013b).

Por intensificação do trabalho, entende-se, a exigência de mais esforço e empenho do trabalhador, com envolvimento de todas as suas capacidades, sejam elas mentais, físicas, psíquicas ou mesmo a combinação de todas estas. Envolve ainda o dispêndio da afetividade do trabalhador, dos conhecimentos por ele adquiridos no decorrer da sua vida, assim como os saberes transmitidos durante seu processo de socialização (DAL ROSSO, 2008). Assim, a intensificação do trabalho é um dos elementos que indicam a precarização do trabalho dos professores substitutos na Ufes, uma vez que deles é exigido um mais trabalho.

As profundas mudanças que abalaram o mundo do trabalho desde a década de 1970 com a reestruturação produtiva, como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o repasse das responsabilidades sociais do Estado para o mercado, as privatizações etc. (BEHRING, 2003), foram analisadas por diferentes áreas do conhecimento, como o Serviço Social, as Ciências Sociais, a Psicologia, a Economia etc., construindo um campo multidisciplinar abrangente.

Em relação ao trabalho docente no ensino fundamental e médio, algumas áreas como o Serviço Social, a Sociologia, a Educação e a Saúde são elucidativas quanto à influência das diversas formas de precarização no *fazer* do segmento dos

professores. Todavia, no que diz respeito ao ensino superior os estudos sobre a precarização do trabalho docente não são numerosos. Além disso, os estudos existentes dão mais atenção à flexibilização em relação aos aspectos legais, como os contratos de trabalho, deixando de lado as transformações que ocorrem na rotina do trabalho acadêmico, isto é, no ensino, na pesquisa e na extensão, como se a precarização do trabalho docente se restringisse ao universo da flexibilização dos contratos trabalhistas (BOSI, 2007). Os professores substitutos têm um contrato de trabalho que já nasce precarizado; mas, além disso, há uma provável intensificação do trabalho que pode leva-los ao adoecimento ou a formas de sofrimento psíquico.

A escolha desta temática se justifica mediante o atual quadro de sofrimento mental e adoecimento nos docentes do ensino superior no Brasil, como produto da intensificação deste trabalho. Este fenômeno, se pensado do ponto de vista individual, tende a responsabilizar o trabalhador por seu sofrimento e adoecimento, como se ser mais ou menos explorado fosse uma escolha que lhe pertencesse. No entanto, se analisarmos a realidade na sua totalidade, tendo como eixos de análise, por exemplo: o significado do trabalho nos moldes do sistema capitalista, a sobrecarga de trabalho requerida aos docentes, a introdução de novas tecnologias no exercício do trabalho etc.; será possível identificar as reais causas que atravessam o adoecimento.

Esta situação evidencia o fato do adoecimento ser um dado concreto, porém ainda oculto/obscuro tanto em relação às autoridades da universidade como ao segmento trabalhista docente. Deste modo, o adoecimento dos professores é vivenciado na esfera pessoal, sendo caracterizado pela "invisibilidade" do adoecimento e do sofrimento psíquico. A procura por atendimento médico se dá, por vezes, fora da instituição para evitar constrangimentos (BORSOI, 2012). Assim, questiona-se: até que ponto esta invisibilidade decorre da pouca expressividade da questão? Seria a saúde dos professores substitutos, temporários, alvo de atenção da universidade?

A precarização do trabalho assalariado afeta não só o tempo de trabalho (jornada), como também os contratos, os salários, o fazer profissional e as relações sociais de trabalho dos professores substitutos. Há ainda outra dimensão da precarização que tende a ser ocultada: a do homem-que-trabalha, que implica na expropriação do sentido do trabalho, na subalternidade do trabalhador e na "captura" de sua

subjetividade³. A precarização atinge, assim, a vida cotidiana dos trabalhadores multiplicando sensações de inseguranças e descontrole pessoal e, apresenta ainda um caráter invasivo à medida que penetra a vida pessoal e a estrutura familiar do trabalhador (ALVES, 2013b).

A relevância científica deste trabalho se explicita por um lado na análise da flexibilização na contratação de professores substitutos nas IFES, que coloca estes sujeitos numa relação precária frente à proposta da educação superior pautada no ensino, na pesquisa e na extensão. Por outro lado, a atualidade desta temática se coloca diante do crescimento de estudos que analisam a saúde dos docentes do ensino superior no Brasil como consequência da sobrecarga e da intensificação do trabalho, causa determinante do adoecimento. Todavia, muito pouco se tem discutido acerca desses reflexos na saúde dos professores substitutos.

O aprofundamento desta situação advém principalmente dos condicionantes do trabalho proposto pelo ideal da contrarreforma do Estado, como uma estratégia do capital para superar a crise de superacumulação dos anos 1960-1970. O estudo aqui desenvolvido reflete uma situação que é generalizada, mas cuja dimensão empírica é o segmento dos professores substitutos. No que diz respeito à relevância social, este trabalho visa contribuir com a visibilidade que o adoecimento e o sofrimento psíquico trazem a estes professores, assim como com a fomentação de formas de organização e resistência destes trabalhadores na universidade.

Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador (CESAT) da Bahia, em seu ambulatório no período de 1991 a 1998, registrou 8.030 pacientes. O estudo evidenciou aumento do adoecimento no setor de serviços, no qual se encontra a educação. Enquanto em 1991 a categoria professor sequer havia sido citada nas estatísticas daquele órgão, em 1998 registrou-se uma inversão nessa tendência, sendo o adoecimento entre professores equivalente a 2,4% dos casos (ARAÚJO; PARANHOS, 2003). Este dado, apesar de incidir no ensino médio, é significativo para comprovar uma demanda social a ser analisada em profundidade e rigor ao conjunto de outros segmentos trabalhistas, como os professores universitários substitutos.

³ Cabe ressaltar que esta “captura” não se dá por completo, pois sempre há espaço para a resistência dos trabalhadores.

Os estudos de Sguissardi e Silva Júnior (2009) analisaram as reformas nas políticas de educação superior, como a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), a Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), a pressão pela diversificação das fontes de financiamento, a criação de fundações privadas de apoio às universidades e o aumento de cursos de pós-graduação que impactaram profundamente as relações sociais de trabalho no âmbito das universidades federais, reconfigurando a própria identidade destas instituições.

Os respectivos autores realizaram uma importante pesquisa nas universidades federais do Sudeste brasileiro entre os anos 1995 – 2005, dentre elas a Ufes, que mostrou significativas mudanças na organização, no funcionamento e na composição destas instituições, tendo como principal resultado a intensificação do trabalho dos professores, principalmente entre os da pós-graduação (*lócus* privilegiado da ideologia produtivista imposta às universidades federais) e as implicações deste processo sobre a saúde destes trabalhadores. Vale salientar que esta pesquisa se restringiu ao quadro de professores permanentes daquelas IFES devido à carência de informações acerca dos professores substitutos.

Pesquisa realizada por Borsoi (2012) na Ufes, mostrou que de acordo com o Departamento de Recursos Humanos (DRH)⁴, entre 2008 e 2009, apenas 140 licenças médicas foram concedidas a professores da instituição. Embora seja um número significativo, este quantitativo não representa, segundo a autora, o número real de adoecimento dessa categoria. Além disso, o DRH não possui registro dos diagnósticos específicos que levam os docentes ao afastamento, sendo necessário avaliar os pedidos de licença médica enviados ao Serviço de Perícia Médica da Ufes, o que não foi possível à pesquisadora.

Todos estes estudos se detiveram na análise do trabalho da categoria docente, mas nossa pesquisa se distingue pela análise da precarização do trabalho de um segmento trabalhista que já nasce com um contrato de trabalho precário dentro do ensino superior público e cujo curto período de contratação, que caracteriza este contrato de trabalho, se constitui num fator que aprofunda o ocultamento da relação

⁴ Hoje denominado Departamento de Gestão de Pessoas (DGP).

existente entre a precarização do trabalho e seus impactos na saúde dos professores substitutos.

Sendo assim, afirma-se a necessidade de conferir visibilidade ao mundo do trabalho e problematizar as transformações do capitalismo que produzem novas condições de desgaste e degradação do trabalhador - de seu corpo e de sua mente - no processo de trabalho. Analisar a saúde/doença dos professores substitutos do ensino superior federal brasileiro na Ufes tendo como categoria central a precarização das relações sociais de trabalho - e sua relação com a intensificação do trabalho - requer problematizar a multiplicação de formas de degradação da saúde dos trabalhadores, sob os novos parâmetros de valorização do valor que incidem no setor público, inclusive nas universidades federais (ALVES, 2013b).

Os estudos do Trabalho, junto ao campo científico da Saúde do Trabalhador, foram os grandes temas nos quais se assentaram esta pesquisa. Analisamos aqui a precarização manifesta em três principais formas: a precarização dos contratos de trabalho, da jornada de trabalho e dos salários, além das implicações desse processo na saúde dos trabalhadores docentes substitutos.

A análise da precarização refletida nos contratos de trabalho, na jornada de trabalho e no salário se justifica pelo fato destes três elementos serem fundamentais ao trabalho assalariado na contemporaneidade, conformando a estrutura do emprego tradicional/formal e os fundamentos do direito do trabalho.

A questão central desta pesquisa pode ser assim colocada: de que forma a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes incide na saúde destes trabalhadores?

A fim de romper com as abordagens que consideram a saúde como ausência de doença - isto é, como se fossem extremos opostos - e também com a concepção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual a saúde consiste num completo estado de bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade devido ao seu alto grau de utopia e à impossibilidade de alcance da saúde nestes termos, o que a torna inatingível,

aproximamo-nos da concepção da saúde e da doença como fenômenos sociais intrinsecamente relacionados⁵.

No que diz respeito ao adoecimento, vale ressaltar que nos pautamos na concepção de que é impossível dar conta de definir o que é a saúde e o que é a doença quando pensadas isoladamente. Antes, a análise do processo saúde-doença implica as relações entre a saúde e a produção social e econômica de determinada sociedade. Deste modo, os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, ambientais, biológicos e psicológicos que articulam as diversas dimensões da vida humana devem ser considerados no estudo do processo saúde doença de um grupo (BATISTELLA, 2007).

O processo saúde - doença não é uma condição estática, nem estável, antes implica na luta, na resistência e em estratégias defensivas criadas pelos trabalhadores para equilibrar o sofrimento e o prazer decorrentes do conflito entre o desejo do trabalhador e a organização do processo de trabalho (DEJOURS, 1992; LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Todo trabalho apresenta riscos coletivos à saúde dos trabalhadores, destes geralmente identificam-se os riscos físicos como, no caso dos professores substitutos, aqueles relacionados ao uso excessivo da voz. Conforme Dejours (1992) é bem compreensível que se dê ênfase às más condições de trabalho que são prejudiciais ao corpo, pois elas se expressam imediatamente. Todavia, no que diz respeito ao sofrimento mental dos trabalhadores a ansiedade é um elemento fundamental e muito presente.

Se as condições de trabalho colocam o corpo em risco, tanto de acidentes como de doenças profissionais, a organização do trabalho tem como alvo o funcionamento da mente. As más condições de trabalho não prejudicam apenas o corpo, mas também o espírito à medida que a ansiedade, de natureza mental, resulta das ameaças à integridade física. Isto é, a ansiedade é a sequela psíquica do risco das más condições de trabalho impostas ao corpo (DEJOURS, 1992).

⁵ Para maior aprofundamento nas abordagens da relação saúde-doença, ler: LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, p.7—25, 1982. Trad. E. D. Nunes; e BATISTELLA, C. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. . In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D'. (Orgs.). **O território e o processo saúde doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p.25-49.

Mediante a relação apresentada, formula-se a hipótese de uma relação direta entre precarização do trabalho, na sua abrangência, e sofrimento psíquico e adoecimento no trabalho. Quanto mais as formas da precarização do trabalho assalariado incidem sobre o trabalho dos professores substitutos da Ufes, tanto mais a saúde destes trabalhadores fica comprometida. Logo, o contrário também se coloca: quanto mais digno, em termos de direitos sociais, for o trabalho dos professores substitutos, menos estes sujeitos sofrerão psiquicamente e adoecerão.

Tendo como referência a questão central que orienta este estudo, surgem outras problematizações, tais como:

- 1) Como as contradições presentes no trabalho dos professores substitutos estão relacionadas com a crise de superacumulação do capital e se refletem no sofrimento psíquico/adoecimento destes professores?
- 2) Quais as implicações da contrarreforma na educação superior sobre o trabalho e a saúde destes sujeitos?
- 3) Quais as formas de precarização que se manifestam nas relações de trabalho de uma categoria profissional majoritariamente jovem?
- 4) Quais as implicações da relação tempo de trabalho/tempo de vida para os professores substitutos da Ufes?
- 5) Quais as formas de resistência e luta pela saúde destes trabalhadores?

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) tem agendado a saúde do trabalhador como pauta das suas lutas. Exemplo disso é a realização do Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador, Produtivismo e Adoecimento no Trabalho Docente do ANDES-SN⁶. Na medida em que se toma a organização política destes trabalhadores que têm a concepção da saúde como horizonte das suas reivindicações, em termos de condições e relações sociais de trabalho, pode-se defender a saúde como diretamente relacionada ao trabalho.

⁶ Cujos últimos, realizados entre os dias 27 e 29 de setembro de 2013 na Universidade Federal do Ceará (UFC), discutiu o produtivismo e sua influência na precarização do trabalho docente e sua intensificação, tendo como desdobramentos a redução da qualidade das universidades, além do adoecimento dos professores.

Todavia, ao analisarmos a realidade empírica dos professores substitutos na Ufes e sua organização política, ao tomarmos esta participação como forma de resistência e luta contra o sofrimento psíquico e o adoecimento no/pelo trabalho, cabe indagar: como se dá a inserção/participação dos professores substitutos na Adufes?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as formas precárias de trabalho dos professores substitutos da Ufes entre os anos 2013 e 2014, e seus impactos na saúde dos mesmos, na forma de sofrimento psíquico e adoecimento.

Outros objetivos específicos também podem ser traçados, tais como: investigar as determinações históricas e sociais que incidem no desemprego estrutural e na precarização do trabalho na contemporaneidade à medida que tendem a apassivar os trabalhadores; identificar a precarização refletida na flexibilização do trabalho proposta no contexto da Contrarreforma do Estado brasileiro; aprofundar o estudo das formas de precarização das relações sociais subjacentes ao trabalho dos professores substitutos na Ufes, levando-se em conta a contratação temporária, a relação salarial e a intensificação do trabalho docente; identificar a condição de saúde/bem estar dos professores substitutos da Ufes, relacionando-a ao seu processo de trabalho; e, refletir acerca das percepções que os próprios sujeitos atribuem à sua condição de sofrimento psíquico/adoecimento no trabalho, isto é, se tendem ao isolamento ou à organização coletiva.

A precarização do trabalho dos professores substitutos expressa a flexibilização dos direitos trabalhistas, como tendência nas relações sociais de trabalho impostas pelo capital ao Estado-Nação brasileiro, que se traduz no pacote de políticas que foram (re)formuladas na Contrarreforma do Estado. A universidade, enquanto lugar de disputa de projetos societários antagônicos e de produção de ciência e tecnologia, vivencia profundas transformações que incidem no trabalho e na saúde dos professores, conforme alguns estudos já vem demonstrando, dentre os quais, pode-se destacar: Silva Junior; Sguissardi, 2009; Gradella Júnior, 2010; Lemos, 2011; Borsoi, 2012.

O adoecimento laboral ou sofrimento psíquico tornam-se assim evidência concreta das contradições que permeiam o trabalho dos professores substitutos, na medida em que atinge uma força de trabalho jovem adulta e bem qualificada sem, contudo, conseguir estabilidade no emprego e sujeita ao desemprego estrutural que

caracteriza esse período histórico. A falta de perspectivas futuras, a convivência com a ansiedade e a incerteza são características desses jovens trabalhadores e causa de sofrimento entre eles (ALVES, 2013b).

A análise empírica da precarização que afeta o trabalho dos professores substitutos na Ufes aqui proposta adquire fundamentação na teoria do valor em Marx, pois ela nos permite entender as contradições da relação social entre capital e trabalho assalariado que se disseminam também no setor público. A teoria do valor trabalho mostra que o valor é uma categoria social e histórica, em constante transformação, e que se expressa nas relações sociais de produção (MARX, 2013).

Deste modo, o assalariamento evidencia uma relação de expropriação e exploração do trabalho que submete o trabalhador aos ditames do capital e do Estado capitalista. Esta opção se justifica por ser esta a teoria que melhor permite a aproximação com o fenômeno social a ser estudado, na sua totalidade. A escolha se deu mediante o esforço de reproduzir, no plano das ideias, o movimento real do objeto, isto é, a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes e suas consequências sobre a saúde destes trabalhadores, em termos de sofrimento psíquico e adoecimento, entre os anos 2013 e 2014.

1.2 Estrutura e procedimento metodológico

A investigação científica orientada pelo método dialético crítico contempla a relação equilibrada entre as condições objetivas e subjetivas, bem como a contradição que constitui o fenômeno social em sua totalidade. Este método permite uma profunda articulação entre dados qualitativos e quantitativos, entre a forma e o conteúdo da pesquisa, além da razão e sensibilidade do pesquisador (PRATES, 2003).

Ao partir da aparência do objeto em estudo, o método crítico dialético objetiva desvelar a essência daquele propiciando o conhecimento teórico. À medida que o pesquisador captura em sua mente a estrutura e a dinâmica do fenômeno, por meio

de procedimentos analíticos, e o reproduz no plano ideal, consegue reproduzir, por meio da pesquisa, no plano real a essência do objeto investigado (NETTO, 2011).

A pesquisa desenvolvida e aqui apresentada adotou o método crítico dialético como lente para o desenvolvimento da análise. Esta opção se justifica pelo fato deste ser, em nosso entendimento, aquele que melhor permite a aproximação com o fenômeno social estudado, na sua totalidade. A escolha se deu mediante o esforço de reproduzir, no plano das ideias, o movimento real do objeto, isto é, a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes e seus impactos sobre a saúde destes trabalhadores, como também para desvelar, mediante pesquisa científica, as determinações deste fenômeno que ficam ocultadas pela aparência.

A qualidade do método dialético requer ir além da aparência imediata do fenômeno, para conseguir apreender a essência, isto é, a estrutura e a dinâmica do objeto. Requer ainda que esteja em contínuo movimento, perpassando a multiplicidade de aspectos que constituem a totalidade deste fenômeno, como: a precarização refletida nas relações de trabalho, nos contratos temporários de trabalho, nas condições de trabalho, no conteúdo deste trabalho, na jornada de trabalho e nos salários, além da intensificação do trabalho docente, o incentivo ao produtivismo e à competitividade entre os próprios trabalhadores, a alienação do trabalho, etc.

O método dialético, na medida em que permite desvelar as dimensões da precarização do trabalho e suas incidências sobre a saúde dos trabalhadores objeto desta pesquisa, também possibilita a análise da precarização do homem que trabalha. Tal precarização se expressa também na captura da subjetividade do trabalhador pelo capital e no aprofundamento da alienação, que se manifestam na realidade social por meio da subalternidade, da incomunicabilidade, da invisibilidade social, da corrosão do caráter, do sofrimento, da insegurança e descontrole existencial, dentre outros (ALVES, 2013b).

Os pressupostos analíticos da teoria social marxiana – a totalidade, a historicidade, a mediação e a contradição - permitem capturar a dinâmica dos processos sociais e seu movimento no real (PONTES, 2008; SARTIM, 2008). A totalidade, enquanto perspectiva de análise, possibilita analisar o objeto desta pesquisa na sua amplitude, sem desconectá-la da macropolítica na qual se inscreve, como um todo interconectado e em constante movimento.

Por meio da historicidade é possível identificar as constantes transformações do objeto em contínuo movimento ao longo dos tempos históricos, assim como suas particularidades datadas. Nesta pesquisa a historicidade captura as transformações que atravessam o trabalho do professor substituto na atual conjuntura, como a ênfase no ensino, sem a devida articulação com as demais esferas da atividade docente (pesquisa e extensão), o produtivismo exacerbado na academia etc.

A mediação busca apreender metodologicamente, por meio da razão, a existência concreta do fenômeno social. Assim, nega-se e supera-se a imediatividade e a aparência dos fatos, para captar as determinações ocultas da realidade, num movimento de análise que parte do concreto ao abstrato e, então, do abstrato ao concreto para a transformação social (PONTES, 2008). As mediações nos permitem romper com a naturalização e a banalização do adoecimento e do sofrimento psíquico dos trabalhadores, identificando os fatores objetivos e subjetivos determinantes ao agravo à saúde dos professores substitutos.

A contradição afirma-se enquanto pressuposto analítico principalmente pela convivência dos contrários: a institucionalização de formas de trabalho precárias dentro do serviço público, onde se tinha a garantia da estabilidade profissional. O contrato de trabalho temporário, assim como o trabalho voltado somente ao ensino, impõem limites à autonomia do professor substituto, subjugando-o à racionalidade burguesa que gere a universidade.

A revisão bibliográfica se deu mediante estudo de produções científicas que se aproximem do objeto desta pesquisa, tendo como principais referências os estudos realizados nas áreas da Sociologia do Trabalho, Serviço Social e da Saúde do Trabalhador. Trata-se de uma revisão de literatura de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, afetos à temática do trabalho docente nas IFES, da precarização do trabalho, da flexibilização dos direitos trabalhistas, da saúde do trabalhador com ênfase no sofrimento psíquico/adoecimento laboral e na intensificação do trabalho.

A pesquisa exploratória teve abordagem quali-quantitativa e foi realizada na Ufes. A escolha da abordagem mista se justifica pela relevância dos dados qualitativos, haja vista que a pesquisa articula a análise das condições objetivas da precarização, que afetam o trabalho do professor substituto, às condições intersubjetivas de prazer e

sofrimento por meio das quais os professores resistem à insegurança do trabalho. De toda forma, os dados de caráter quantitativo também possuem relevância para o objetivo aqui traçado na medida em que expressam a regularidade e frequência do tempo que expressa o fenômeno da vida reduzida ao trabalho (ALVES 2013b).

Os professores substitutos da Ufes são os sujeitos desta pesquisa. De acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Ufes, havia no período deste mapeamento (setembro e outubro de 2014) 121 professores substitutos na universidade cujo contrato de trabalho estava em vigência⁷. O universo da pesquisa compreendeu 76 professores substitutos que trabalharam nos anos 2013 e 2014 na Ufes, estando há mais de seis meses vinculados à universidade e ainda ativos até o segundo semestre do ano de 2014, período no qual foi realizado o levantamento dos contatos de *e-mail* deles nos Departamentos de Curso.

A opção pelos professores substitutos se deu pelo fato de já serem conhecidos importantes trabalhos acadêmicos que problematizam a precarização do trabalho docente (efetivos) nas universidades públicas, assim como suas consequências na saúde destes trabalhadores, com agravamento de adoecimento físico e mental, a exemplo dos de Gradella Júnior (2010) e Borsoi (2012). Já no que diz respeito aos estudos desse fenômeno sobre a saúde dos professores substitutos, observou-se uma carência de dados e análise. Além disto, o professor substituto vivencia o trabalho por tempo determinado, fato que, em si mesmo, é constituído pela precariedade, elemento de grande relevância para nossa pesquisa.

A delimitação dos sujeitos da pesquisa pelo período de ao menos seis meses vinculados à Ufes se justifica pelo cumprimento dos nossos objetivos, os quais requerem que os professores já tenham se adaptado ao cotidiano de trabalho, bem como tenham domínio do conteúdo de seu trabalho.

O recorte temporal da pesquisa (anos 2013 e 2014) se justificou pela viabilidade de entrar em contato com estes docentes por meio de seus respectivos Departamentos,

7

Disponível em: <
http://progep.ufes.br/sites/default/files/Quadro_de_Recursos_Humanos_da_Universidade.pdf, última atualização em 04 de junho de 2014.

pois como o contrato de trabalho tem duração mínima de seis meses e máxima de dois anos, conforme dispõe a Resolução nº 41 de 09 de agosto de 2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/Ufes), tínhamos dificuldades de contatar os professores desvinculados da universidade via correio eletrônico, principalmente os que utilizavam o *e-mail* institucional.

Foi realizado contato telefônico com todos os Departamentos da Ufes, em todos os *campi* da universidade: Goiabeiras, Maruípe – localizados em Vitória - Alegre (no Sul do estado) e São Mateus (Norte do estado), totalizando 70 Departamentos que agregam um quadro docente composto por 1.650 professores⁸.

Entramos em contato com o Departamento de Geografia da Ufes por diversas vezes via telefone e, uma vez, via *e-mail* com um professor do mesmo, sem sucesso. Ao que constou, o Departamento estava temporariamente sem secretário, o que inviabilizou o contato com os seus professores substitutos para que pudessem compor o universo da pesquisa.

O Departamento de Computação e Eletrônica apresentou em seu quadro três professores substitutos trabalhando há mais de seis meses. No entanto, o Departamento não forneceu o *e-mail* destes sujeitos diretamente. Neste caso, enviamos o *e-mail* contendo o *link* do questionário *on-line*, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e a carta de apresentação para o Departamento que o encaminhou aos professores substitutos, pedindo que entrassem em contato conosco. Dos três professores, um retornou o contato e dois não participaram da pesquisa.

Ao final de todo esse processo nossa amostra ficou composta por 67 professores substitutos.

A pesquisa documental se deu por meio do estudo da legislação que regulamenta o trabalho dos professores substitutos nas universidades federais.

O questionário foi a técnica utilizada, pois possibilita o diálogo e a investigação de situações objetivas que dependem menos da avaliação subjetiva dos trabalhadores,

⁸ Disponível em: <<http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>>, último acesso em 25 de março de 2015.

ao mesmo tempo em que, ao estabelecer um diálogo, permite também explorar as avaliações particulares deles à medida que podem exprimir seus juízos de valor, seus posicionamentos políticos e preferências de caráter subjetivo (DAL ROSSO, 2008).

O pré-teste do questionário foi enviado via *e-mail* para seis ex-professores substitutos, cujos contatos foram obtidos junto a dois departamentos de curso, cujos secretários se mostraram solícitos em nos ajudar. Destes seis, dois ex-professores substitutos de diferentes Departamentos da Ufes responderam ao pré-teste. O questionário sofreu algumas alterações no sentido de aprimorar a coleta de dados, conforme proposto pelos participantes do pré-teste.

O objetivo da aplicação do questionário consistiu em buscar saber dos trabalhadores a respeito de seu trabalho, suas impressões acerca da precarização refletida nos seus contratos de trabalho, jornadas, salários, no conteúdo do seu fazer profissional, nas relações sociais nas quais se inscrevem e os reflexos disso na sua saúde.

Inicialmente foi previsto a aplicação do questionário presencial, sendo agendado por *e-mail* ou telefone de acordo com a disponibilidade dos professores participantes. Todavia, em função do tempo decorrido na aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Ufes, houve a necessidade de aplicar o questionários via *e-mail*, possibilitando aos professores que assim desejassem a oportunidade de agendamento para aplicação presencial do questionário.

O questionário eletrônico (Apêndice A) foi elaborado fazendo-se recurso à ferramenta para questionários do *Google Drive*, haja vista que nos serviu de auxílio na própria organização do questionário, como também na sistematização dos dados coletados. O questionário foi estruturado com questões fechadas e abertas que relacionaram as categorias precarização do trabalho assalariado ao sofrimento psíquico/adoecimento.

O envio dos questionários foi realizado por correio eletrônico, juntamente com o TCLE (Apêndice B) e a carta de apresentação da pesquisa, solicitando que, se possível, eles assinassem e devolvessem via *e-mail*. Todos concordaram em participar e afirmaram isso no consentimento inserido no questionário.

Esta etapa foi realizada em três momentos para todos os professores, uma vez que este procedimento se iniciou ao final de janeiro, período de recesso acadêmico, o que dificultou a chegada das primeiras respostas. No entanto, a extensão desta etapa até o início de março, quando se iniciou o semestre letivo, facilitou a participação de mais professores substitutos, inclusive dos que optaram pela aplicação do questionário presencial.

Na segunda vez enviamos o questionário, um professor respondeu ao *e-mail* informando que não tinha interesse em participar da pesquisa que, em sua opinião, já estava enviesada pelo título que lhe demos, e pedindo que não insistíssemos. Em respeito à solicitação deste professor substituto, assim o fizemos.

Pela terceira vez contatamos os sujeitos da pesquisa, motivando-os à participação na mesma. Dissemos também que, no caso daqueles que não respondessem ao questionário até o prazo colocado, entenderíamos que não tinham interesse em participar da mesma. Também solicitamos àqueles que não quisessem participar da pesquisa, que justificassem para que pudéssemos sabê-lo. Apenas um professor respondeu confirmando não ter interesse em participar da pesquisa, mas não justificou.

Dos 76 professores substitutos que compunham o universo da pesquisa, foi possível o envio dos questionários a 67 destes. Os limites de contatar os demais foram: o encerramento do contrato de trabalho e a falta do endereço eletrônico. Outros, os *e-mails* estavam com algum erro ou incompleto, e o respectivo Departamento não tinha outra forma de contato que disponibilizasse à nossa pesquisa. Dentre estes, estavam também os dois professores substitutos do Departamento de Computação e Eletrônica que não responderam à solicitação de participação na pesquisa, conforme já explicitado.

Do total de questionários enviados por meio do correio eletrônico, 56% responderam, totalizando 38 respostas. Destes, 34 questionários foram respondidos *on-line* e apenas quatro presencialmente. Vale ressaltar que a pesquisa teve apenas um questionário, nos colocamos à disposição para aplica-lo presencialmente, para os que assim preferissem.

A aplicação presencial foi previamente agendada via *e-mail* e ocorreu conforme a disponibilidade de horário dos participantes, em seus respectivos locais de trabalho. Foi uma experiência rica, pois nos deu a oportunidade de discutir com eles questões que iam para além das colocadas no questionário, assim como deles mesmos acrescentarem algumas observações que consideraram relevantes.

A fonte de análise secundária foram as informações obtidas junto à diretoria do DGP/Ufes em março de 2015. Este encontro teve por objetivo conhecer o histórico dos professores substitutos na Ufes, inclusive antes da promulgação da Lei nº 8.745/1993, bem como algumas especificidades desse tipo de contratação. Todavia nos deparamos com a carência de informações e registros sobre o assunto no próprio DGP, que pouco pôde nos informar da trajetória dos substitutos na universidade. As informações mais relevantes obtidas junto ao DGP foram referentes ao Banco de Professor Equivalente, que será melhor explicado adiante, assim como ao contrato de trabalho temporário e os salários.

Também foi realizado contato via correio eletrônico com a Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) em julho deste ano a fim de saber se há professores substitutos sindicalizados e quantos, ao que nos foi informado que atualmente não há professores substitutos vinculados ao sindicato.

A pesquisa empírica levou em consideração os procedimentos éticos dispostos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que visa garantir nas pesquisas envolvendo seres humanos os direitos e deveres dos participantes da pesquisa, da comunidade científica e do Estado. O projeto de pesquisa foi submetido ao CEP/Ufes e aprovado pelo parecer nº 926.955 (Anexo 1).

Procedeu-se assim a análise exaustiva dos dados coletados nos meses de abril a julho de 2015.

O capítulo 2 aborda o referencial teórico adotado neste trabalho, trazendo o debate acerca do trabalho na contemporaneidade, com sustentação nas teorias marxiana e marxista, inclusive uma incursão no debate do trabalho que produz bens imateriais que perpassa as análises sobre o trabalho docente na atualidade. Nele também será tratado o trabalho docente nas IFES e as mudanças na legislação trabalhista que

trouxeram a precariedade para o trabalho do professor substituto da Ufes, além da reorganização do trabalho e as transformações no perfil de adoecimento dos trabalhadores nas últimas décadas.

O capítulo 3 se volta ao estudo da dependência econômica estrutural brasileira e seus reflexos na educação superior. A contrarreforma da educação, e o aprofundamento da precarização do trabalho dentro das IFES, apesar da expansão do ensino superior no país, e particularmente, seus reflexos no trabalho dos professores substitutos, pois apesar da redução do quadro dessa categoria, e das melhorias salariais, este trabalho continua precário.

O capítulo 4 se desenvolve pela análise da precariedade nos contratos de trabalho, com a institucionalização do trabalho temporário para atender necessidades pontuais das IFES, assim como pela análise da flexibilização da jornada de trabalho do professor substituto, somando-se à necessidade de conjuga-lo com outro trabalho como ocorre com alguns dos sujeitos pesquisados. Este capítulo se propõe ainda ao estudo do maior envolvimento das capacidades não só físicas, como cognitivas, afetivas e psíquicas do trabalhador, que lhe exigem maior esforço na prática do trabalho docente; e ao debate da precariedade refletida nos salários dos professores substitutos.

O quinto e último capítulo trata dos aspectos relativos à saúde dos professores substitutos, tendo em vista o equilíbrio da relação entre sofrimento e prazer na luta pela saúde, a partir dos estudos de Dejours (1992). Consideramos as particularidades do trabalho dos professores substitutos na Ufes, as condições e as relações sociais de trabalho, além da dimensão política do fazer docente para analisar os impactos da precarização deste trabalho na saúde deste grupo.

As conclusões indicam a predominância do sofrimento psíquico entre os professores substitutos em relação ao adoecimento. Todavia, alguns sintomas físicos também foram evidenciados na pesquisa. Consideramos que a precarização do trabalho docente não se restringe ao segmento dos substitutos, antes é uma tendência em curso nas IFES e merece estudos mais aprofundados, que articulem os impactos deste processo na saúde dos trabalhadores.

2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

A precarização do trabalho, nosso principal objeto de análise, foi estudada à medida que tecemos uma relação com a saúde do trabalhador.

O conceito de precarização do trabalho, muito discutido nas Ciências Sociais na atualidade, tem um caráter histórico e, ao mesmo tempo, inovador no Brasil. O trabalho na sociedade brasileira, e nas latino-americanas, nasceu e se desenvolveu sob a égide da superexploração e da dependência⁹, com formas de trabalho marcadas pela desproteção ou exclusão de grande parte da classe trabalhadora do acesso aos direitos sociais e trabalhistas, como o trabalho autônomo, o trabalho por conta própria, o trabalho sem carteira assinada, o trabalho temporário etc.

Todavia, nos anos 1990, quando o país passou pelo aprofundamento da crise do modo de produção capitalista; instalou-se um quadro de institucionalização legal destes tipos de trabalho que subjugou a classe trabalhadora à instabilidade do mercado, com perdas dos direitos conquistados num contexto de desemprego estrutural.

A categoria precarização do trabalho se reflete nas formas de mercantilização da força de trabalho que reconfiguraram as precárias formas de assalariamento mediante a ausência do emprego tradicional, com perdas de vínculos de trabalho estáveis, como também perda dos direitos trabalhistas e sociais. A precarização do trabalho se expressa ainda na organização e nas condições de trabalho que expõem o trabalhador à intensificação, à autoaceleração e à extensão da jornada de trabalho para o tempo de vida pessoal, aspectos fundamentais nesta dissertação na medida em que trazem sofrimento e adoecimento aos professores substitutos da Ufes.

Também é possível falar da precarização na fragilização da identidade individual e coletiva do trabalhador, o que aprofunda a coisificação das relações sociais e, por sua vez, complexifica a alienação do trabalho e compromete a condição de representação e organização sindical (DRUCK, 2013).

⁹ Estes conceitos serão mais explicados e desenvolvidos no capítulo 3.

Cabe pontuar que o termo precarização do trabalho¹⁰ não é singular ao universo do trabalho docente nas IFES, antes caracteriza uma das estratégias de ofensiva do capital ao conjunto dos trabalhadores, na sua heterogeneidade. O trabalhador contemporâneo presencia o desemprego estrutural, a institucionalização de formas precárias de trabalho e ainda a degradação da relação homem – natureza a nível global. A lógica destrutiva do capital, que subordina completamente o *valor de uso*¹¹ dos produtos ao *valor*¹², empreendeu uma ofensiva à força humana de trabalho que impactou tanto a materialidade da classe trabalhadora, isto é, a constituição de seu modo de ser, quanto a subjetividade desta, ou seja, seus valores e o ideário que norteia suas intervenções e práticas no plano concreto (ANTUNES, 2008; MÉSZÁROS, 2009).

A degradação da relação homem – natureza e das relações sociais de trabalho se explicitam também na manifestação de doenças do trabalho. A subsunção dos trabalhadores às relações sociais de produção capitalistas atinge a subjetividade do trabalhador assalariado, isto é, o corpo e a mente dos trabalhadores, com tendência à proliferação de diversas formas de adoecimentos e transtornos relacionados ao trabalho, dentre eles o sofrimento psíquico (ALVES, 2013b).

O adoecimento e o sofrimento pelo trabalho é um fenômeno complexo que se desenvolve à base de múltiplas determinações, sejam elas sociais, econômicas históricas e até mesmo políticas. O paradigma da doença enquanto processo social se situou nos fins da década de 1960, como produto da crise política e social que acompanhou a crise econômica do capitalismo neste período. Neste contexto as lutas populares ganharam fôlego e questionaram o modo dominante até então de satisfazer as necessidades da classe trabalhadora. Esse movimento se espalhou

¹⁰ Para maior aprofundamento, ver: ANTUNES, R. 2008, p. 103-109.

¹¹ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso (...) Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria (...) ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem” (MARX, 2013, p.114).

¹² “(...) o *valor* é uma qualidade, um atributo, uma propriedade da mercadoria. Essa qualidade ou propriedade da mercadoria consiste na sua capacidade de comprar (de intercambiar-se com) outras mercadorias – todas as demais mercadorias – sem exceção (...) as coisas não têm valor por serem coisas, só possuem valor porque encontram-se dentro de uma sociedade mercantil (...) o valor é uma qualidade entregue às coisas pela sociedade, mas não por qualquer sociedade, exclusivamente pela sociedade mercantil. Logo, o valor é uma qualidade social e histórica das coisas” (CARCANHOLO, 2011, p.35-36).

tanto pelos países avançados, como pelos dependentes e culminou em novas correntes de pensamento e novas práticas sociais (LAURELL, 1982).

É dessa perspectiva que procuramos conceber o processo saúde-doença, tendo como referência os estudos de Laurell (1982) e Batistella (2007); trata-se de um processo de caráter histórico e social, que se volta ao estudo dos modos característicos de adoecer e morrer da coletividade humana, e não apenas dos indivíduos, ao longo do tempo mediante as transformações vivenciadas pela sociedade no seu grau de desenvolvimento, na sua organização social etc. Além disso, dentro de uma mesma sociedade, as condições de saúde podem se apresentar de forma distinta, conforme a ótica e o projeto das classes sociais que a compõem.

Pode-se afirmar ainda que a saúde não é um estado estável ou inerte. Antes, ela se explicita num movimento dinâmico de busca do sujeito pelo equilíbrio, é uma luta constante pelo bem estar e pelo prazer.

O conceito ampliado de saúde a constitui também como direito social. Esta concepção amadureceu no âmbito do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, que entre as décadas de 1960 e 1980 e articulada aos movimentos sociais latino-americanos, experimentou um período de intensa luta em defesa da redemocratização do país, como resposta ao regime militar e à crise do sistema de saúde pública brasileira que se tinha até então. A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 em Brasília, representa o marco histórico da formulação do conceito ampliado de saúde, enquanto direito social (BATISTELLA, 2007).

De acordo com o Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) o sentido abrangente de saúde a coloca como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. Logo, a saúde é, sobretudo, produto histórico das formas de organização social da população.

As contradições se expressam no cotidiano dos trabalhadores em geral. O jovem empregado do “novo e precário mundo do trabalho” se depara com as medidas de flexibilização das relações de trabalho que se expandem nos anos 1990 no Brasil: o contrato de trabalho por tempo determinado, o contrato de trabalho por tempo

parcial, além das terceirizações. Estas alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) criaram formas instáveis de salariedade, assim como mudanças profundas nos direitos sociais trabalhistas (ALVES, 2013b).

O trabalho docente não fica isento a estas contradições do Estado neoliberal na medida em que, a fim de atender às exigências dos organismos internacionais ao ensino superior federal brasileiro, o ritmo do trabalho docente sofre intensificação e suas funções se tornam mais complexas; além disto, ao trabalho intelectual, a lógica produtivista impõe materialidade aos seus produtos, acentuando a alienação do trabalho e ocultando o caráter das relações sociais, que aparecem como relações entre coisas (ANTUNES, 2003).

Tendo em vista desenvolver a análise da precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes nos anos 2013 e 2014, foram estabelecidos alguns elementos indicadores da precarização, são eles: a flexibilização do trabalho, a intensificação do trabalho e a captura da subjetividade do trabalhador. Tais indicadores da precarização serão utilizados principalmente na análise dos contratos de trabalho, da jornada de trabalho e dos salários dos professores substitutos. Cabe ressaltar que esta pesquisa se volta ao estudo da precarização do trabalho dos professores substitutos numa universidade pública federal, mas que nem por isso deixa de sofrer os impactos da ofensiva do capital sobre o trabalho nas últimas décadas.

Faz-se necessário, ainda, incorrer na interlocução acerca da centralidade da categoria trabalho e o debate do “trabalho imaterial”, relevantes para a análise do trabalho docente na atualidade e que nos permite aproximar do objeto de pesquisa com lucidez teórica.

2.1 O nascimento da regulação do trabalho (precário) no Brasil

A regulação do trabalho no Brasil historicamente envolveu uma relação entre as lutas sociais encampadas pelos trabalhadores, as ações do empresariado e as iniciativas do Estado. Apesar de grande parte da literatura analisar este movimento a

partir da Revolução de 1930, cabe referendar que ele tem suas raízes na Primeira República, pois mesmo antes da Era Vargas já havia uma concepção preliminar das leis trabalhistas (SARTIM, 2008).

A primeira expansão industrial ocorrida no Brasil, no século XIX, configurou um quadro de aumento das exportações e de reestruturação interna de serviços urbanos, e também nos transportes e nos portos. O setor cafeeiro em expansão foi o grande propulsor das primeiras indústrias. Nesse mesmo período, o fim da escravidão e a chegada de trabalhadores imigrantes favoreceram tanto o aumento da força de trabalho na agricultura do café e nas atividades urbano industriais, quanto propiciou o aumento dos salários pagos aos trabalhadores para sua subsistência e reprodução enquanto classe social (SARTIM, 2008).

Outro traço importante desta expansão foi a chegada de trabalhadores imigrantes da Europa, principalmente da Itália, da Espanha e de Portugal, que fomentaram a resistência e politização dos trabalhadores brasileiros, assim como sua organização política. São deste período as Ligas Operárias, por exemplo. Os anos 1930 vão demarcar o tratamento que o Estado dava às manifestações da “questão social”. Conforme Sartim (2008), a repressão estatal representava a principal forma de intervenção pública na sociedade. No entanto, foi a partir deste período que o Estado criou as primeiras legislações sociais que visavam controlar os trabalhadores e adequá-los à expansão industrial e urbana que se delineava no país (SARTIM, 2008).

Se as manifestações da “questão social” já se expressavam desde a Primeira República, inclusive com as grandes greves dos anos 1917 e 1919, e com a formação de uma camada de trabalhadores urbanos, isto possibilitou experiências de organização e resistência dos trabalhadores nas principais cidades brasileiras daquele período. Já vigoravam neste momento regulamentos internos nas fábricas que controlavam questões como: horário de trabalho, admissão, salários, multas e abusos nas relações trabalhistas. Todavia, as normas voltadas à proteção dos trabalhadores eram frequentemente desrespeitadas, quando não desconhecidas. Além disto, a herança da escravidão permeava as relações sociais de trabalho na indústria o que favorecia o autoritarismo e a intervenção arbitrária dos patrões, que se mantiveram apesar da abolição da escravatura no país (SARTIM, 2008).

À medida que a classe operária se estruturava, crescia suas reivindicações e a “questão social” era debatida entre os trabalhadores e as associações patronais no Parlamento. Diante da intensificação deste debate, houve um esforço pela criação de uma regulação social do trabalho produto de acordos entre os sindicatos dos trabalhadores e dos patrões para o enfrentamento da “questão social”. Importantes acontecimentos no âmbito mundial como o fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa em 1917 e a expansão do Movimento Operário Internacional repercutiram na criação das normas de proteção ao trabalho no Brasil, com a manutenção da repressão estatal (SARTIM, 2008).

A Lei Eloy Chaves (Lei nº 4.682 de fevereiro de 1923) que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os ferroviários, assim como a lei que regulamentava as férias, o primeiro Código de Menores (1927) e a lei de acidentes de trabalho, consistiram nas primeiras iniciativas do Estado por meio de legislação. É também deste período a criação do Conselho Nacional do Trabalho, vinculado ao Ministério da Agricultura e Indústria e Comércio, formado por representantes do segmento trabalhista, do empresariado e do Estado. Todavia, as condições de trabalho não foram efetivamente alteradas (SARTIM, 2008).

Conforme Sartim (2008) persistia o tratamento da “questão social” por meio da repressão da polícia, o que potencializou a politização dos conflitos da relação capital – trabalho, mesmo os que diziam respeito apenas às condições de trabalho. O desenvolvimento urbano industrial do país esteve intimamente relacionado às questões do trabalho. Se o marco da regulação social do trabalho no Brasil é os anos 1930, e se nos anos 1940 alcançaram-se mudanças concretas pela criação de um Sistema Nacional de Relações do Trabalho, coube-nos o esforço de evidenciar como se delineou as primeiras medidas de regulação do trabalho no Brasil, fundada numa mediação de interesses entre capital e trabalho, e que manteve à margem da legislação a maioria dos trabalhadores inseridos em relações e condições de trabalho marcadas pela precarização.

O debate da flexibilização/desregulamentação do trabalho ganhou força no Brasil principalmente nos anos 1990. Todavia, o trabalho no Brasil é historicamente marcado pela precariedade que se manifesta na instabilidade, na descontinuidade do trabalho temporário, sazonal, na informalidade, no trabalho autônomo e familiar,

de tempo parcial, dentre outras formas de trabalhos desprotegidos pela legislação social.

2.2 O trabalho na sociedade contemporânea: aprofundamento da precarização

O trabalho é uma categoria de análise central na teoria marxiana e marxista contemporânea. É uma atividade essencialmente humana que insere o homem no processo de transformação da natureza, mas que envolve necessariamente relações sociais; é pelo trabalho que o homem transforma também a si mesmo. O homem, ao mesmo tempo que, é parte da natureza, para satisfazer suas necessidades elementares se coloca em constante intercâmbio com a natureza. Pelo trabalho o homem consegue preservar suas funções vitais para se reproduzir individual e coletivamente (ANTUNES, 2007; MARX, 2013).

Assim, o trabalho é a atividade mediadora da relação social e metabólica entre o homem e a natureza, por meio dele é possível a reprodução da vida cotidiana mediante a constituição do homem como ser social. Neste sentido, o trabalho é a condição de existência da humanidade e independe da organização social no qual se inscreve.

A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2013, p. 255).

Todo trabalho é um ato consciente, pressupõe que o trabalhador disponha de conhecimentos concretos que correspondam a determinados meios e finalidades. Logo, todo trabalho apresenta uma dimensão intelectual e, por esta razão, consideramos o trabalho numa forma essencialmente humana, elemento fundante da vida humana e condição para a sua existência (MARX, 2013).

Todavia, o modo de produção capitalista transformou a estrutura do trabalho, subordinando-o ao capital. A relação social entre capital e trabalho nasce de um

longo processo histórico que, ao introduzir a alienação no processo de trabalho, modificou profundamente a sua funcionalidade, subordinando todas as funções de reprodução social à lógica da expansão do capitalismo (ANTUNES, 2007).

Antunes (2007) e Mészáros (2009) explicam que o sistema capitalista, no intuito de realizar sua expansão, submeteu as necessidades humanas à reprodução do valor de troca. Isto significa que se o trabalho era a mediação necessária ao homem para satisfazer suas necessidades; o sistema capitalista operou a inversão desta finalidade: ao efetuar a separação entre valor de uso e valor de troca e subordinar este àquele, subordinou as necessidades humanas à reprodução do valor.

Para Antunes (2007), o aprofundamento da separação entre a produção voltada ao atendimento das necessidades humanas e a produção voltada à realização do valor e expansão do capital, somado à competição e concorrência entre os capitais, produziu a precarização da força humana de trabalho e a degradação do meio ambiente à medida que a relação metabólica homem-tecnologia-natureza, orientada pelos parâmetros do capital, é potencialmente destrutiva. Cada vez mais essa tendência destrutiva do sistema capitalista se revela. Dado o seu caráter expansionista, mundializado e incontrolável, sua continuidade e vigência evidenciam a tendência à crise estrutural de seu funcionamento (ANTUNES, 2007).

Esta concepção da tendência à crise do sistema capitalista encontra sua formulação em Marx, ao afirmar a tendência à queda da taxa de lucro como parte intrínseca ao desenvolvimento deste modo de produção.

Para Marx (1984), o processo de produção capitalista é necessária e simultaneamente processo de acumulação. Entretanto, a produção capitalista convive com uma tendência real de queda contínua da taxa de lucro, que está intrinsecamente ligada à progressiva redução relativa do capital variável (gastos com a força de trabalho) em relação ao capital constante (empregado nas matérias primas e auxiliares, e nos meios de trabalho), e logo, também em relação ao capital global.

[...] A relação se modifica não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já objetivado que ela põe em movimento sobe. A diminuição é relativa, não absoluta, e de fato nada tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais-trabalho postos em movimento. A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente

variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante (MARX, 1984, p.167).

Marx (1984) indica a influência de fatores contrariantes que vão debilitar ou prorrogar os efeitos da lei da queda tendencial da taxa de lucro, fazendo com essa queda ocorra com relativa lentidão, os quais são: o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor; o barateamento dos componentes do capital constante; a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital por ações.

Conforme Carcanholo (2013) é de fundamental importância pontuar que a lei da queda tendencial da taxa de lucro não prescinde da teoria do valor, pelo contrário, é deduzida da própria natureza contraditória do capitalismo. Ela se manifesta em períodos longos, podendo até mesmo ser superada pelos fatores contrariantes (ou contratendentes); ou seja, no percurso do desenvolvimento do sistema capitalista, há períodos em que a lei se efetiva claramente, com crises agudas; no entanto, há também aqueles nos quais a lei não se evidencia, podendo ocorrer o seu oposto – taxa geral de lucro crescente – sem, contudo, negar a existência desta lei.

Antunes (2007) mostra que ao contrário dos longos períodos de expansão nos quais as crises eram passageiras, o sistema capitalista vem dando sinais de esgotamento continuamente, evidenciando características de uma crise cumulativa, permanente e crônica, ou seja, uma crise estrutural que tende ao aprofundamento. É por esta razão que os países avançados vêm desenvolvendo mecanismos para “administrar” as crises, os quais veremos adiante.

O capitalismo dá mostras de uma nova crise na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1970. Crise tal que se expressa nas formas de crise do petróleo, *crise da organização do trabalho taylorista-fordista*, crise do modo de Bem-Estar Social e “crise da modernidade”. Estas não são senão expressões de uma crise estrutural do capital (MORAES, 2011, p.63 – grifo nosso).

A crise do padrão de produção taylorista-fordista é um dos sinais desse esgotamento, isto é, de crise estrutural do modo de produção capitalista. Esta crise desencadeia saídas, alternativas para que o capital recupere seu fôlego, seu potencial de acumulação. A flexibilização das relações de trabalho é uma das principais saídas criadas pelo capital para se recuperar da crise.

Conforme aponta Antunes (2007), o padrão de produção taylorista fordista, hegemônico na grande indústria ao longo do século XX, fundamentava-se na produção em massa de mercadorias, produção esta caracterizada pela homogeneidade e pela verticalização. A indústria automobilística foi o grande exemplo deste padrão que buscava a racionalização das atividades realizadas pelos trabalhadores, com redução do tempo e aumento do ritmo de trabalho, isto é, intensificando a exploração dos trabalhadores.

Aqui o trabalho parcelado e fragmentado foi responsável pela redução das tarefas do trabalhador a um conjunto repetido de atividades, que transformava-o em nada a mais do que um apêndice da máquina. Deste modo, o trabalhador perdeu a destreza que tinha anteriormente no processo de trabalho. Este processo possibilitava ao capital maior extração de sobretrabalho, tanto pelo prolongamento da jornada de trabalho – extração da mais valia absoluta – como pela intensificação do trabalho – subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, a extração da mais valia relativa (ANTUNES, 2007).

A Organização Científica do Trabalho ou Gerência Científica, sistematizada por Taylor, fixava o trabalhador no processo produtivo por meio de operações técnicas encadeadas e rigorosamente cronometradas. Tal mecanismo eliminou a margem de tempo de não trabalho que dispunha o operário (CASTEL, 2009).

Castel (2009) analisa os efeitos da Gerência Científica de Taylor sob dois pontos: a perda da autonomia operária e o alinhamento das competências profissionais sobre o baixo grau de tarefas reprodutivas. Todavia, em relação à destituição da autonomia, Castel afirma que as análises deste aspecto frequentemente são simplificadoras, pois idealizam a liberdade do operário pré-taylorista como se ele costumasse vender sua força de trabalho a quem lhe oferecesse mais, quando ao invés disso, a gerência científica geralmente se aplicava à massa de operários de origem rural, subqualificada e com pouca autonomia.

Entretanto, quando falamos da destituição da autonomia não ignoramos que a autonomia do trabalhador seja relativa. Na realidade, a relevância desta análise se encontra na dissociação entre concepção e execução do trabalho, isto é, na retirada da capacidade intelectual e criativa do trabalhador durante o processo de trabalho. Como pressupomos o trabalho como atividade essencialmente humana e que

implica o envolvimento da dimensão intelectual (MARX, 2013), a Gerência Científica trouxe uma reconfiguração importante no processo de trabalho e na vida do trabalhador, como veremos.

Braverman (1981), analisando a Gerência Científica de Taylor, se preocupa em explicar como a gerência introduziu o cronômetro no processo de trabalho, além de operar uma nítida separação entre a concepção e a execução deste. Para ele, tratava-se de uma grande estratégia do capital de suprimir a dimensão intelectual do trabalho operário, logo, a elaboração do trabalho foi apropriada pela Gerência Científica, cabendo ao operário a simples execução – mecânica e repetitiva – do trabalho, de um trabalho sem sentido para o seu executor.

Dal Rosso (2008) analisa que a proposta de Taylor visava o aumento do grau de intensidade do trabalho, sem que fossem necessárias mudanças profundas na estrutura tecnológica vigente naquele período. Assim, o método de Taylor consistia em resolver o problema do "subtrabalho", ou seja, do que ele considerava uma baixa eficiência do trabalho, um rendimento aquém do necessário. A produtividade máxima seria atingida quando o trabalhador dispensasse diariamente sua força de trabalho em quantidade dobrada, triplicada ou mesmo quadruplicada. A intensificação do trabalho já se apresenta aqui na medida em que há um maior dispêndio de energia, de esforço do trabalhador para produzir mais com a mesma jornada de trabalho.

A principal consequência desse método sobre o trabalho, que tinha por objetivo reduzir os tempos improdutivos durante a jornada, foi a redução do poder de decisão do trabalhador sobre seu próprio trabalho.

Castel (2009) desenvolve uma análise interessante ao afirmar que os métodos de racionalização taylorista não ficaram limitados aos portões das indústrias e foram implantados também no setor terciário; e, mais do que isso,

[...] seria melhor falar da implantação progressiva de uma nova dimensão da relação salarial, caracterizada pela racionalização máxima do processo de trabalho, o encadeamento sincronizado das tarefas, uma sincronização estrita entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, o todo permitindo o desenvolvimento de uma produção em massa. Neste sentido, é exato dizer que o modo de organização do trabalho comandado pela busca de uma produtividade máxima a partir do controle rigoroso das operações foi, de fato, um componente

essencial na constituição da relação salarial moderna (CASTEL, 2009, p.428).

Se até então, o salário pago ao trabalhador se reduzia ao estritamente necessário para sua reprodução material (e de sua família) enquanto classe trabalhadora, ou seja, a possibilidade de compra dos produtos para sua subsistência básica (MARX, 2004), o aumento substancial dos salários nesse período nos países capitalistas centrais aparecia sob duas ópticas.

Taylor defendia o aumento dos salários como estratégia de submissão dos operários às novas coerções disciplinares da indústria. Porém, foi Ford quem estabeleceu uma relação fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nesse período histórico: a relação entre a produção em massa e o consumo em massa. Surgiu daí a possibilidade do operariado moderno adquirir o estatuto de consumidor dos bens produzidos pela sociedade industrial (CASTEL, 2009).

No período de expansão do modelo fordista, conjugada às políticas de regulação keynesianas, o Estado de Bem Estar Social representava para os trabalhadores a garantia da seguridade social, sendo ele o gestor da relação salarial, quem fixava o estatuto mínimo aos assalariados, e era ele também quem gerava os salários indiretos. A existência deste Estado Providência, que garantia o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, ao lazer, à formação profissional etc., permitiu o desenvolvimento de uma concepção fetichizada acerca do Estado, bem como de seu ideal democrático (ANTUNES, 2007).

A incompatibilidade do padrão de produção taylorista-fordista às novas necessidades de reprodução do capital levou à queda o sistema de compromisso e regulação pactuado entre as classes sociais e o Estado nos países capitalistas centrais. Caiu por terra a ilusão de que a sociabilidade burguesa pudesse ser efetiva e duradouramente controlada quando fundada no compromisso entre capital e trabalho com a mediação do Estado.

Para Antunes (2007) o esgotamento do padrão de acumulação baseado no taylorismo fordismo, no fim dos anos 1960 na década seguinte, se deu pela incapacidade de resposta à redução do consumo; tratava-se, na verdade, do desemprego estrutural que se iniciava. Outros fatores também evidenciam este

processo. Cabe lembrar, no entanto, que mais do que do esgotamento deste padrão de acumulação, estamos frente ao fenômeno da crise estrutural do capital.

Explicar os motivos que desencadearam a crise do sistema capitalista é uma tarefa muito complexa, haja vista que intensas transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas incorreram em seu desdobramento. Todavia, buscamos elucidar os principais fatores nela presentes.

A redução do preço da força de trabalho, no pós-1945, junto à efervescência das lutas e dos movimentos sociais que nos anos 1960 buscavam o controle social da produção, foi um dos elementos responsáveis pelo decréscimo das taxas de produtividade do capital, que acentuou a afirmação marxiana da tendência à queda da taxa de lucro. Foi nesse período que as ações dos trabalhadores denunciavam os limites do compromisso fordista, numa revolta contra os métodos tayloristas-fordistas e suas principais contradições na estratégia de massificação, que destituíam os trabalhadores do poder de organização do processo de trabalho, resumindo suas atividades a tarefas repetitivas e desprovidas de sentido (BRAVERMAN, 1981; ANTUNES, 2007).

Outro elemento sinalizador da crise estrutural do capital é a hipertrofia da chamada esfera financeira. Trata-se da relativa autonomia do capital fictício frente aos capitais produtivos¹³; deste modo, o capital fictício tornou-se uma esfera prioritária para a especulação. Soma-se a isto, as fusões entre os grandes monopólios e oligopólios empresariais que acarretam a maior concentração de capitais (ANTUNES, 2007; MÉSZÁROS, 2009).

Behring (2003) e Antunes (2007) sinalizam também a chamada crise do Estado de Bem-estar Social nos países avançados, assim como de seus mecanismos de regulação. Tendo em vista responder à crise do capitalismo, algumas medidas foram adotadas no sentido de reconfigurar o papel do Estado com base na redução dos gastos públicos, principalmente na área social, e transferência de dinheiro público para o financiamento dos investimentos privados. A partir de então, acentuou-se à tendência generalizada às privatizações com uma série de desregulamentações e

¹³ Para maior aprofundamento neste tema, ver CARCANHOLO, 2013.

flexibilizações no processo produtivo, que incidiram diretamente sobre a força de trabalho.

Estamos falando de uma crise de superacumulação, no qual a crise do padrão taylorista-fordista é mera expressão aparente de um quadro mais crítico e complexo, cujo significado é a crise estrutural do capital já afirmada por Marx (1984). Segundo Antunes (2007) trata-se da manifestação evidente do sentido destrutivo inerente à lógica do capital. O desencadeamento da crise acarretou na queda dos mecanismos de regulação da economia e da relação capital-trabalho que vigorou nos países avançados no pós-1945, principalmente na Europa.

Instaurou-se, então, um processo de reorganização do capital, e também de seu sistema ideopolítico de dominação, como forma de responder à sua própria crise. Este processo consistiu num conjunto de medidas, tais como: a expansão das políticas de orientação neoliberal recomendadas pelo Consenso de Washington (1989), as privatizações das empresas e serviços estatais e do espaço público; a flexibilização dos direitos trabalhistas, além de uma intensa reestruturação da produção e do trabalho, com vistas à recomposição da taxa de lucro do capital. Trata-se, na realidade, de uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, argumento sobre o qual nos deteremos adiante.

A lógica destrutiva do capital empreende, em escala mundial, uma ofensiva contra a força de trabalho humana, com grandes parcelas da população à margem do processo produtivo, o que intensifica os níveis de desemprego estrutural, além do processo de precarização do trabalho. O modelo de produção toyotista e os novos modos de acumulação do capital são exemplares desta lógica.

A ameaça do desemprego estrutural tende a deixar os trabalhadores dóceis, fazendo com as formas precárias de trabalho sejam para muitos deles as únicas possíveis. Vale lembrar que o serviço público também sofre as transformações da flexibilização das relações de trabalho, admitindo contratações por tempo determinado, como ocorre com os professores substitutos das universidades federais, como a Ufes.

Em face da crise, o capital empreendeu um processo de reestruturação, tendo em vista a recuperação do seu ciclo de reprodução e também seu projeto de dominação

social que sofreu abalos diante da conflitualidade dos trabalhadores que questionavam os fundamentos da sociabilidade burguesa, assim como seus mecanismos de controle social (ANTUNES, 2007).

As mutações introduzidas pelo toyotismo no processo produtivo impactaram o mundo do trabalho, trazendo resultados imediatos sobre a classe trabalhadora, tais como: a grande flexibilização dos direitos trabalhistas, que se espraiava cotidianamente para as diversas esferas da produção e dos serviços; o aumento da fragmentação no seio da classe trabalhadora; a precarização e a terceirização da força de trabalho; a tendência ao fim do sindicalismo de classe combativo e sua transformação num sindicalismo de parceria (ANTUNES, 2007).

O toyotismo consiste numa forma de organização e gestão do trabalho nascida na empresa Toyota, no Japão pós-1945, e que rapidamente se difundiu nas grandes empresas deste país, difundindo-se para os demais países capitalistas a partir dos anos 1970¹⁴. Antunes (2007, p.54) afirma que se trata da “via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial”. Algumas características deste padrão de produção podem ser citadas, tais como: a produção vinculada à demanda; a produção variada e heterogênea (em contraposição à homogeneidade fordista); o trabalho em equipe, com multiplicada variedade de funções, a estrutura de produção horizontalizada, e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) visando à melhora da produtividade das empresas, dentre outras.

Enquanto alguns autores – dentre os quais Sabel e Piore (1984) – defendem que essa nova forma de organização industrial, tornou a relação capital – trabalho mais favorável, se comparada ao padrão de organização taylorista – fordista, na medida em que possibilitou a emergência do trabalhador mais qualificado, participativo, colaborador e polivalente, Antunes (2007), Alves (2013b) e Dal Rosso (2008) nos ajudam a desmistificar essa aparente inovação, mostrando como o capital, por meio da gestão toyotista, se apropriou ainda mais das capacidades do trabalhador,

¹⁴ Conforme Antunes (2007), a transferência do receituário toyotista para os países capitalistas ocidentais se deu de acordo com as singularidades e particularidades de cada país, isto é, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, dos movimentos sindicais e das condições do mercado de trabalho presentes em cada um, e também na medida da inserção destes países na divisão internacional do trabalho.

inclusive nas dimensões criativa e cognitiva, intensificando a exploração da força de trabalho. Nossa reflexão se fundamenta nestes autores.

Antunes (2007) constata que onde o sistema *just in time* - princípio do melhor aproveitamento possível do tempo de produção - é implantado há inúmeros exemplos de intensificação do trabalho. A introdução da tecnologia computadorizada nos processos produtivos não acarreta necessariamente o surgimento de trabalhadores mais qualificados e habilitados. As mudanças instaladas pela organização toyotista evidenciam a contínua transformação dentro do mesmo processo de trabalho, isto é, o caráter essencial do modo de produção capitalista é mantido, assim como seus pilares fundamentais que se assentam na exploração do trabalho.

No processo produtivo toyotista, os operários trabalham com várias máquinas diversificadas ao mesmo tempo, num dado ritmo e velocidade da cadeia produtiva conduzida pelo sistema de luzes. A intensificação do ritmo trabalho se apresenta dentro do mesmo tempo de trabalho e até mesmo quando o tempo de trabalho se reduz. Além disto, a introdução da maquinaria automatizada e informatizada, somada à apropriação da capacidade intelectual do trabalhador e à intensificação do ritmo do processo de trabalho gestaram condições favoráveis à retomada do ciclo de acumulação e expansão do capitalismo (ANTUNES, 2007).

Dal Rosso (2008) mostra que a primeira estratégia para combater a ineficiência do trabalhador, utilizada pelo modelo toyotista foi a redução de efetivos ou o enxugamento dos postos de trabalho. Apresenta-se aqui um traço característico da onda de precarização do trabalho que se acentua na gestão toyotista. Reduzido o quadro da força de trabalho, a Toyota conseguiu aumentar a produtividade dos trabalhadores atribuindo-lhes a operação de diversas máquinas, e mesmo daquelas que realizavam tarefas diferentes, reconvertendo, deste modo, o trabalho especializado em polivalente.

Ainda que com um contingente mínimo de força de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho, juntamente com o uso das horas extras e da contratação adicional, nos casos em que houve necessidade, propiciaram a elevação da satisfação da demanda (DAL ROSSO, 2008).

O mesmo autor analisa que o aumento da eficiência do trabalho, requer que o trabalhador gaste mais energias físicas e mentais. A operação de diversas máquinas simultaneamente leva o trabalhador a ter todo o seu tempo de trabalho formal transformado em tempo de trabalho real. Isto quer dizer que o trabalhador não mais dispõe de momentos de descanso enquanto a máquina opera sem precisar da ação dele. Com a substituição da noção um operário - uma máquina para um operário - diversas máquinas, o modelo toyotista elevou, na realidade, a intensidade do trabalho de seus operários. A polivalência é um componente importante na intensificação, pois ele exige um esforço a mais, um mais trabalho envolvendo a capacidade de conhecimento de distintas operações, envolvendo as emoções, a concentração e atenção.

Dal Rosso (2008) aponta uma relação de grande relevância acerca da intensificação do trabalho no modelo de gestão fordista e no toyotista:

Resumindo a forma como o sistema Toyota resolve a questão da intensidade, podemos afirmar que é um sistema que eleva o grau da intensidade a um ponto que nenhum outro sistema conseguiria jamais alcançar. Daí o seu sucesso e seu destino universalizante para além do território japonês e para além dos portões das fábricas de automóveis [...] Não é por ser ineficiente que o sistema fordista entra em crise. É porque as formas que emprega para elevar a intensidade ficam muito aquém daquelas empregadas pelo toyotismo" (DAL ROSSO, 2008, p.69).

Na realidade brasileira, a década de 1990 foi o marco dos grandes ajustes que, no bojo da Contrarreforma do Estado, inseriram o Brasil na nova onda de precarização do trabalho (BEHRING 2003; ALVES, 2013b). A precariedade de que falamos é a precariedade do trabalho assalariado, cuja raiz se encontra na inspiração toyotista e no seu modo de regulação salarial, que se reproduzem nas formas de contratação, gestão e organização da força de trabalho marcadas pela flexibilidade (ALVES 2013b).

Druck (2013) sugere que o processo de precarização do trabalho assalariado apresenta um caráter inédito por suas modalidades e dimensões, que se revelam nas alterações quanto às formas de organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, nas funções desempenhadas pelo Estado e nas políticas de proteção social, e ainda no novo comportamento dos sindicatos.

O caráter dessa *nova* precarização social do trabalho está sustentado na ideia de que se trata de um processo que instala - econômica,

social e politicamente - uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada - na visão hegemônica pelo capital - pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização, também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos (DRUCK, 2013, p.55-56).

A respectiva autora é defensora da tese de que a precarização social do trabalho que se instalou no Brasil nos anos 90 não sofreu rupturas, ela continua até o momento atual.

Alves (2013b) afirma que a precarização do trabalho assalariado que emergiu nos anos 90 atingiu amplamente o núcleo dos trabalhadores "estáveis" das grandes empresas, nas quais a reestruturação produtiva foi intensa, que concentravam trabalhadores com tradição histórica de organização política e poder de barganha sindical. Este é um traço importante da nova onda de precarização do trabalho, pois se historicamente, grande parte da classe trabalhadora no Brasil esteve imersa na precariedade estrutural do trabalho assalariado, este cenário identifica a expansão da precarização para setores antes caracterizados pela estabilidade, como os bancários e os metalúrgicos do ABC paulista, por exemplo.

No decorrer dos anos 1990 foram implementadas no Brasil políticas que flexibilizaram as relações sociais de trabalho. Para Alves (2013b) tais políticas criaram novas condições de exploração da força de trabalho, isto é, constituiu-se um arcabouço legal que regula as relações sociais de trabalho lançou as bases para o desenvolvimento de um novo capitalismo.

Cabe, porém, pontuar que conforme a análise aqui desenvolvida não se trata de um novo capitalismo, tampouco de uma nova precariedade salarial, como afirma Alves (2013b), antes do mesmo capitalismo que reatualiza velhas formas de exploração da força de trabalho há muito enraizadas na sociedade brasileira. Concordamos com Druck (2013) que a novidade reside no fato do Estado institucionalizar e regulamentar as modalidades históricas de precarização do trabalho assalariado: o trabalho de contratação temporária, parcial, o trabalho em domicílio, o trabalho familiar etc.

Dentre as novas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo, está a expansão do setor de serviços tanto no Brasil, como nos demais países capitalistas.

A concepção de setor de serviços adotada em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) compreende um conjunto de atividades relacionadas ao transporte, marketing, comércio, intermediação financeira, entretenimento, administração pública, serviços pessoais, atividades de limpeza, serviços de saúde, serviços de educação etc. (SANTOS, 2013).

O setor de serviços se destaca como aquele que mais emprega nesta era de desemprego estrutural. Os serviços, cujos produtos podem ser bens materiais ou imateriais, têm adquirido notória expansão nas diversas esferas da produção à medida que satisfaz necessidades humanas das mais variadas. Isto posto, surge o debate do trabalho imaterial.

As mudanças não só nas diversas formas de contratação da força de trabalho, mas também no interior dos processos de trabalho, nas formas de gestão do trabalho, na flexibilização da jornada de trabalho, na expansão dos serviços, nas formas de adoecimento dos trabalhadores, dentre outras; têm instigado o debate contemporâneo acerca da predominância do trabalho imaterial. Esta abordagem nos interessa porque perpassa o trabalho docente e, dependendo de como é conduzido o debate, pode levar alguns a crerem no fim da exploração do trabalho: tese que contestamos.

Analisar as novas configurações do trabalho na atual conjuntura e as transformações que sofre o trabalho docente precarizado requer, para nós, buscar os fundamentos no materialismo histórico.

2.3 O debate do “trabalho imaterial”

Para a tradição marxista,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua

corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p.255).

A discussão da materialidade e da imaterialidade, assim como suas consequências se faz necessária devido ao fato de que o trabalho do professor - cujos produtos são tidos por imaterial – sofre profundas transformações que o intensifica e que produz graves efeitos sobre a saúde deste trabalhador (DAL ROSSO, 2008).

O trabalho intelectual do professor, assim como do assistente social, do médico etc., realiza um produto cuja característica predominante é a imaterialidade. Na contemporaneidade, o desenvolvimento do modo de produção capitalista favorece a expansão das atividades denominadas *serviços*, cujo produto final muitas vezes é um bem imaterial¹⁵. É o caso da produção de informações, entretenimento, da administração pública, dos serviços de saúde, de educação etc. Deste modo, cabe salientar que esta modificação na forma das mercadorias produzidas, traduz mudanças no próprio processo de trabalho, no perfil da força de trabalho empregada e nos modos de sofrer e adoecer pela intensificação do trabalho.

Esta mudança corresponde à transformação do padrão de acumulação do capital, isto é, à passagem (com rupturas e continuidades) do padrão produtivo fordista-taylorista ao padrão toyotista¹⁶. Essa imaterialidade fomenta um debate profícuo acerca da validade da teoria do valor em Marx na atual conjuntura. Em outras palavras: “A passagem das atividades industriais para as de serviço corresponde a uma transição do trabalho material para o imaterial. Tal deslocamento conduz a implicações teóricas profundas” (DAL ROSSO, 2008, p.32).

Ao tomar como referência a análise de Dal Rosso (2008) e Santos (2013), o debate acerca do “trabalho imaterial” no cenário do capitalismo contemporâneo apresenta ao menos duas vertentes que se contrapõem em relação à validade da Teoria do Valor Trabalho (MARX, 2013).

¹⁵ A fim de esclarecer os conceitos utilizados neste capítulo, cabe explicar que não se trata de *trabalho material ou imaterial*, mas sim de produto/mercadoria material ou imaterial. Na tradição marxista, o trabalho pode ser classificado em produtivo ou improdutivo. Com base nisto, justificamos o uso de aspas sempre que falarmos de “trabalho imaterial”.

¹⁶ Para maior aprofundamento ver: ANTUNES, 2002.

A primeira vertente supõe a superação da teoria do valor e a necessidade de criação de novas categorias de análise para o trabalho imaterial. Este segmento de pensadores – que Santos (2013) denomina de teóricos do “trabalho imaterial”, como Negri, Gorz, Hardt e Lazzarato - entendem a teoria do valor enquanto uma *teoria quantitativista*, o que resultaria na impossibilidade do “trabalho imaterial” produzir a mais valia (SANTOS, 2013). Afinal, como seria possível quantificar/contabilizar a quantidade de trabalho empregado num bem imaterial?

O segundo grupo de pensadores, como Dal Rosso, Amorim e Santos, filiados à tradição marxista, propugnam o alargamento das noções que conferem fundamentação à teoria do valor na medida em que entendem que a produção de valor permeia as “atividades imateriais” (SANTOS, 2013). É dessa concepção que partilhamos a análise que aqui será desenvolvida sobre o trabalho docente.

A fim de melhor conceituar o trabalho que produz bens imateriais:

[...] chamamos de *trabalho imaterial* todo trabalho humano cujo resultado útil seja predominantemente imaterial, mesmo quando há a necessidade de mediação de objetos materiais para que este trabalho imaterial seja efetivado enquanto utilidade. Na realidade concreta não existem linhas rigorosas de demarcação que permitem a distinção completa entre trabalho material e trabalho imaterial. No trabalho imaterial há fragmentos de trabalho material: podemos tomar como exemplo um professor que, na sua atividade imaterial, consome instrumentos materiais, tais como giz, livros, anotações para gerar o resultado informacional de sua aula. Por outro lado, o trabalho material abarca, em diferentes níveis, excertos de trabalho imaterial: todo trabalho necessita da intervenção intelectual do trabalhador direto, imprimindo no objeto de trabalho a mediação de sua vontade e atenção voltadas à finalidade do processo. Desta maneira, é a preponderância da relação que determina, teoricamente, o uso das expressões *trabalho material* ou *trabalho imaterial* (SANTOS, 2013, p.15, grifos do autor).

Para Santos (2013) o que ocorre nesse debate é um *pseudoproblema da quantificação do valor* em Marx: para os teóricos do “trabalho imaterial” a existência do valor pressupõe sua quantificação empírica. Deste modo, pergunta-se: como quantificar, atribuindo validade numérica, mercadorias não materiais? Como quantificar o ensino, a informação e o debate que são produtos do trabalho docente? Mas será que para Marx a verificação empírica do valor seria o critério para sua real existência? “A impossibilidade de mensurar o resultado do ‘trabalho imaterial’ explicita uma limitação presente na teoria do valor erigida sobre pressuposições quantitativistas” (SANTOS, 2013, p.24, aspas nossas).

Em concordância com a análise de Santos (2013), nossa principal objeção às formulações dos teóricos do “trabalho imaterial” que postulam a insuficiência da Teoria do Valor Trabalho frente à expansão das formas de trabalho imaterial, como a do professor, reside em atribuir à teoria do valor critério de análise quantitativista. Para estes pensadores, a impossibilidade de medir a magnitude do valor dos produtos do trabalho imaterial é a prova de que a teoria do valor perdeu sua capacidade de explicar as mudanças na produção contemporânea, caracterizada pelo aumento da produção imaterial. “Para eles, *a teoria marxiana do valor é uma teoria quantitativista*” (SANTOS, 2013, p.28, grifo do autor).

A validade da teoria social de Marx para estudar o trabalho que produz bens imateriais no capitalismo se dá na medida em que se entende a ruptura deste teórico com os da teoria econômica clássica, cujas análises se pautavam no quantitativismo da teoria do valor. Para Santos (2013), o quantitativismo da teoria marxiana se coloca como um *pseudoproblema*, haja vista que:

Marx, mesmo ao considerar elementos relacionados à quantidade de valor, não pressupõe a necessidade de quantificação empírica como critério de existência do valor, nem a necessidade inexorável de o valor existir em mercadorias materiais (SANTOS, 2013, p. 43).

Em primeiro lugar, vale lembrar que a mercadoria apresenta um valor individual e um valor social e que o valor pode ser conceituado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para que a mercadoria seja produzida. O valor de uma mercadoria reside no seu valor social, ou seja, não no valor nela incorporado pelo trabalho individual, e sim pelo trabalho social demandado à sua criação (SANTOS, 2013). Vejamos em Marx:

[...] A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2013, p.117).

Marx, em contraposição à economia política clássica, expõe a categoria valor em sua unidade com o valor de uso. Isto é, a mercadoria (constituída pelo valor de troca

e pelo valor de uso) é o elemento fundamental da sociedade capitalista. Nela está contida a forma valor. O valor de troca é a dimensão relativa às relações de troca entre mercadorias com valores de uso diversos. Para que a troca seja realizada, as mercadorias precisam expressar valores equivalentes, precisa haver entre elas uma mesma grandeza quantitativa: o valor, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Logo, “as mercadorias se distinguem qualitativamente enquanto valores de uso; e, enquanto valor de troca, elas diferem *quantitativamente*. Portanto, a teoria marxiana do valor envolve elementos relacionados à *quantidade*” (SANTOS, 2013, p.49 grifos do autor). Contudo, isto não significa dizer que a teoria do valor de Marx é quantitativista.

O “trabalho imaterial” participa amplamente da esfera dos serviços, geralmente vinculado às profissões que atuam no âmbito da reprodução e do controle social, como por exemplo, o trabalho docente. À medida que as sociedades capitalistas se desenvolvem, o trabalho ideológico tende a adquirir caráter cada vez mais manipulatório. Isto ocorre devido aos interesses antagônicos das classes sociais para os quais a ideologia é utilizada como recurso para o controle e a manipulação, como veremos.

Alguns autores, dentre os quais Gorz, Hardt e Negri, utilizam a tese do trabalho imaterial para afirmarem o fim da sociedade do trabalho, ou da centralidade do trabalho, e da grande indústria. Segundo eles, a generalização dos serviços de informação, como a telecomunicação e a informática em rede, representa a transição para um novo tipo de sociabilidade, na qual o trabalho manual daria lugar à predominância do trabalho intelectual, que inauguraria a sociedade do conhecimento. Seria uma transição da sociedade firmada na reprodução da propriedade privada dos meios de produção para um comunismo espontâneo (GOMES, 2014).

Concordamos com Gomes (2014) que se trata das perspectivas pós-modernas que, sob vários ângulos e discursos, buscam tornar o processo de acumulação do capital mais conveniente, tornando-o mais apropriado sob uma pretensa humanização do capital. É o mesmo erro no qual incorre Rosanvallon (1998) ao discorrer sobre a nova questão social que, frente ao fenômeno do desemprego estrutural, recorre ao

Terceiro Setor para garantir oportunidades de emprego e assistência social como alternativa aos arcaicos instrumentos do Estado.

Alguns intelectuais vêm se apropriando da tese pós-moderna do fim do trabalho, defendendo o esgotamento histórico do modo de produção capitalista. Todavia, com todas as transformações prevalece a propriedade privada como elemento fundante da sociedade, além da exploração do trabalho, elementos centrais para a reprodução do capitalismo.

A contradição fundamental do sistema capitalista permanece: o descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações sociais de produção. A elevação da composição orgânica do capital, a variação, inovação e diferenciação da força produtiva do trabalho obedecem à tendência de aumento da produção com uma mesma quantidade de trabalho. Logo, em termos proporcionais, a reprodução ampliada do capital exige que montantes crescentes de capital sejam investidos na compra de meios de produção em relação ao montante destinado à compra de força de trabalho, ainda que ambas as magnitudes cresçam em termos absolutos (GOMES, 2014).

Daí se origina o efeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista que Marx (2013) bem explicitada no capítulo XXIII d'O Capital: o fenômeno da superpopulação relativa. Com o avanço da acumulação capitalista, continuamente os trabalhadores mais qualificados são substituídos por causa da desqualificação do próprio trabalho que, devido às facilidades técnicas das inovações, já não precisa contratar força de trabalho altamente qualificada.

É esta contradição que os pós-modernos, adeptos da proposição dos *novos empregos*, buscam negar. Porém é do descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações sociais de produção que surgem o desemprego estrutural e permanente, o enfraquecimento da organização sindical e a dificuldade de garantir melhores condições de trabalho e remuneração aos trabalhadores. Permanecem as relações sociais de trabalho fundadas na mesma base: na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho (GOMES, 2014).

Cabe esclarecer que não há a pretensão de resolver o problema teórico que se coloca por este debate. No entanto, é preciso, tendo como ponto de partida as

categorias de trabalho produtivo e improdutivo em Marx, esclarecer alguns conceitos à medida que eles fundamentam a análise aqui desenvolvida.

No capítulo V do Livro 1 d'O Capital, Marx analisa o modo de produção capitalista partindo da categoria *processo de trabalho*, que é a-histórica, ou seja, independe das relações sociais que estruturaram cada modo de produção anterior, trata-se simplesmente da relação de transformação da natureza pelo homem. O autor também apresenta os elementos que compõem o processo de trabalho (força de trabalho, meios de trabalho e o objeto de trabalho) independentemente das relações sociais que o caracterizam, isto é, relações sociais não capitalistas ou capitalistas (MARX, 2013; CARCANHOLO, 2012).

No que diz respeito ao processo de trabalho, o trabalho produtivo aparece então como aquele que produz os valores de uso diretamente. Mas esta categorização não basta, pois concordamos com Carcanholo (2012) quanto à insuficiência desta conceituação à medida que ela corresponde a apenas um dos dois aspectos contraditórios do modo de produção capitalista: o processo de trabalho (conteúdo material) e não ao processo de valorização, isto é, sua forma social e histórica. No modo de produção capitalista, o trabalho produtivo é aquele que produz o valor necessário à reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, e também a mais valia.

Do ponto de vista do processo de valorização, para ser trabalho produtivo não basta que produza valores de uso, é fundamental que produza mais valia, que seja trabalho explorado pelo capital, assalariado e que valoriza o capital. Observe que nessa primeira aproximação nosso objeto de estudo – a precarização do trabalho dos professores substitutos – não se enquadra nesta condição à medida que se situa no setor público. Faz-se fundamental então, recorrermos à compreensão de trabalhador coletivo em Marx (2013), que amplia o conceito de trabalhador produtivo.

[...] Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao trabalho manual. Mais tarde, eles se separam até formar um antagonismo hostil. O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho

produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções [...] (MARX, 2013, p.577).

Deste modo, é possível inferir que se antes era necessário tocar diretamente na matéria prima, através dos meios de trabalho, para ser trabalhador produtivo; com a complexificação do modo de produção capitalista, uma vasta gama de serviços operados por trabalhadores assalariados que são considerados parte do trabalhador coletivo, adquirem o caráter de trabalho produtivo. Logo, os trabalhadores do setor de serviços, que comumente produzem bens imateriais, podem ser considerados trabalhadores produtivos, desde que sejam assalariados pelo capital (MARX, 2013; CARCANHOLO, 2012).

Outro elemento importante para o entendimento da abrangência do trabalho produtivo é que em Marx (2013), para ser trabalhador produtivo não é necessário que o trabalhador coletivo produza mercadorias materiais (CARCANHOLO, 2012). O trabalho produtivo produz riqueza material ou espiritual, isto é, gera não somente mercadorias tangíveis, como também qualquer produto que satisfaça necessidades humanas.

O trabalho docente produz conhecimento, informação, debate e reflexão que satisfazem necessidades humanas na reprodução ideológica da sociedade capitalista. Deste modo, fica claro que produz bens imateriais. Todavia, o trabalho do professor é mediado a todo momento por meios de trabalho que são produtos materiais: quadro, pincel, computador, data show etc. É possível reconhecer a íntima relação entre produtos imateriais e materiais no processo de trabalho do professor.

A fim de aproximar nossa análise ao objeto pesquisado, observe-se: o professor substituto da Ufes é um trabalhador assalariado, mas pelo Estado e não pelo capital. Eis a questão: este trabalhador é produtivo ou improdutivo?

Conforme a leitura de Carcanhola (2012), o professor da educação pública e gratuita produz valor e excedente valor que não são pagos diretamente pelos que usufruem deste trabalho: os estudantes. Se estes estudantes são parte da classe trabalhadora, o valor de sua força de trabalho tende a ser ampliado à medida que se qualificam, ou seja, há um incremento na força de trabalho, sem que haja, no entanto, custo para os capitalistas. Além disto, sendo estes estudantes

trabalhadores produtivos, o valor e o excedente valor se transformam em lucro no capital global. Logo, “(...) o labor dos mencionados profissionais funcionários públicos é, então, *duplamente produtivo*; não só o excedente que produzem, mas todo o valor reaparece como lucro do capital” (CARCANHOLO, 2012, p.72 – grifo nosso).

No caso do trabalho do professor da educação pública e gratuita - como o substituto - educar estudantes trabalhadores improdutivos, o trabalho docente não comporá o aumento dos lucros gerais do capital. Aí, trata-se do professor da educação pública contribuir simplesmente para que não haja redução do lucro do capitalista para custear o incremento da força de trabalho (CARCANHOLO, 2012).

Ao partir desta compreensão, tem-se que o trabalho do professor substituto da Ufes pode tanto ser produtivo, quanto não; a depender se aqueles que usufruem do seu trabalho, os estudantes, são trabalhadores produtivos ou improdutivos, isto é, se o trabalho docente contribuirá para o aumento do lucro do capital global ou apenas, para a sua não redução.

Frente à complexidade desta questão e sua importância teórica, é fundamental situar o professor substituto como parte do trabalhador coletivo. Para aprofundar nossa compreensão da precarização deste trabalho, cabe estudar o lugar ocupado pelo professor substituto na engrenagem da universidade, assim como as transformações que a universidade sofre principalmente na última década, que vão reconfigurar sua função na sociedade, com a entrada dos investimentos privados e da lógica da mercantilização do ensino. Transformações estas que vão repercutir no conteúdo do trabalho docente, e ainda na saúde destes trabalhadores, objeto desta pesquisa.

2.4 Trabalho docente na Ufes: os professores substitutos

Há um ponto central na diferenciação entre o professor efetivo e o professor substituto nas IFES: os estatutos são diferentes. Enquanto o professor efetivo é investido de um cargo público, o professor substituto possui um contrato de trabalho. A investidura num cargo público representa para o trabalhador um vínculo de trabalho estável, ainda que se trate de trabalho assalariado. O contrato administrativo do professor substituto nas IFES é um contrato de trabalho temporário, no qual o vínculo da precariedade se instala e que também pressupõe a relação de assalariamento.

Se por um lado o Estado neoliberal tenta justificar a figura do professor substituto para suprir a vacância de professores efetivos alegando que o trabalho por tempo determinado serve à proteção dos vínculos estáveis, por outro lado, a introdução desse tipo de contrato nas IFES se inscreve num contexto macrossocietário, numa tendência crescente no mundo do trabalho: a da precarização do trabalho assalariado e das relações sociais de trabalho (ALVES, 2013b).

O trabalho de professores substitutos nas IFES é regulamentado pela Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993, que dispõe acerca da contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Todavia, sabemos que a contratação ocasional e temporária de professores para suprir a vacância do quadro docente efetivo já era uma prática nas IFES, antes mesmo dessa lei.

Em busca da reconstituição histórica da presença dos professores substitutos na Ufes nos deparamos com a ausência de registros. A história dos professores substitutos não encontrou lugar na memória desta universidade. O curto tempo de trabalho é tão característica nele que é como se ele não precisasse ter expressão no cotidiano acadêmico, como se pudesse passar despercebido, como se sua história estivesse à parte da dos demais trabalhadores.

Segundo informações cedidas pela diretoria do DGP em março deste ano, o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do ano 1995 a 2002, provavelmente foi no qual mais se intensificou a contratação de professores substitutos. Houve nesse governo um longo período sem que houvesse concursos públicos, sendo a contratação de professores substitutos uma prática constante da

universidade por anos. Chegou-se a ter maior número de professores substitutos do que de efetivos na Ufes.

Os anos da era FHC no Brasil foram caracterizados pelo congelamento dos concursos para professores das IFES, além da contenção dos salários e incentivo às aposentadorias e demissões voluntárias. No entanto, no governo FHC o renascimento da contratação temporária não se deu apenas com os professores das IFES. A Lei nº 9.601 de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, é um marco desse impulso à flexibilização dos contratos de trabalho no Brasil.

Na lógica da Contrarreforma Trabalhista, a preferência pela determinação do prazo para o emprego se esclarece em face da conveniência da empresa que, fora do seu núcleo estratégico de produção, só decide contratar trabalhadores quando e onde são necessários. Sob a ótica do mercado e da ideologia neoliberal, essas *reformas* contribuíram decisivamente para o renascimento do contrato temporário que de exceção passou a ser regra. Essa percepção permite explicitar o porquê da progressiva conversão de todos os empregos em trabalhos “contingentes”, inclusive no setor público. Embora haja uma peculiaridade nessa forma de contrato: a possibilidade de diálogo entre as partes, mas não assegura bons resultados, pois fere o princípio da igualdade, no que restringe direitos e compromete segurança do trabalhador (SARTIM, 2008, p.151 – grifo nosso).

Havia um arcabouço teórico e pressupostos neoliberais que buscavam sustentar a adoção dos contratos temporários enquanto uma medida benéfica para os trabalhadores, como se fosse uma resposta para o desemprego advindo dos processos de reestruturação produtiva em curso no mundo. Sendo assim, essa modalidade de contrato (supostamente) proporcionaria um status de cidadania aos trabalhadores desempregados. Porém trata-se de uma flexibilização no campo jurídico que, sob justificativa de conceder eficácia econômica às leis trabalhistas, acentua a precarização das condições de trabalho. Logo, a flexibilidade contratual, enquanto reordenamento jurídico restringe e abala os direitos sociais e trabalhistas (SARTIM, 2008).

Este incentivo à contratação temporária favorece o capital à medida que reduz significativamente o custo das demissões, inclusive no setor público. Ela também faz parte de um conjunto de medidas que visam ao enxugamento do gasto público, seguindo a perspectiva neoliberal de não onerar o Estado, já que este se encontra

numa (suposta) crise fiscal (BEHRING, 2003; SARTIM, 2008), como será analisado no próximo capítulo.

No período seguinte o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), reconfigurou esse quadro por meio da realização de concursos públicos para preenchimento de vagas de professores permanentes que há muito não haviam sido repostas. Cabe pontuar isto como uma conquista dos trabalhadores que já vinham lutando por concursos públicos nas IFES. Desde então, a contratação de professores substitutos reduziu se comparada à era FHC. Além disso, neste governo o MEC, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), criou o Banco de Professor Equivalente para regulamentar a admissão de professores substitutos, conforme prevê o Decreto nº 7.485 de 18 de maio de 2011.

De acordo com este Decreto o Banco de Professor Equivalente, enquanto instrumento de gestão de pessoal, tem como referência o Professor do Magistério Superior, Classe A, com denominação Adjunto (sem dedicação exclusiva), nível um, com regime de trabalho correspondente a 40 horas semanais e titulação equivalente a doutor, o que vale um inteiro. O Decreto delimita ainda outros parâmetros conforme cada categoria de professor e o equivalente numérico corresponde a cada um. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹⁷ o banco permitirá a definição anual do número de vagas docentes, tendo como base de unidade o professor equivalente. Sendo assim, o banco expressaria o potencial de aproveitamento de vagas de todas as IFES vinculadas ao MEC, considerando os professores em atividade, tanto efetivos, quanto substitutos.

Mediante a observação do Banco de Professore Equivalente, fica a cargo da própria universidade a realização de concursos públicos para prover a reposição do quadro docente e também a contratação de professores substitutos.

Conforme informações obtidas junto ao DGP da Ufes, num primeiro momento o Banco de Professor Equivalente gerou nos Departamentos uma resistência à contratação de novos professores efetivos. A razão era que caso um professor

¹⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/professoreq.html> Acesso em: 03 de julho de 2015.

efetivo se aposentasse, o Departamento ficava em dúvida se abria concurso para efetivo ou se deixava para contratar professor substituto, se houvesse necessidade dele depois, pois o Banco limitou, em termos de orçamento, a contratação de professores. Esse dilema se resolveu em maio do ano passado, quando o MEC permitiu a contratação de até 20% do quadro docente, de professores substitutos. Este quadro persiste até o atual momento.

Uma questão que merece ser problematizada é: para que serve o professor substituto? Ele serve tão somente para ministrar aulas cumprindo o programa das disciplinas sob sua responsabilidade. Das três dimensões do trabalho docente – ensino, pesquisa e extensão – somente o ensino lhe cabe, não cabe a este trabalhador conhecer a totalidade do trabalho acadêmico, tampouco dela apropriar-se.

Para Costa (2009), o trabalho do professor parecerá algo estranho quando as próprias circunstâncias do seu trabalho o conformarem num simples repetidor/transmissor de informações e de costumes oriundos de uma formação pragmática, subordinando-se aos conteúdos didáticos e às diretrizes curriculares de forma mecânica. Ou seja, na medida em que a relação entre o professor e o conhecimento que produz se transforma numa relação estranhada, o que ocorre por meio de uma formação esvaziada e pela destituição deste do poder de selecionar e organizar os conteúdos, assim como avaliar o rendimento acadêmico dos alunos, ele perde o controle sobre o seu trabalho, perde sua autonomia.

Na concepção de Costa (2009) o professor não está imune à exploração da sua força de trabalho, pois no capitalismo, a exploração atravessa todas as categorias de toda a classe trabalhadora, isto é, é condição *sine qua non* para aumentar a produção da mais valia. O professor, como qualquer trabalhador que dispõe apenas da mercadoria força de trabalho para vender em troca de salário para a sua subsistência, embora experimente a deterioração da sua saúde e a destituição da natureza formativa da educação por meio da ingerência do Estado na sua atividade profissional, não pode se negar o trabalho.

Todavia, tem-se de levar em consideração o fato do professor substituto não vender sua força de trabalho ao capital, isto é, não ser expropriado pelo capitalista. Cabe

ressaltar, como analisado no tópico anterior, que o trabalho docente é assalariado pelo Estado. Deste modo, defende-se que o melhor termo para expressar a condição de precarização do professor substituto seja degradação ou aviltamento, em vez de exploração.

No que diz respeito às relações entre a organização do trabalho no capitalismo e suas demandas à escola no século XX, o modelo taylorista fordista criou uma racionalidade que logo se reproduziu na organização do trabalho na universidade, cujo objetivo máximo era o aumento da produtividade; o que ampliou significativamente as funções do professor tanto na universidade, quanto fora dela. A otimização do trabalho docente se dava no atendimento a um número cada vez maior de alunos. O modelo taylorista fordista ainda inspirou o tecnicismo na educação, supervalorizando os métodos de ensino em detrimento do trabalho docente, impondo a este trabalhador uma prática de ensino fragmentada, de conteúdos parcelados (COSTA, 2009).

Com a crise dos anos 1970 e a reestruturação produtiva do capital, o modelo toyotista, com sua estratégia de reestruturação na organização do trabalho, tornou menos relevante a concepção de trabalhador especializado, conferindo à qualificação do trabalhador o teor da polivalência, isto é, o trabalhador pronto para administrar potenciais conflitos, detectar e resolver problemas e elaborar propostas criativas, sempre com vistas ao aumento da produtividade. Concordamos com Costa (2009), quando afirma que “isso tem requerido outra formação da classe trabalhadora para o mesmo trabalho alienado” (COSTA, 2009, p.91).

O processo de trabalho do professor substituto, como todo trabalho assalariado, é marcado pela degradação e também pela dominação. A dominação do Estado capitalista sobre o trabalhador instável, inseguro e precário. A dominação da ideologia burguesa que busca “capturar” a subjetividade destes trabalhadores, conformando-os à fatalidade do trabalho por tempo determinado, como algo natural. O trabalhador precário é imbuído da competência de formar mais força de trabalho para o “precário mundo do trabalho”.

Deste modo, cabe à universidade formar trabalhadores com as novas competências exigidas pela organização do trabalho toyotista. Trata-se de uma força de trabalho plástica para atuar nas células de produção, que trabalhe em equipes, que vigiem os

colegas para evitar a queda na produtividade e o absenteísmo, que fomentem a colaboração e a adesão ao projeto capitalista. Nesse modelo há uma supervalorização das competências pessoais (COSTA, 2009). Essa nova formação é ainda mais alienante para alunos e professores na medida em que ao abandonar a perspectiva da formação integral, valoriza mais os atributos pessoais do que o conhecimento sobre o processo de trabalho.

Este conjunto de novas exigências feitas ao trabalhador contribui para a conformação de um novo perfil de doenças relacionadas ao processo de trabalho. O sofrimento mental e o adoecer dos trabalhadores são expressões vivas de processos de trabalho adoecidos, marcados pela instabilidade, pela insegurança, pela desconfiança entre os pares e pela carência de perspectivas futuras.

2.5 A reorganização do trabalho e as mudanças no perfil de adoecimento dos trabalhadores

A história da saúde dos trabalhadores é a própria trajetória do movimento operário, da luta entre as classes e da correlação de forças presentes no Estado; o desenvolvimento de melhores condições de vida e trabalho está profundamente ligado à história das reivindicações dos trabalhadores. Com o advento da Revolução Industrial, os séculos XVIII e XIX, período no qual se expandiu o capitalismo industrial, foram caracterizados não só pelo crescimento da produção, como também pelo êxodo rural e pela formação de novos arranjos urbanos.

As relações de compra e venda da força de trabalho assalariada que se fortaleciam e se ampliavam desde a primeira metade do século XIX com a Revolução Industrial na Inglaterra e as formas de exploração desta força de trabalho exigiram uma intervenção sob a condição de inviabilizar a produção/reprodução do sistema capitalista: assim surgiu a medicina do trabalho (MENDES; DIAS, 1991).

As condições de vida da população trabalhadora eram marcadas pela extensa duração da jornada de trabalho, pela incorporação de crianças no trabalho fabril, por salários muito baixos, moradias precárias, períodos de desemprego que colocavam em risco a sobrevivência das famílias operárias, pela falta de higiene, além do esgotamento físico, dos acidentes de trabalho, da subnutrição, de altas taxas de mortalidade e reduzida longevidade (DEJOURS, 1992¹⁸; MARX, 2013).

As estratégias de resistência dos operários à exploração nas indústrias buscavam entrar a produção, tanto por meio de danificações às máquinas, quanto atrasos, absenteísmo e greves. Estas formas de resistir eram efetivas principalmente por duas razões: porque o empregador desconhecia relativamente o conteúdo do trabalho executado pelos operários e, porque a complexidade da maquinaria no processo de trabalho era baixa. Deste modo, os trabalhadores conseguiam exercer relativo controle sobre o processo de trabalho no que diz respeito aos tempos de execução das operações, tempos de movimento e de pausas (MERLO; LAPIS, 2007).

Todavia, os trabalhadores não dispunham de um sistema de proteção social que lhes trouxesse segurança no trabalho, ao mesmo tempo em que os acidentes de trabalho eram muito frequentes: queimaduras, lesões, amputações etc. As doenças do trabalho - pulmonares, respiratórias, cutâneas, cardíacas, respiratórias, além do estresse físico e mental - acometiam muitos trabalhadores, inclusive crianças e mulheres, levando-os à morte muito frequentemente (MERLO; LAPIS, 2007).

Este contexto histórico desencadeou a análise da saúde dos trabalhadores do século XIX enquanto análise da luta pela sobrevivência, haja vista, a necessidade de garanti-la, independente da doença (DEJOURS, 1992).

Surge então, a higiene, na tentativa de assegurar a saúde: a saúde das classes abastadas, e não dos operários. Nesta perspectiva, a higiene ensejava as leis sanitárias, observando as variações climáticas, o controle das endemias e epidemias, tratando da qualidade e limpeza dos alimentos e da água etc. Todavia, a

¹⁸ Christophe Dejours é um autor crítico que, embora não filiado à tradição marxista, tece análises de grande relevância no campo da Saúde do Trabalhador. Sua análise mostra os impactos da organização do trabalho sobre o corpo e a mente dos trabalhadores, com ênfase na saúde mental, primando pela relação entre prazer, sofrimento e trabalho. Diante disto, justifico o diálogo com os estudos deste autor.

higiene detinha um conteúdo moral, no sentido da investigação e controle dos hábitos e das posições sociais, influenciando na vida humana com rigor moralista para curar ou, ao menos, reduzir as enfermidades sociais, as doenças da sociedade (DEJOURS, 1992).

Para além do interesse pela saúde, a higiene propugnava a reforma moral e social entre as aglomerações de operários com vistas à contenção das condições que favoreciam o banditismo, a violência, a delinquência e a prostituição (DEJOURS, 1992). Logo, a higiene era aliada ao governo para o controle da classe operária.

O apelo aos especialistas e cientistas (supostamente neutros) se deu a partir do momento no qual a burguesia perdeu a credibilidade da sua imagem humanista; assim, o projeto de restabelecimento da ordem moral, teve continuidade (DEJOURS, 1992).

Nesse primeiro momento a preocupação com os danos a saúde resultantes dos riscos próprios ao processo de trabalho partiu dos capitalistas, numa perspectiva de manutenção da dependência do trabalhador (e de sua família) ao empregador, além do controle direto sobre a força de trabalho. Cabe ressaltar a fragilidade ou mesmo a inexistência de serviços de assistência à saúde da população trabalhadora que fossem providos pelo Estado, o que favoreceu a consolidação dos serviços médicos de empresa (MENDES; DIAS, 1991).

O saber médico era hegemônico e central na prática desses primeiros serviços de assistência à saúde dos trabalhadores assalariados, sendo os locais de trabalho o “lócus” privilegiado da medicina do trabalho, que assumia como tarefa a adaptação física e mental dos trabalhadores numa suposta tentativa de distribuí-los em áreas correspondentes às suas habilidades. A medicina do trabalho também se colocava à seleção de candidatos a um dado posto de trabalho e à busca de adaptação dos trabalhadores às suas condições de trabalho, por meio de atividades educativas (MENDES; DIAS, 1991).

No entanto, à medida que os movimentos operários se organizam e consolidam, afrontando à ordem moral e social instituída pela burguesia, outra forma de controle se desenvolve: a repressão estatal. O Estado é uma chave estratégica, que numa

sociedade mais complexa, se torna o regulador dos conflitos entre os operários e os patrões, e que passa a intervir com frequência crescente (DEJOURS, 1992).

A força das concentrações operárias, das associações, das câmaras sindicais e dos partidos políticos redimensionaram as lutas operárias, acentuando o cunho político dessas organizações e gestando as condições favoráveis à autonomização do Estado – ainda que parcial – em relação à tutela patronal, é claro que mediante fortes resistências por parte desta (DEJOURS, 1992).

Para Dejours (1992), as lutas operárias podem ser compreendidas, nesse período histórico, a partir de dois objetivos essenciais: primeiro, o direito à vida ou à sobrevivência, e segundo, a conquista da liberdade de organização. A palavra de ordem que se colocou durante o século XIX era a redução da jornada de trabalho e que levou alguns anos para que a classe operária obtivesse as primeiras conquistas nestes termos.

A segunda Revolução Industrial, entre os séculos XIX e XX nos Estados Unidos da América (EUA) caracterizou-se pela Administração Científica do Trabalho ou Gerência Científica. Os princípios sistematizados por Frederick Winslow Taylor e introduzidos na produção fordista foram aliados à atuação da medicina do trabalho, com vistas ao aumento da produtividade para a acumulação capitalista. Nesse período o conhecimento científico foi de extrema relevância para o desenvolvimento das indústrias química, elétrica e metalúrgica, em consonância com a fase do capitalismo monopolista (MERLO; LAPIS, 2007).

Taylor sistematizou os fundamentos da organização do trabalho, com vistas ao controle do trabalho alienado, da força de trabalho submetida às relações de compra e venda. A novidade empreendida por Taylor constava na necessidade absoluta da gerência impor, com rigor, a maneira como o trabalho deveria ser executado. Ou seja, o trabalhador não deveria ter qualquer poder de decisão sobre o seu trabalho, caso contrário, a gerência seria um empreendimento limitado e frustrado (BRAVERMAN, 1981).

Por *organização do trabalho* designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc. (DEJOURS, 1992, p.25 – grifo do autor).

A dissociação entre o processo de trabalho e o saber dos trabalhadores, a cisão entre a concepção e a execução do trabalho para garantir o monopólio e o controle deste pela gerência com vistas à redução dos custos do trabalho e aumento da produtividade são os princípios de Taylor. Vale lembrar que o controle sobre o trabalho é, na verdade, o controle das decisões tomadas durante o processo de trabalho.

O uso do cronômetro para mensurar o tempo de trabalho despendido numa dada tarefa também foi característica da Gerência Científica. O marca passo, isto é, o ritmo do trabalho era imposto aos trabalhadores que, num primeiro momento, se negavam ao aumento da produtividade, porém, com a divisão entre os trabalhadores: os que cediam à insistência do aumento da produção com oferta de maior salário e os que ainda resistiam à imposição taylorista, e a apropriação do saber dos trabalhadores pela gerência logo, a Organização Científica do Trabalho se disseminou, acompanhando o padrão de acumulação fordista.

Esse tipo de trabalho esvaziado de sentido, de significado para os trabalhadores, desenvolveu formas de sofrimento e adoecimentos no trabalho, além dos acidentes de trabalho característicos dessa era industrial. Para Dejours (1992) o trabalho taylorizado, ou seja, parcializado divide os trabalhadores, cria o anonimato e individualiza os homens ao se depararem com o sofrimento. O sofrimento que a organização do trabalho colocava aos trabalhadores tendia ao fracionamento da coletividade operária, exigindo defesas fortemente personalizadas.

A Psicopatologia do Trabalho se preocupava exatamente com os efeitos do trabalho taylorizado, repetitivo e parcializado sobre a vida psíquica do trabalhador, quando retirada sua capacidade intelectual pela Gerência Científica (DEJOURS, 1992).

Todavia com as grandes guerras mundiais e o pós II guerra, a evolução tecnológica na grande indústria e o rearranjo da divisão internacional do trabalho (DIT), revelou-se a insuficiência do conhecimento e da prática da medicina do trabalho para dar conta dos novos problemas causados à saúde pelas novas exigências do processo produtivo. Deste modo tanto os trabalhadores mostraram-se insatisfeitos com os agravos à sua saúde, quanto os empregadores, onerados pelos custos dos acidentes e adoecimentos no trabalho (MENDES; DIAS, 1991).

O conflito entre as classes possibilitou uma resposta a esta questão que se traduziu numa nova forma de intervenção sobre a saúde dos trabalhadores assalariados: a saúde ocupacional. A atuação do médico sobre o trabalhador se amplia com a perspectiva de intervenção sobre o ambiente de trabalho, tendo como aporte o instrumental técnico oferecido também por outras áreas do conhecimento, além da entrada de outros profissionais. Ou seja, a saúde ocupacional é caracterizada pela multi e interdisciplinaridade, com a organização de equipe multiprofissional (MENDES; DIAS, 1991).

No Brasil esse processo se deu forma atrasada e com tendência à reprodução do que ocorria nos países do Primeiro Mundo, sendo a reforma da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), ocorrida na década de 1970, expressão disto: instituía, por exemplo, a obrigatoriedade de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho etc.

No entanto, o modelo de intervenção da saúde ocupacional logo também demonstrou seus sinais de esgotamento, como: a não efetuação da ação interdisciplinar, a sobreposição de medidas desarticuladas e dificultadas pelas lutas corporativas e a abordagem aos trabalhadores como se fossem “objeto” das ações de saúde. Esta insuficiência se insere num contexto histórico mais amplo e complexo, que apesar de guardar certa especificidade com as relações entre trabalho e saúde, ocorreu num cenário político e social demarcado a partir da segunda metade da década de 1960 e caracterizado pelo questionamento do significado da vida e da liberdade, do trabalho, do uso do corpo etc. Estas transformações fomentaram a participação dos trabalhadores nas questões relativas à saúde e à segurança no trabalho em alguns países (MENDES; DIAS, 1991).

O nascimento da saúde do trabalhador, frente à insuficiência do modelo da saúde ocupacional¹⁹, é um processo que, embora guarde certa relação de especificidade com o trabalho e a saúde, surge e se desenvolve em meio à complexidade política e social da segunda metade da década de 1960 na Europa e que leva os trabalhadores a exigirem participação nas decisões de saúde e segurança no trabalho. À medida que o movimento social dos trabalhadores pelo direito à saúde

¹⁹ Para maior aprofundamento quanto a insuficiência do modelo de saúde ocupacional e o surgimento do campo da saúde do trabalhador ver: VASCONCELLOS, 2011.

se organiza, suas reivindicações tomam a roupagem de leis que introduzem importantes alterações na legislação trabalhista. Alguns direitos que se constituíram como pilares dessa nova legislação são: o direito à informação; o direito à recusa ao trabalho com graves riscos à saúde ou à vida; o direito à consulta prévia aos trabalhadores (em casos de mudança no processo de trabalho, tecnologias etc.) (MENDES; DIAS, 1991).

Os anos 1970 são representativos de profundas transformações nos processos de trabalho, tal como a tendência à “terciarização” da economia dos países centrais, isto é, sinais de declínio da indústria (setor secundário) nestes países, aliado ao crescimento do setor de serviços (terciário), impactando significativamente o perfil da força de trabalho empregada; e também a denominada *transnacionalização* da economia, que é a transferência daquelas indústrias para os países periféricos, principalmente das indústrias que causavam extrema poluição ao meio ambiente ou graves riscos à saúde. Além disso, tem-se a implantação de novas tecnologias nos processos produtivos, como a automatização e a informatização, permitindo ao capital depender menos da força de trabalho humana e, logo, exercer maior controle sobre ela (MENDES; DIAS, 1991).

Ressurge assim o vigor do taylorismo, com a primazia da gerência sobre a organização do trabalho, e a ênfase no planejamento e no controle do trabalho. De um lado, o taylorismo operacionalizou a cisão entre a concepção e a execução do trabalho, tornando os trabalhadores da grande indústria meros executores das suas tarefas, forçados ao aumento da produtividade, promovendo uma fragmentação entre os próprios trabalhadores sem autonomia, nem poder de criação e decisão sobre o seu trabalho. Por outro lado, tais imposições novas formas de resistência criadas pelos trabalhadores.

Deste modo nos anos 1960 emergiram críticas ao modelo da saúde ocupacional e surgiram novas experiências no campo da saúde, como programas alternativos de autocuidado de saúde, de assistência primária, com destaque para a participação da comunidade usuária, o estímulo ao uso de tecnologias simplificadas etc. A teoria da determinação social do processo saúde doença, que afirma a centralidade do trabalho como organizador da vida social foi fundamental nas críticas à medicina do trabalho e à saúde ocupacional (MENDES; DIAS, 1991).

Com a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista – dimensão da crise do modo de produção capitalista, como já analisado - e a implementação de um processo de reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, o capital busca não apenas recuperar sua taxa média de lucros, mas também reafirmar seu projeto de dominação ideológica na sociedade, projeto que constantemente vem sendo abalado pela própria dinâmica conflituosa da relação capital – trabalho e pelo questionamento da sociabilidade do capital, assim como de suas estratégias de controle social (ANTUNES, 2002).

A variação/incremento das forças produtivas que se deu por meio do toyotismo, como padrão alternativo ao taylorismo/fordismo, que compõe novas formas de acumulação flexível e de gestão da organização do trabalho. Assim o capital procura recuperar seu projeto de hegemonia junto à sociedade, nas mais diversas esferas das relações sociais. Se no auge da acumulação produzida pelo padrão taylorista fordista a grandeza de uma empresa era mensurada pela quantidade de operários que ali trabalhavam, na fase da acumulação flexível se destacam as “empresas enxutas”, isto é, aquelas que dispõem de menor número de trabalhadores e, mesmo assim, é capaz de alcançar altos índices de produtividade (ANTUNES, 2002).

O padrão produtivo toyotista é caracterizado pelo avanço organizacional e tecnológico, com ampla introdução de computadores tanto no processo produtivo, quanto nos serviços. Utiliza-se frequentemente da desconcentração produtiva e da terceirização. O processo de produção toyotista intensificou a exploração do trabalho na medida em que exigiu dos trabalhadores o uso simultâneo de várias máquinas diversas, além da imposição de um ritmo e de velocidade mais intensos. Além disso, é possível afirmar a apropriação das atividades intelectuais requeridas no trabalho automatizado e informatizado, aliada à intensificação do ritmo de trabalho (ANTUNES, 2002).

Se para o padrão de acumulação taylorista fordista os sentimentos e concepções do trabalhador acerca de seu próprio trabalho já eram valorizados, assim como o uso de sua inteligência e criatividade, para a fábrica toyotizada é essencial a apropriação do pensar do trabalhador, dos seus sentimentos, apropriação de sua identidade de classe e de sua subjetividade.

Mas o que interessa refletir aqui são as demandas desse novo modelo [...] sobre o trabalhador: um trabalhador mais escolarizado, com raciocínio lógico, com capacidades de se relacionar com os colegas e de operar equipamentos diversificados e complexos, apto a realizar diversas operações, motivado para o trabalho, engajado com os objetivos da empresa, um colaborador [...] (MERLO; LAPIS, 2007, p.66).

A fim de analisar a intensidade do trabalho é necessário partir da pessoa do trabalhador, daquele que realiza o trabalho, do coletivo de trabalhadores. Deste sujeito é exigido maior empenho, maior esforço e envolvimento de suas capacidades, sejam elas físicas, intelectuais ou psíquicas, ou a combinação das três. Além disso, a intensificação do trabalho capta a afetividade despendida no trabalho, os saberes adquiridos ao longo do tempo e transmitidos no processo de socialização; requer ainda o uso de relações com outros trabalhadores parte do processo de trabalho. O fenômeno da intensificação atravessa a cooperação entre os trabalhadores, as relações familiares, grupais e societárias nas quais o trabalhador se insere no seu cotidiano. Pode-se falar em intensificação do trabalho quando ocorre maior gasto de energia do trabalhador ao realizar suas atividades; e pode-se afirmar que a intensidade é maior quanto uma quantidade maior de trabalho é realizada num mesmo período de tempo (DAL ROSSO, 2008).

Todavia, seria um engano pensar que a intensificação do trabalho só ocorre mediante o incremento tecnológico no processo de trabalho, quando ela pode-se dar também pela adoção de alterações na organização do trabalho. Claro exemplo foi a intensidade não acompanhada por mudanças tecnológicas substantivas, que afetaram especialmente o setor público. Foi o caso dos professores universitários que, durante a greve de 1999, obtiveram do governo federal reajustes salariais com imposição de incentivo monetário, a gratificação pelo exercício da docência (GED), dando 100% de gratificação aos professores que obtivessem a média de 10 horas semanais em sala de aula, e apenas 60% aos professores que trabalhassem abaixo dessa média. Neste caso, não foram as mudanças técnicas as responsáveis por maiores resultados, mas mudanças na organização do trabalho docente (DAL ROSSO, 2008).

A intensificação do trabalho, isto é, a elevação das cargas de trabalho na contemporaneidade, se reflete nos mais diversos processos produtivos. A pesquisa realizada por Dal Rosso (2008), que tem como objetivo demonstrar esta diversidade,

debruçou-se na análise de dados informados por trabalhadores inseridos nos mais diversos ramos de atividades, tais como: bancos e finanças, telefonia e comunicação, supermercados, ensino privado, construção civil e serviço público.

Há em curso uma mudança de perfil dos impactos causados pela reorganização do trabalho na saúde: a intensificação do trabalho eleva significativamente os problemas de saúde, onde se destaca o crescimento do setor terciário, caracterizado pela prestação de múltiplos e diversos serviços e sua predominância na economia mundial, onde sobressai a imaterialidade dos bens produzidos pelo trabalho. Para Dal Rosso (2008) esta imaterialidade, típica do setor terciário, seria responsável pelo surgimento de agravos à saúde distintos daqueles que predominavam nos operários das sociedades industriais.

Essas transformações nos processos de trabalho, no contexto da mundialização do capital, expressam mudanças nas formas de sofrer e adoecer da classe trabalhadora. Atualmente já são conhecidas, também no Brasil, as novas formas de adoecimento que predominam na atualidade, como: as Lesões por Esforços Repetitivos (LER); os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort); a Síndrome de Burn-out; o estresse, a hipertensão, a gastrite. Além deles, os efeitos da reorganização do trabalho, se manifestam também sobre a saúde mental dos trabalhadores, como o sofrimento psíquico e a depressão.

A precarização do trabalho em larga escala tem na reorganização do trabalho uma aliada na estratégia do capitalismo global de submeter todas as esferas da vida humana à sua necessidade de acumulação. As universidades federais tem sido reorganizadas ou reestruturadas para expandir a ideologia de dominação burguesa. Com vínculos de trabalho precários e diante do quadro de desemprego estrutural, os professores substitutos tendem a oferecer menos resistência ao projeto de dominação do capital: enquanto docentes, o produto de seu trabalho, cujo conteúdo é imaterial, é difícil de ser mensurado, o que os deixa mais suscetíveis à intensificação do trabalho.

A convivência com ameaça da precarização do trabalho e do desemprego leva os professores substitutos a experimentarem o medo, que além de reforçar comportamentos de submissão, individualiza o sofrimento dos trabalhadores que vivenciam as mesmas angústias e inseguranças na universidade. No caso dos

professores substitutos, há também o medo de não estarem à altura das exigências feitas pelo trabalho: de nível de conhecimento, de experiência, de tempo, de formação etc. O sofrimento e o adoecimento tende a ser ocultado ou tratado como expressão de um trabalhador fracassado, que não deu conta, que não conseguiu se adaptar à intensificação. Não há lugar para ele na universidade reestruturada.

As transformações que as IFES vivenciam estão para além da sua expansão. A reestruturação aplicada nas universidades será aqui analisada como contrarreforma do ensino superior. Há que se acompanhar e analisar esta trajetória a fim de nos aproximar à realidade do trabalho dos professores substitutos na Ufes.

3 A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A contrarreforma do ensino superior se inscreve num projeto mais amplo empreendido pela classe dominante brasileira em sintonia com a mundialização do capital e sua expansão para as áreas sociais que tinham o Estado como principal agente. O Consenso de Washington (1989) pautou o receituário de políticas austeras, de ajuste da economia, a serem implementadas na América Latina, em consonância com as orientações econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Barreto (1999) aponta o surgimento de três mudanças na esfera pública: a redefinição do papel do Estado e da sua relação com a sociedade; a tomada, pelo setor privado, de algumas atividades de produção de bens e serviços públicos que anteriormente eram de competência do Estado e; a emergência do setor público não estatal que se volta às atividades sociais sem fins lucrativos. Para a autora, esses movimentos se devem à nova dinâmica do capitalismo internacional que se expressa na globalização das economias – mundialização do capital - e no aumento da competitividade.

Segundo Barreto (1999) tais movimentos são expressões de uma crise maior: a crise do modelo de Estado contemporâneo, seja no plano jurídico institucional, seja nos econômico, social e político. Os impactos do que ela chama de globalização tornaram insustentável o “modelo de Estado produtor, prestador de serviços, interventor, excessivamente burocrático e pouco comprometido com resultados” (BARRETO, 1999, p.108).

Cabe destacar que a análise desenvolvida neste capítulo acerca da contrarreforma do Estado e do ensino superior no Brasil se distancia da concepção de Barreto (1999). A principal crítica que se coloca é que não se trata de uma crise do Estado (produtor e interventor), antes, esta suposta crise oculta o movimento do real: a crise de superacumulação do modo de produção capitalista (BEHRING, 2003). Todavia, se faz pertinente expor a análise de Barreto (1999) a fim de explicitar os argumentos e estratégias forjados pela classe dominante brasileira, em consonância com a

burguesia internacional, para manter a economia brasileira subserviente na divisão internacional do trabalho.

A opção aqui adotada pelo termo contrarreforma, em oposição à “reforma” do Estado, se pautava na possibilidade de melhor compreender e analisar a realidade das políticas sociais brasileiras historicamente situadas no cenário de reestruturação do Estado, tendo em vista a restauração da ordem do livre mercado (BEHRING, 2003; COUTINHO, 2012). Tarefa que requer lucidez teórica.

O termo reforma possui um vínculo orgânico com as lutas empreendidas pelas classes trabalhadoras para transformar a sociedade burguesa. Deste modo, esta palavra conota um caráter progressista e de esquerda. No entanto, estrategicamente o neoliberalismo se apropriou do termo reforma para propor medidas com aparência de progresso, mas cujo conteúdo é conservador, pois se trata da restauração da velha ordem: a do livre mercado (COUTINHO, 2012).

[...] Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida (COUTINHO, 2012, p.122).

No discurso da classe dominante, este Estado deve assumir um novo papel: o de “regulador, indutor, coordenador e mobilizador dos agentes econômicos e sociais, cuja principal função é exercer a coordenação estratégica do desenvolvimento, da integração regional e da inserção internacional” (BARRETO, 1999, p.108).

Conforme Moraes (2011), dentre as respostas que o capital procura dar à sua crise está o novo papel do Estado. Esta nova função consiste em zelar, de forma mais exacerbada, pelos interesses do capital. Todavia, para a autora a estratégia mais impactante que o capital adota nessa conjuntura é a financeirização da economia.

É interessante notar que a suposta crise do Estado no Brasil é reafirmada nos momentos nos quais se assiste ao desmonte do Estado de Bem Estar Social nos países centrais. E, no Brasil, a crise se traduz na tendência ao desaparecimento dos programas estatais de caráter social cujo funcionamento é caracterizado pela precariedade (BARRETO, 1999).

No que diz respeito ao Estado de Bem Estar Social – nos países centrais do capitalismo - foi caracterizado também pelo acolhimento de muitas demandas das classes trabalhadoras, com importantes conquistas no campo dos direitos sociais, onde apesar do domínio das classes dominantes, a economia política do trabalho obteve significativas vitórias por meio de suas organizações sindicais e políticas. Este elemento leva Coutinho (2012) a afirmar que a experiência do Estado de Bem Estar Social pode ser compreendida pelo conceito gramsciano de revolução passiva.

Mas, o que dizer do Brasil, país no qual nunca se concretizou um Estado de Bem Estar Social, diante da tendência explicitada por Barreto (1999) de desaparecimento dos programas estatais cujo funcionamento já era precário?

Diante dos processos de reestruturação produtiva com todas as perdas e restrições de direitos dos trabalhadores, estes têm sido induzidos a uma postura defensiva, mediante o recuo do seu poder de barganha na luta de classes. Conforme Coutinho (2012, p.123), “(...) a luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado”.

A ofensiva neoliberal não permite a expansão nem o aprofundamento dos direitos conquistados pela economia política do trabalho. As contrarreformas presentes na agenda neoliberal (reforma da previdência social e as privatizações das empresas públicas, por exemplo) objetivam a restauração do liberalismo, da economia política do capital onde impera a lei do livre mercado. Diante disto, concordamos com Behring (2003) e Coutinho (2012) quando afirmam que o conceito mais apropriado para analisar os eventos contemporâneos é o de contrarreforma. Este conceito nos permite compreender que não se trata apenas de uma combinação entre novas medidas (contrarreformas estruturais nas políticas e instituições estatais) e velhas medidas (cortes de verbas para as políticas sociais, contratações temporárias). Trata-se, sobretudo, da preponderância do velho, da conservação da ordem do capital.

Barreto (1999) compartilha, junto à Bresser Pereira, da concepção de que a contrarreforma do Estado é um elemento central da agenda política dos anos 1990 porque se trata de uma imposição necessária, dada a globalização da economia e a crise do Estado. Barreto (1999) diagnostica três dimensões da suposta crise: a

fiscal, a do modo de intervenção do Estado e a do modelo burocrático de gestão pública.

A crise fiscal se justificaria pela crescente perda de crédito do Estado e pelo déficit da poupança pública. À crise do modo de intervenção do Estado, corresponderia o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações²⁰; e, a terceira dimensão da crise se evidenciaria pelos altos custos e baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado (BARRETO, 1999).

Assim, a contrarreforma do Estado brasileiro se desdobra em quatro direções interdependentes: a redefinição das funções do Estado; a redução do grau de interferência do Estado; o aumento da governança²¹ do Estado; e o aumento da governabilidade (BARRETO, 1999).

A redefinição das funções do Estado consiste na sua redução e, antes de tudo, na redução do contingente de pessoal. Esta estratégia implica na adoção de programas de privatização, terceirização e “publicização”. Para Barreto (1999) o processo de “publicização” como a transferência de serviços cuja prestação não é de exclusividade do Estado para o setor público não estatal, também chamado terceiro setor. Isto se dá por meio da transformação da natureza das organizações públicas estatais em organizações públicas não estatais, também conhecidas como organizações sociais. Cabe salientar que a educação, com suas instituições como as universidades, inclui-se nestes serviços. Diante do exposto, em nossa análise, publicização nada mais é do que um falseamento do real, pois se trata de mais uma estratégia de privatização do setor público.

A redução do grau de interferência do Estado ocorre por meio de programas que visem a desregulamentação e a realização de reformas econômicas que estimulem a economia nacional à competição no plano internacional. O aumento da governança do Estado, isto é, sua capacidade de implementação de políticas

²⁰ Cabe ressaltar que, enquanto a análise de Barreto (1999) está fundada na teoria desenvolvimentista que defende a industrialização por substituição de importações, a nossa diverge desta, pois se baseia na teoria da dependência de Rui Mauro Marini que será melhor explicada no tópico seguinte (3.1).

²¹ Entende-se por governança “(...) a capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, ou seja, de implementar políticas públicas de forma eficiente e conjugada com a sociedade (...)” (BARRETO, 1999, p.112). Todavia, em nossa compreensão esse termo naturaliza a ação do governo no sentido de redirecionar a intervenção do Estado, restringindo os gastos sociais e transferindo parte de suas reponsabilidades para a sociedade civil.

públicas de modo eficiente e em consonância com os interesses da sociedade, está relacionado ao ajuste fiscal supostamente, visando a autonomia financeira do Estado. O aumento da governabilidade seria fortalecer a capacidade política do governo de mediar interesses, garantindo legitimidade (BARRETO, 1999).

Tais direções conformam um modelo conceitual de contrarreforma do Estado, que especifica os setores característicos da ação estatal conforme a natureza de suas ações, associando-os a diversas formas de propriedade e modelos de gerência, como pode ser visto no Quadro 1.

QUADRO 1 - SETORES DO ESTADO, FORMA DE PROPRIEDADE E MODELO GERENCIAL

SETORES DE ATUAÇÃO DO ESTADO	NATUREZA DA ATIVIDADE	FORMA DE PROPRIEDADE	MODELO GERENCIAL
1º Setor Núcleo estratégico (Presidente da República, ministros, auxiliares e assessores diretos)	<p>Atividades de governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tomada de decisões estratégicas; • Definição de leis e de políticas públicas e cobrança de seu cumprimento; • Manutenção da ordem. 	Propriedade estatal	Modelo burocrático hierárquico
2º Setor Atividades exclusivas do Estado (Política, Fazenda, Receita Federal, Segurança Pública, Seguridade Social etc.)	<p>Atividades nas quais se exerce o “poder extroverso do Estado”, ou seja, atribuições que só o Estado pode realizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação; • Fiscalização; • Fomento; • Cobrança de impostos. 	Propriedade estatal	Administração gerencial
3º Setor Serviços não-exclusivos do Estado (ou	<p>Atividades nas quais não existe o “poder de Estado”. Envolvem áreas nas quais o Estado atua simultaneamente com outras instituições públicas não estatais e privadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde (hospitais); 	Propriedade pública não estatal, constituída por organizações sem fins lucrativos, orientadas	Administração

serviços competitivos)	<ul style="list-style-type: none"> • Educação (universidades); • Cultura (museus); • Ciência e tecnologia (centros de pesquisa); • Meio ambiente. 	diretamente para o atendimento do interesse público.	gerencial
4º Setor Produção de bens para o mercado	<p>Atividades econômicas orientadas para o lucro.</p> <p>Correspondem à área de atuação das empresas. Exemplo: setor de infra-estrutura.</p>	Propriedade privada	Administração gerencial

Fonte: BARRETO, 1999.

Tendo em vista a análise do nosso objeto, interessa-nos aqui principalmente a estratégia de contrarreforma para o setor de serviços não exclusivos do Estado, no qual se encontra a universidade.

Os formuladores do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado tecem as seguintes considerações: há um problema na rigidez administrativa desse setor que é próprio do modelo burocrático de gestão; não há razão para submeter tais serviços aos constrangimentos impostos pela administração burocrática, nem mesmo para mantê-los no âmbito do Estado já que eles não são exclusivos do Estado e; por último, esse modelo de serviço permite uma modalidade de gestão muito mais autônoma e flexível, que o Estado é incapaz de exercer (BARRETO, 1999).

É de fundamental importância analisar que este movimento de redução da intervenção estatal no setor de serviços não exclusivos do Estado, isto é, sua desresponsabilização pelas áreas sociais, obedece à ordem mais ampla de subordinação do Brasil às exigências do capital internacional, na era da predominância do capital fictício.

A financeirização da economia corresponde ao processo no qual o capital assume a forma mais desmaterializada e fetichizada, fazendo parecer que ele consegue se reproduzir e valorizar autonomamente, de modo mágico. Esse movimento do capital fictício favorece a configuração da divisão internacional do trabalho (MORAES, 2011).

Cabe, no entanto, ressaltar que esta predominância do capital fictício ou financeirização da economia traz significativos impactos sobre a educação e o trabalho, dentre os quais é possível citar: a tendências às demissões, a transferências dos riscos financeiros para os trabalhadores por meio do aumento dos salários conforme a participação de lucros e resultados (PLR) e, conseqüentemente, o crescimento do individualismo nas relações objetivas e subjetivas de trabalho (MORAES, 2011). Deste modo, a universidade é um espaço estratégico na nova divisão internacional do trabalho e, por isso, ela é sujeita as profundas transformações na sua estrutura, afetando diretamente a força de trabalho nela empregada, como o professores substitutos, objeto desta pesquisa.

Todavia, a abertura ao capital internacional assumida pelo governo FHC no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995) não teve fim com seu mandato. Nas palavras de Frigotto (2006), o governo Lula assumiu os mesmos descaminhos e, logo, pôs em andamento uma contrarreforma universitária. Tal contrarreforma consiste numa tentativa de redefinir a universidade pública tal como constava na Constituição Federal de 1988 (ORLETTI, 2009).

Para Orletti (2009), a contrarreforma universitária é dotada dos seguintes conteúdos:

[...] enfatiza a educação como mercadoria, em detrimento de sua garantia como direito social; esvazia a Universidade como instituto social de interesse público, diga-se, de sua função na produção independente de novos conhecimentos e de difusão artística e cultural; estimula as formações específicas e rápidas em detrimento das formações generalistas, densas e críticas; prioriza a quantidade em detrimento da qualidade; estimula a avaliação como mecanismo de competitividade; e desestrutura, a curto e médio prazos, a carreira docente (ORLETTI, 2009, p.77).

A universidade é o espaço de construção do dissenso, da contraposição ao pensamento único, ela se constitui numa instituição fundamental para se elaborar um novo consenso sobre a nação brasileira. Ela é a instituição capaz de interpretar os enigmas da modernidade, tendo como principais funções: “produção de conhecimento crítico em todas as áreas, ciência básica, aplicada, tecnologia, arte e cultura” (FRIGOTTO, 2006, p.34).

É exatamente por esta razão que a universidade se torna alvo das contrarreformas educacionais na medida em que ocupa um lugar privilegiado na formação de consenso para reprodução das relações sociais. Já que a universidade é produtora

de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D), o capital internacional tem interesse na sua produção e o Estado, por meio de contrarreformas, viabilizou a apropriação do conhecimento produzido na universidade.

Os recursos do fundo público brasileiro são investidos na universidade. No entanto, o capital tem se apropriado do conhecimento nela desenvolvido. Deste modo, o recurso público injetado nas universidades atende aos interesses de reprodução e acumulação capitalistas, mantendo a tendência de submissão da economia brasileira à divisão internacional do trabalho, reproduzindo sua condição periférica de dependência.

Ao analisar as transformações que as IFES do Sudeste do Brasil vivenciam, Silva Júnior e Sguissardi (2009) compreendem a mundialização do capital enquanto um movimento através do qual uma empresa nacional forte se descentraliza em outras unidades em vários países ou regiões que ofereçam menores custos de força de trabalho, matéria prima, leis trabalhistas etc. Logo, este fenômeno é um elemento fundamental para analisar o lugar e a função estratégicas das IFES. À medida que a mundialização do capital avança, “a soberania econômica de uma empresa poderia sobrepor-se à de um Estado nacional e suas instituições republicanas; destaquem-se, aqui, as universidades” (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2009, p.27).

A terceira revolução tecnológica também é um processo que incide na reconfiguração das IFES no Brasil. Com ela surge um novo paradigma de empresa, estruturada sobre novas bases de produção, principalmente pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo. As décadas de 1980 e 1990 nas quais se originaram as contrarreformas nas instituições públicas já expressavam os anseios das grandes corporações na busca por lucros, principalmente nas relações com empresas e instituições privadas nacionais, internacionais ou multilaterais (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2009).

A partir do momento em que o Estado brasileiro adotou as políticas neoliberais, afirmando uma (suposta) necessidade de Contrarreforma do Estado (1995), uma série de alterações foram introduzidas no campo jurídico, por meio das quais o Estado possibilitou às grandes corporações o acesso ao fundo público estatal por meio do uso de tecnologias e inovações tecnológicas das próprias universidades federais. Isto ocorreu pela criação de programas de incentivo à pesquisa e ao

desenvolvimento. Um bom exemplo é a denominada Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005) que privilegia as empresas de capital nacional e internacional na utilização de inovações tecnológicas (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2009).

A Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004) também colocou o conhecimento produzido nas universidades federais à disposição privilegiada das grandes empresas, por meio da inserção de pesquisadores universitários dentro destas. É de fundamental importância observar que à medida que as Ifes se colocam à serviço das empresas multinacionais, aquelas perdem sua autonomia na produção de conhecimento. E logo, o Estado também fica subserviente a estas empresas, perde-se sua autonomia (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2009).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007) que propõe aumentar o acesso e a permanência dos brasileiros no ensino superior, põe em questão a revisão do modelo acadêmico vigente na maioria das IFES. O REUNI objetiva ampliar a oferta de vagas no ensino superior e as políticas de assistência estudantil. Entretanto, esta ampliação é incompatível com o quadro de recursos humanos das IFES, recursos estes que já estavam defasados, vide a não reposição das vagas de aposentadorias além do corte de verbas que a educação superior sofreu nos últimos anos (ORLETTI, 2009).

Outro elemento importante, no que diz respeito à autonomia das universidades brasileiras, é que o REUNI foi imposto pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) sem a promoção de debate ou diálogo necessário com a comunidade universitária brasileira, sob justificativa de que a adesão das universidades ao programa é livre. Porém, os recursos adicionais para infraestrutura e realização de concursos mediante definição da própria instituição só serão disponibilizados às IFES que aderirem ao REUNI, isto é, trata-se uma falsa liberdade (ORLETTI, 2009).

Esta reconfiguração das IFES brasileiras expressa a opção adotada pelas classes dominantes brasileiras: a permanência da subordinação às exigências do capital internacional. Essa continuidade da dependência que caracteriza a economia brasileira representa ainda o abandono de um projeto de desenvolvimento de caráter

ao menos nacionalista, processo no qual a universidade perde sua autonomia, seu caráter de produtora de conhecimento crítico, ficando à serviço da ordem do capital internacional, reproduzindo as condições da dependência.

A mercadorização do ensino superior no Brasil é uma das expressões da inserção dependente e subalterna do país na economia mundial. A expansão das faculdades privadas nas últimas décadas é a mais clara evidência do projeto neoliberal para a educação. No entanto, mesmo as universidades públicas têm sofrido mudanças na sua estrutura, tais como: as terceirizações, as contratações temporárias, o surgimento de cursos *latu senso* pagos, o investimento do setor privado nos cursos mais rentáveis para o capital etc. Estas transformações convivem ainda com a tendência de compartimentalização do saber, isto é, a restrição do conhecimento por área, do tecnicismo e da hierarquização das áreas e disciplinas do conhecimento científico.

Por meio destas mudanças e tendências o projeto de educação de cunho neoliberal se enraíza nas universidades públicas e fazem parte de um projeto mais amplo, imposto pelo capital internacional à sociedade brasileira, de manutenção da ordem hegemônica e da dependência da economia brasileira aos centros de decisão daquele.

3.1 A dependência econômica e seus reflexos na educação

Os dilemas que a educação superior vivencia na atualidade, tais como a tendência à mercantilização do ensino, a privatização da universidade pública, a problemática expansão das instituições de educação superior, a intensificação do trabalho docente etc. estão profundamente relacionados à condição do Brasil de periferia na divisão internacional do trabalho, isto é, na sua condição de dependência econômica em relação ao centro decisório do capitalismo.

As peculiaridades da economia latino-americana se originaram de um processo de desenvolvimento capitalista completamente distinto daquele ocorrido nos países

capitalistas centrais, tido geralmente como parâmetro do modo de produção capitalista. Conforme Marini (2011), ainda que as relações sociais de produção capitalista hajam se desenvolvido de modo insuficiente, tal insuficiência é relativa aos aspectos da realidade latino-americana, tanto de sua estrutura global, quanto de seu funcionamento. É por esta razão que o autor defende a concepção de que o que se tem aqui não é simplesmente um pré-capitalismo, mas um capitalismo *sui generis* que só ganha sentido quando estudado na sua totalidade, a nível nacional, mas especialmente internacional.

O surgimento e a configuração da dependência latino-americana se deram mediante a divisão internacional do trabalho:

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e **sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida** (MARINI, 2011, p.134-135 - grifo nosso).

A América Latina, desde o século XVI, na sua condição subalterna de colônia, produtora e exportadora de bens primários para os países centrais europeus e importadora de manufaturas, se inseriu na divisão internacional do trabalho, e o lugar ocupado por este continente foi determinante para o seu desenvolvimento ao longo dos séculos (MARINI, 2011).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista se deu mediante o desempenho da América Latina, produtora de metais preciosos e alimentos tropicais, que propiciou o aumento do fluxo de mercadorias e expandiu os meios de pagamento, simultaneamente permitindo que o capital comercial e bancário se desenvolvessem na Europa. Deste modo, a América Latina foi, em grande medida, quem fomentou o sistema de manufaturas nos países colonizadores, abrindo o caminho para a grande indústria (MARINI, 2011).

Além disso, a América Latina foi fundamental na provisão de matérias primas para os países de capitalismo central, como ocorreu primeiramente na provisão de alimentos no período de crescimento da população operária e urbana neles nascente, na segunda metade do século XIX. Essa oferta contribuiu na redução do valor real da força de trabalho nos países industriais permitindo que houvesse ali um

incremento da produtividade mediante elevadas taxas de mais valia. Foi por meio da incorporação ao mercado mundial de bens primários que a América Latina exerceu um papel relevante no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (MARINI, 2011).

Além de prover meios de subsistência de origem agropecuária para os países industriais, criando uma oferta de alimentos a nível mundial, a América Latina também contribuiu por meio da formação de um mercado de matérias-primas para a indústria que se desenvolvia nos países centrais (MARINI, 2011).

Para Marini (2011) num primeiro momento, pode-se pensar que no âmbito das transações comerciais internacionais o intercâmbio de mercadorias corresponde à troca de equivalentes, cujo valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias, tal como analisou Marx (2013) em relação aos países europeus.

No entanto, Marini (2011) nota que há alguns mecanismos que possibilitam transferências de valor, desobedecendo às leis da troca. Isto se expressa, por exemplo, na fixação dos preços no mercado e nos preços de produção das mercadorias. Nas transações comerciais entre nações que trocam diferenciadas classes de mercadorias – matérias-primas e manufaturas – o simples fato de que algumas produzem bens que outras não, ou ao menos não com as mesmas condições, permite que os países industrializados infrinjam a Lei do Valor: vendam seus produtos a preços muito superiores. Estabelece-se então, a troca desigual.

Esta transgressão da Lei do Valor implica no fato de que as nações desfavorecidas nestas transações cedem gratuitamente parte do valor que produzem. Tal cessão favorece o país industrializado que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, haja vista sua maior produtividade (MARINI, 2011).

Ocorre então que os países não industrializados, exportadores de matérias-primas, compensam a perda de renda gerada pelo comércio internacional recorrendo a uma maior exploração do trabalhador, conforme destaca o autor:

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento

da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva (MARINI 2011, p.145).

O grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (no qual se produz a mais valia) e o tempo de trabalho necessário (no qual o trabalhador produz/reproduz o valor de sua força de trabalho, o seu salário) é o que, de fato, determina a taxa de mais valia. A alteração dessa relação de forma favorável ao capital, isto é, o aumento do tempo de trabalho excedente em detrimento do necessário, modificou a taxa de mais valia no sentido de redução do valor social das mercadorias, na desvalorização real dos salários, ou seja, dos bens necessários à reprodução da força de trabalho (MARINI, 2011).

Estes são exemplos de como o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países centrais se deu à custa da exploração da força de trabalho latino-americana. A economia latino-americana já nasceu dependente, isto é, seu desenvolvimento jamais poderia se dar da mesma forma como ocorreu nos países de capitalismo central. O que aparenta ser apenas um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas na América Latina é, na realidade, o modo e a condição próprios para sua inserção e desenvolvimento neste modo de produção (MARINI, 2011).

A dependência latino-americana subsiste na contemporaneidade, é uma relação que se reproduz e que se alimenta desse processo à medida que corresponde com a manutenção do modo de produção capitalista, sustentado na divisão internacional do trabalho. No Brasil a presença do capital internacional sempre foi profunda, ou seja, desde o período colonial (BEHRING, 2003).

No entanto, houve períodos em que se tinha no país um projeto de desenvolvimento de caráter nacionalista, como na Era Vargas, ainda que nos marcos do capitalismo, isto é, quando não se punha em questão a supressão das relações de produção capitalistas. Todavia, a partir da ditadura imposta pelo governo militar que promoveu a abertura do país ao capital internacional, principalmente o norte americano, e posteriormente, com a adoção das políticas neoliberais impostas a partir do Consenso de Washington pelos organismos internacionais e aceitas pelo governo

FHC, a perspectiva de se ter no Brasil um projeto de Nação ao menos desenvolvida, torna-se mais distante de vislumbrar.

A dependência latino-americana representa, em cada período histórico, a adequação a um desenvolvimento social específico conforme o modo de inserção e subordinação no contexto capitalista. Ou seja, as políticas desenvolvidas na América Latina, sejam estas de cunho econômico, social – como a educação superior – etc. correspondem também às configurações do mercado internacional. Assim, a reconfiguração do ensino superior nas universidades federais brasileiras se constitui numa importante esfera da política social neste sentido, na medida em que a dependência trata de uma conformação social, ela implica a conformação de exigências e limites concretos também no campo da educação superior.

3.2 As universidades federais brasileiras e a precarização do trabalho docente

As instituições universitárias brasileiras são expressão do contraditório projeto de sociedade e das relações sociais dominantes entre capital e trabalho. Deste modo, o atual cenário no qual se insere o ensino superior no Brasil neste contexto de contrarreformas educacionais, representam projetos políticos em disputa na sociedade (FRIGOTTO, 2006; ORLETTI, 2009).

As ditaduras civil-militares que se estabeleceram nos países da América Latina entre as décadas de 1960 – 1970 expressaram os projetos das classes dominantes de se associar e subordinar ao grande capital internacional. Ao observar período anterior na história brasileira, como no governo de Juscelino Kubitschek (JK), no qual o endividamento externo se elevou como resultado do Plano de Metas de 50 anos em cinco, identifica-se de fato o projeto desenvolvimentista da era JK não suprimiu as relações de produção capitalistas, e nem a concentração de renda. Entretanto, houve naquele período um projeto de desenvolvimento nacionalista no qual não se privilegiou a subordinação total da Nação brasileira aos ditames do capital internacional (FRIGOTTO, 2006).

Já nos marcos da ditadura civil militar as classes dominantes optaram pelo abandono de um projeto nacional desenvolvimentista²². Foi exatamente nesse período que se disseminou no país a tese que se provou equivocada de “primeiro fazer o bolo crescer para, então, dividi-lo”²³. Essa ideologia serviu ao consentimento à ingerência do capital internacional. As relações de poder ditatorial e econômica produtoras de desigualdades sociais foram justificadas, pela via da educação, por meio da teoria do capital humano²⁴ (FRIGOTTO, 2006).

A produção e a reprodução da dependência latino-americana se caracterizam pela não proposição de reformas efetivamente estruturais (agrária, tributária, política, jurídica e educacional), porém pelos rearranjos entre as classes sociais ao invés do conflito entre elas (RIBEIRO, 1978), ou seja, uma colaboração entre capital e trabalho via cooptação e políticas de caráter populista, pela fusão dos interesses das classes dominantes. Caracteriza-se ainda pela falta de autonomia frente aos centros decisórios de poder, frente à própria lógica de acumulação do capital. As próprias classes dominantes na América Latina são subordinadas à burguesia dos países centrais, o que implica no desenvolvimento político cultural, ou seja, nas formas de pensar a realidade latino-americana (FRIGOTTO, 2006).

No caso brasileiro a suposta dicotomia entre o atrasado/arcaico e o moderno/capitalista são exemplos do pensamento social desenvolvido no país, como se houvesse uma dualidade (OLIVEIRA, 2003). Esse pensamento oculta ao menos duas dimensões da realidade brasileira: a primeira refere-se à estrutura dependente e periférica enquanto condição e produto da inserção do país na economia mundial, estrutura esta produtora e reprodutora das condições de dependência, que se constitui num entrave ao desenvolvimento social, fruto das próprias condições materiais e; a segunda trata do desenvolvimento social como

²² De acordo com Behring (2003) em 1970 o Brasil era o sexto país mais desnacionalizado do mundo.

²³ Vale notar que esse falseamento da realidade é ainda muito presente no pensamento social brasileiro: a concepção de que o desenvolvimento social é decorrente do desenvolvimento econômico, isto é, parte-se do pressuposto de que a economia brasileira é atrasada e, logo, o país precisa se modernizar, precisa de mais capitalismo. Esta tese serve à mistificação da realidade latino americana e brasileira, na qual a desigualdade social é própria, inerente à conformação do capitalismo dependente e à sua posição na divisão internacional do trabalho.

²⁴ O uso do conceito *capital humano* é extremamente atual e cara à produção/reprodução do sistema capitalista, à medida que serve ao projeto social do capital, responsabilizando os próprios indivíduos pelo investimento em educação e por sua inserção no mercado de trabalho. Ainda personifica o saber, destituindo-lhe de sua dimensão social.

decorrente do desenvolvimento econômico, quando, na verdade, há no Brasil a convivência de indústrias de ponta e relações de produção arcaicas (como até mesmo o trabalho em condições subumanas, similares ao trabalho escravo), e o aumento da produtividade no país se deu à custa da concentração de renda.

Para Oliveira, a imbricação do atraso, do tradicional e do arcaico com o moderno e desenvolvido potencializa nossa forma específica de sociedade capitalista dependente e nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Mais incisivamente, os setores denominados de atrasados, improdutivos e informais são constituídos e condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial (FRIGOTTO, 2006, p.22).

A ideologia neoliberal adotada pela classe dominante brasileira que se justificou na tese da contrarreforma do Estado, com sérias implicações para a sociedade brasileira²⁵, tentou naturalizar o processo de globalização e da inserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Aqui reside uma das razões pelas quais a universidade brasileira, no seu caráter público, está quase fora dos projetos da burguesia brasileira subordinada ao grande capital internacional. E não só o ensino superior, mas também a ciência e a tecnologia vêm se tornando mercadorias, sujeitas à disputa no mercado. A própria universidade pública, autônoma, partícipe do fundo público, ou seja, instituição do Estado vai perdendo esse caráter e sendo transformada numa instituição gerida como se fosse uma organização social (FRIGOTTO, 2006).

Se por um lado, essa tendência foi desenhada desde a ditadura civil militar no Brasil, por outro, ela não se concretizou abertamente naquele período. É a partir da década de 1990, com o governo de FHC, que uma série de imposições é feita às universidades públicas via processos de controle social e de avaliação com viés produtivista, oriunda da lógica empresarial, e na ideologia da competência. Essas concepções tentam mistificar os processos de desigualdade social, fruto da relação capital – trabalho, como se fossem questões de opções e escolhas individuais (FRIGOTTO, 2006).

²⁵ Frigotto (2006) descreve os processos que acompanharam a reforma do Estado, como: as privatizações dos patrimônios públicos, o fortalecimento do poder do capital sobre o trabalho via retrocesso dos direitos trabalhistas, internacionalização da economia sob o jugo monetarista e fiscal etc.

Desta forma, a universidade pública perde seu papel de instituição estratégica fundamental para o desenvolvimento do país na medida em que não há hoje no Brasil um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e soberano. Isso fica bem explícito numa fala do economista Paulo Renato de Souza, ministro da Educação nos dois mandatos de FHC, que foi sintetizada pela *Revista Exame* (1996):

Segundo o ministro, “a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento autossustentado, desplugado da economia internacional e hoje em estado de agonia terminal. Para mantê-lo era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias”, diz Paulo Renato. Com a abertura e globalização, a coisa muda de figura. O acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *jointventures* se encarregam de prover as empresas dos países como o Brasil do *know-how* que necessitam. “Alguns países como a Coréia, chegaram a terceirizar a universidade”, diz Paulo Renato. “Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico” (FRIGOTTO, 2006, p.25).

Esta fala do então ministro da Educação explicita o projeto de classe a que este se vincula e a tendência à terceirização da universidade pública como estratégia viável. Além disso, evidencia a opção adotada pelo Brasil de copiar a tecnologia ao invés de produzi-la, o que está imbricado à posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Esta subalternidade traduz ainda o modo como a classe dominante brasileira se alimenta e reproduz a dependência da nossa economia (FRIGOTTO, 2006).

A educação, enquanto política social e pública, apresenta uma grande contradição: atende, ao mesmo tempo, os interesses de acumulação de capital e os interesses da classe trabalhadora, socializando o processo de construção do conhecimento. O ensino superior se constitui no centro de formação de força de trabalho qualificada, de produção da ciência, da tecnologia e ainda da inovação. Logo, a universidade corresponde a uma arena de disputas entre projetos societários e que se prestam à formação universitária, e que produz propostas de resistência às orientações dominantes (IAMAMOTO, 2014).

Tendo em vista adequar a universidade à tendência de financeirização da economia, o Brasil segue as recomendações dos organismos multilaterais -Unesco, Banco Mundial, União Européia e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que buscam conferir novo perfil à educação superior, cuja centralidade é a formação por competência. Deste modo, valoriza-se a capacidade

instrumental, com tendência ao deslocamento dos conteúdos teóricos para os de caráter instrumental, sintonizados com as exigências do mercado (IAMAMOTO, 2014).

Nossa análise terá sequência mediante articulação com os dados obtidos na pesquisa realizada junto aos professores da Ufes. O trabalho realizado até aqui servirá também para mostrar a universalidade do problema que pretendemos ter partindo deste objeto. Na verdade, queremos desmistificar a realidade na qual as IFES no Brasil estão imersas e também os professores substitutos a elas vinculados.

4 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES

Este capítulo explana os dados obtidos por meio da pesquisa exploratória realizada junto aos professores substitutos da Ufes. A análise aqui desenvolvida se volta às possíveis relações entre os dados coletados e a precarização do trabalho que invade também o setor público - com reflexo na jornada, nos salários e nos contratos de trabalho -, a um conjunto da classe trabalhadora denominada precariado, à contrarreforma da educação que reestrutura as IFES e aos impactos desses processos na saúde dos professores substitutos (adocimento e sofrimento psíquico), assim como às suas estratégias defensivas na luta pela saúde.

Os participantes da pesquisa, quando citados, serão identificados por letra (s) alfabéticas escolhidas aleatoriamente, como forma de assegurar o anonimato destes trabalhadores.

De acordo com o exposto no capítulo 2, os professores substitutos são contratados pelas IFES, mediante a Lei nº 7.485/1993, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Tal lei estabelece que a admissão de professor (pesquisador e tecnólogo) substituto ocorre em função da necessidade de suprir a falta de professor ocupante de cargo efetivo em função de vacância do cargo (vazio ou vago); afastamento ou licença na forma do regulamento; ou nomeação para ocupação de cargo de direção (reitor, vice reitor, pró reitor e diretor de campus), além de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação; suprir demandas advindas da expansão das instituições federais de ensino conforme os limites e condições estabelecidos pelo conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação etc.

Trata-se de uma contratação temporária, que pode variar de seis meses a dois anos, não podendo ultrapassar 20% do total de docentes efetivos em exercício na universidade. Além disso, o trabalho do professor substituto se diferencia do professor efetivo porque o primeiro não pode realizar pesquisa, nem extensão, sendo sua função direcionada exclusivamente ao ensino na graduação.

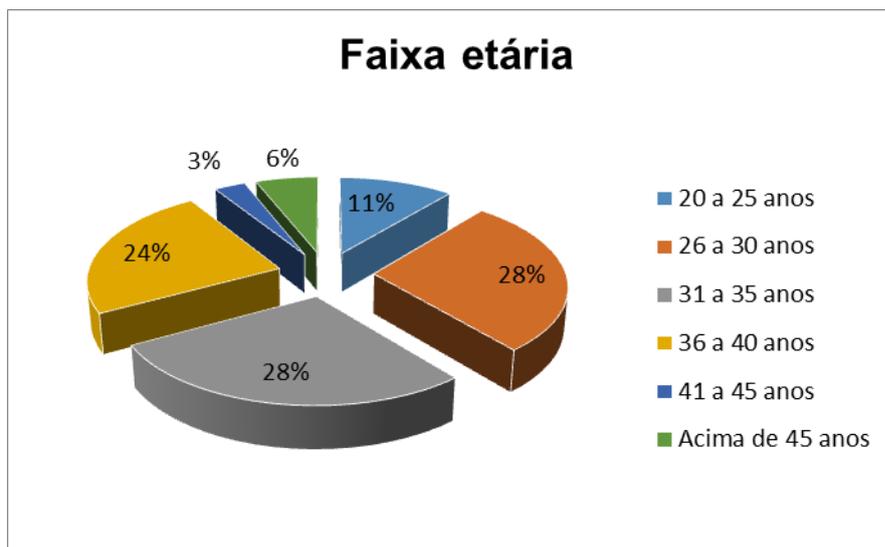
4.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Considerando-se o universo dos professores substitutos participantes da pesquisa, constatamos que é predominante o gênero feminino (63%). Isto sem dúvida contribui para reafirmar o estudo de Antunes (2007) demonstrando que a precarização do trabalho subalterniza ainda mais alguns grupos de trabalhadores, como as mulheres. Há na contemporaneidade uma tendência a que os postos de trabalho caracterizados pela precariedade, como os trabalhos temporários, sejam majoritariamente ocupados por mulheres.

No que diz respeito ao estado civil: 19 professores responderam serem casados, o que equivale a exatos 50%; 17 são solteiros, cerca de 44%; 1 em união estável (3%) e 1 é divorciado (3%).

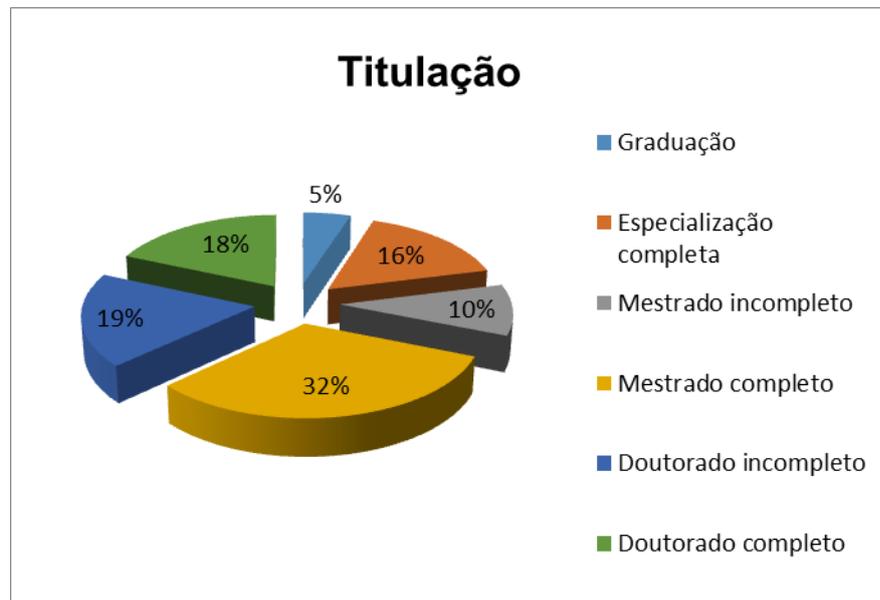
Conforme os gráficos abaixo, o quadro de professores substitutos da Ufes é composto majoritariamente por trabalhadores jovens e que buscam ingresso na universidade por meio de concurso público.

GRÁFICO 1- FAIXA ETÁRIA DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS



Fonte: sistematização própria.

GRÁFICO 2 - TITULAÇÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS



Fonte: sistematização própria.

O processo seletivo para professor substituto da Ufes exige apenas a graduação na respectiva área a qual o sujeito se candidata, sendo levado em consideração para pontuação no *curriculum vitae* as demais titulações e produções acadêmicas. Como se observa nos gráficos apresentados, parte muito expressiva dos professores substitutos da Ufes são jovens-adultos e altamente qualificados, sendo minoria aqueles que possuem apenas a graduação.

O trabalho de professor substituto pode significar, simultaneamente, oportunidade para aqueles que ensejam a carreira docente de se inserirem na universidade federal, adquirindo experiência profissional na área desejada, mas pode também evidenciar uma gama de jovens trabalhadores altamente qualificados que não encontraram emprego estável no mercado de trabalho, preferindo assim, quando possível escolher, trabalhar no serviço público mesmo que temporariamente. Esse elemento de análise será mais aprofundado adiante, quando relacionado a outros dados obtidos.

4.2 O professor substituto na condição de precariado

Na década de 1980 sociólogos franceses apresentaram sua análise do precariado em contraposição ao assalariado urbano industrial. O precariado seria uma fração da classe trabalhadora que se via pressionada entre a constante ameaça de exclusão social e a intensificação da exploração econômica. Nos anos 1990, a concepção de proletariado se popularizou entre estes intelectuais franceses que assim designavam os trabalhadores temporários.

Com a crise do modo de produção capitalista na década de 1970 e a acentuação do desemprego nos países centrais, que teria colocado cerca de $\frac{1}{4}$ da população adulta fora da condição de assalariado e excluída da cidadania pactuada no fordismo, Robert Castel e Guy Standing identificaram no precariado uma condição externa à relação salarial (BRAGA, 2012).

Já para Braga (2012, p.17):

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado [...] Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa Ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante.

Nesta perspectiva, o precariado se diferencia dos setores profissionais mais qualificados, melhor remunerados e tendencialmente estáveis. Assim, o precariado é representado pelo segmento mais mal pago e explorado do proletariado urbano e também dos trabalhadores agrícolas, sem contar a população pauperizada, bem como o lumpemproletariado (BRAGA, 2012).

Alves (2013b) ao tratar do *enigma do precariado*, situa esse conceito na atual era de crise do capitalismo global cujos principais desdobramentos se intensificam na semiperiferia dos países capitalistas centrais, como Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Para este autor, Portugal e Espanha expressam os casos mais extremos da manifestação social do precariado.

Na concepção de Alves (2013b) o precariado é composto por trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, mas que a despeito disso estão desempregados ou em vínculos de trabalhos precários. Os trabalhadores assalariados estáveis

geralmente se organizam em sindicatos ou organizações profissionais e acessam benefícios e direitos trabalhistas. Além disto, os trabalhadores estáveis possuem perspectiva de carreira profissional e consumo. O precariado se diferencia deles e, por sua vez, se distingue também da camada social dos trabalhadores assalariados de baixa escolaridade e pouca qualificação profissional que caracterizou o proletariado industrial no século XX.

Ao considerar esta análise, é possível estabelecer relações entre o precariado, e a categoria de docentes substitutos nas IFES, e na Ufes em nosso caso.

Quanto à dificuldade de inserção no mercado de trabalho na sua respectiva área de formação, 81,57% dos professores afirmaram não terem tido dificuldades. 10,5% afirmaram ter encontrado dificuldades e 8% não responderam esta questão. Dentre os que encontraram dificuldades (10,5%), as principais foram: inexistência de concursos públicos abertos (37,5%); falta de experiência profissional (37,5%); dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por dois anos ou mais tempo (12,5%) e; 12,5% relatou haver poucas oportunidades para seguir carreira docente na universidade federal.

Um professor que afirmou não ter tido dificuldade para ingressar no mercado de trabalho na sua área de formação apontou um fator limitante: não haver concursos públicos abertos (na sua área), o que expressa uma contradição.

Aqueles que referiram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho representam uma viva contradição do desenvolvimento capitalista na era atual: pertencem ao elevado contingente de jovens com alto nível de escolaridade que compõem o segmento dos trabalhadores precários, cuja vida laboral é acidentada pelo desemprego e pelos vínculos empregatícios também precários. Ademais, os professores substitutos não desfrutam dos mesmos benefícios trabalhistas que os efetivos, nem da perspectiva de carreira profissional. Outro agravante na condição de professor substituto é que uma vez encerrado o contrato, este trabalhador só pode voltar ao exercício da docência enquanto substituto após dois anos. Ou seja, além do trabalhar por tempo determinado, ele tem de ficar fora desse campo de trabalho durante dois anos, só passado este tempo, pode participar da seleção para professor substituto outra vez.

No Brasil a precarização do trabalho é estrutural, sendo sua regulamentação pelo Estado, a partir dos anos 90, o grande fator inovador. O que assombra a juventude trabalhadora brasileira é a incerteza de que a qualificação garantirá a ocupação dos empregos almejados nas suas respectivas áreas.

Dentre os 11 professores com idade acima de 36 anos, cinco afirmaram que possuem outro trabalho e seis que não possuem. Este dado nos chamou atenção por duas razões: a primeira refere-se à circunstância criada pelo capitalismo contemporâneo de comprimir o período de vida produtiva dos trabalhadores. Esta estratégia se dá mediante a maior valorização dos trabalhadores jovens, atribuindo-lhes supostas qualidades exigidas pelo mercado de trabalho, tais como, maior capacidade de correr riscos e serem “flexíveis” conforme as exigências do mesmo. Em contrapartida, a ideologia burguesa dissemina preconceitos na sociedade que desvalorizam os trabalhadores de meia idade e velhos por meio da negação dos valores da experiência do trabalhador e da associação entre idade e rigidez (SENNETT, 2012).

A segunda razão é: se levarmos em conta a precariedade do vínculo de trabalho do professor substituto das IFES, podemos considerar que estes trabalhadores, em sua maioria, ainda não obtiveram estabilidade na vida profissional. À medida que o tempo passa esses trabalhadores tendem a encontrar mais dificuldades de espaço no mercado de trabalho, apesar de suas experiências acumuladas ao longo da vida produtiva.

Chamou-nos atenção o caso de um professor com idade entre 41 e 45 anos, com doutorado completo e que não possui outro vínculo de trabalho além do de professor substituto da Ufes. Cabe lembrar que o contrato de professor substituto pode durar, no máximo, dois anos. Se o precariado é caracterizado pela força de trabalho jovem, altamente qualificada e com dificuldades de se empregar ou manter-se no emprego, por outro lado, há também o drama dos trabalhadores de meia idade que, também apesar da alta qualificação, não são valorizados pelo capitalismo contemporâneo que esvazia o sentido da experiência acumulada pelo trabalhador ao longo do tempo.

Quando perguntados se planejam seguir carreira docente após o encerramento do contrato de trabalho com a Ufes, 79% responderam que sim, 10,5% que não e 10,5% não responderam a esta pergunta.

Os que não planejam continuar o trabalho de professor universitário (10,5%) têm em vista prestar concurso público e/ou seguir carreira num outro trabalho que já desempenham. O professor R que pretende seguir a carreira docente, afirmou que talvez este trabalho lhe sirva como uma fonte de renda complementar, haja vista que, apesar de ser doutor na sua respectiva área do conhecimento, ganha muito mais num outro emprego público que lhe exige apenas a graduação.

Dentre os que desejam continuar na docência (79%), as principais expectativas que nutrem em relação a este trabalho podem ser observadas no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 - EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À CARREIRA DOCENTE



Fonte: sistematização própria.

A opção outros foi explicada pelos docentes por algumas razões, dentre as quais: por acreditarem que o trabalho acadêmico pode trazer outras oportunidades; pela possibilidade de fazerem o que gostam, pela certeza do período de férias remuneradas; pela possibilidade que há no trabalho docente do cuidado de si e do outro e; pela possibilidade de criar filhos, considerando que a Ufes disponibiliza a creche.

A quantidade de professores substitutos que almeja estabilidade na carreira docente é de grande relevância, principalmente se levarmos em conta os novos valores disseminados pela gestão flexível.

Os trabalhadores jovens da atualidade são preparados para frequentes mudanças e trocas de emprego. O capitalismo flexível dissemina no ideário dos trabalhadores que não há longo prazo, que a carreira tradicional está fadada ao desaparecimento. Esta condição de instabilidade busca modificar o próprio sentido do trabalho: em vez de ocupar vagas de emprego, os jovens trabalhadores tendem cada vez mais a se ocuparem em “projetos” ou “campos de trabalho” (SENNETT, 2012).

Na contramão dessa tendência, nossa pesquisa identificou que não apenas a maioria dos professores substitutos intenciona seguir a carreira docente, como também que suas principais expectativas são: pesquisa e estabilidade, que estão associadas ao tempo de médio e longo prazo no trabalho.

4.3 Precarização dos contratos de trabalho

A flexibilização do contrato de trabalho tem aporte na Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.490, de 04 de fevereiro de 1998. Este novo arcabouço legal permitiu o crescimento de modos instáveis de trabalho dentro do serviço público, com mudanças inclusive no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas. Deste modo, afirmamos que o conteúdo da flexibilização é a precarização do trabalho.

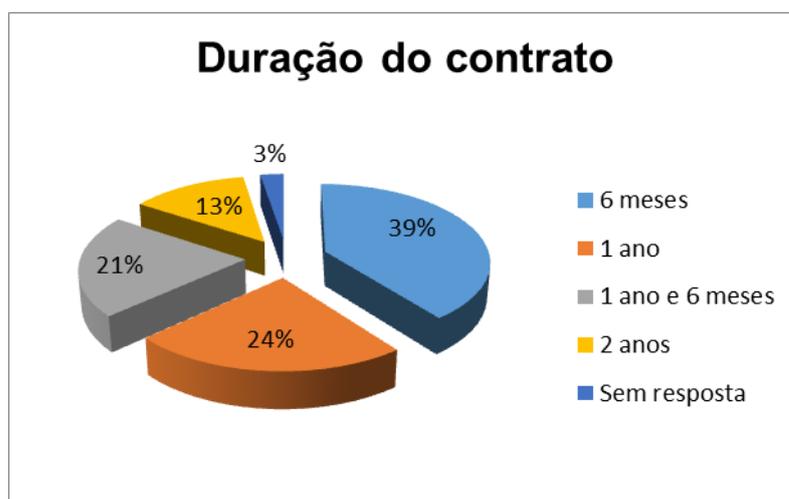
Em relação à contratação dos professores substitutos nas IFES e, logo, na Ufes, a Lei nº 8.745/93 define a modalidade de contratação por tempo determinado de no máximo um ano. Por meio da Medida Provisória nº 295 de 21 de julho de 2005 admitiu-se a prorrogação do contrato de professores substitutos desde que não excedam o prazo total de dois anos.

A modalidade de contratos temporários têm se tornado uma constante, a contratação de professores substitutos nas universidades públicas se tornou parte da engrenagem destas instituições (ZORZO, 2010; PARTOCKI, 2012).

Pode-se afirmar que a contratação temporária é marcada pela precarização na medida em que traz para o trabalhador a incerteza, a falta de garantias futuras quanto ao exercício de seu trabalho e aos ganhos advindos deste. Deste modo, identifica-se que as relações sociais de trabalho precário atravessam o setor público, estatal, produzindo/reproduzindo modos de trabalho desprotegidos, sem garantias, que ferem o direito ao trabalho.

Além disto, criou-se uma fragmentação entre os próprios trabalhadores: professores efetivos, com vínculos de trabalho estáveis, convivem e trabalham junto a professores temporários e precários.

GRÁFICO 4 - DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

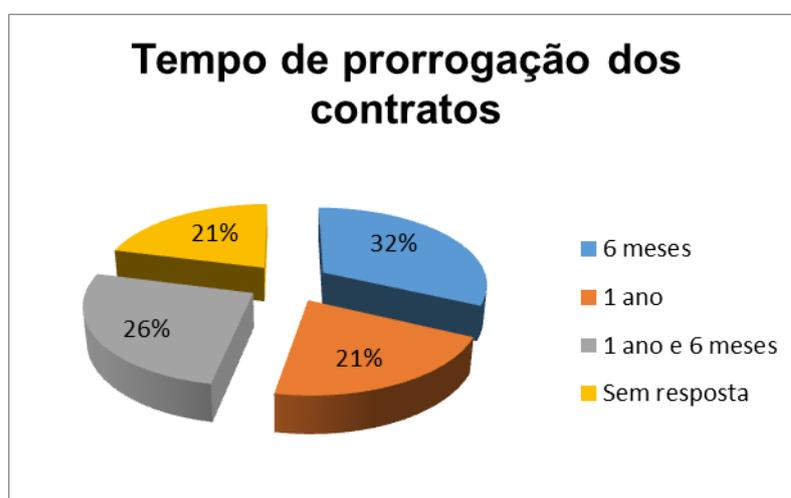
É possível perceber que o mecanismo de contratação de professores substitutos funciona inicialmente por período de seis meses na maioria dos casos. Muitos professores substitutos entram na instituição tendo como garantia apenas a permanência no período de seis meses, podendo ou não permanecer por mais tempo.

Quando perguntados se houve prorrogação nos seus contratos de trabalho, 32 professores substitutos afirmaram que sim, cinco disseram que não e um não

respondeu. Dentre os que não tiveram seus contratos de trabalho prorrogados, três trabalharam na Ufes por um ano, um participante lecionou por 1 ano e seis meses e, o outro, por dois anos.

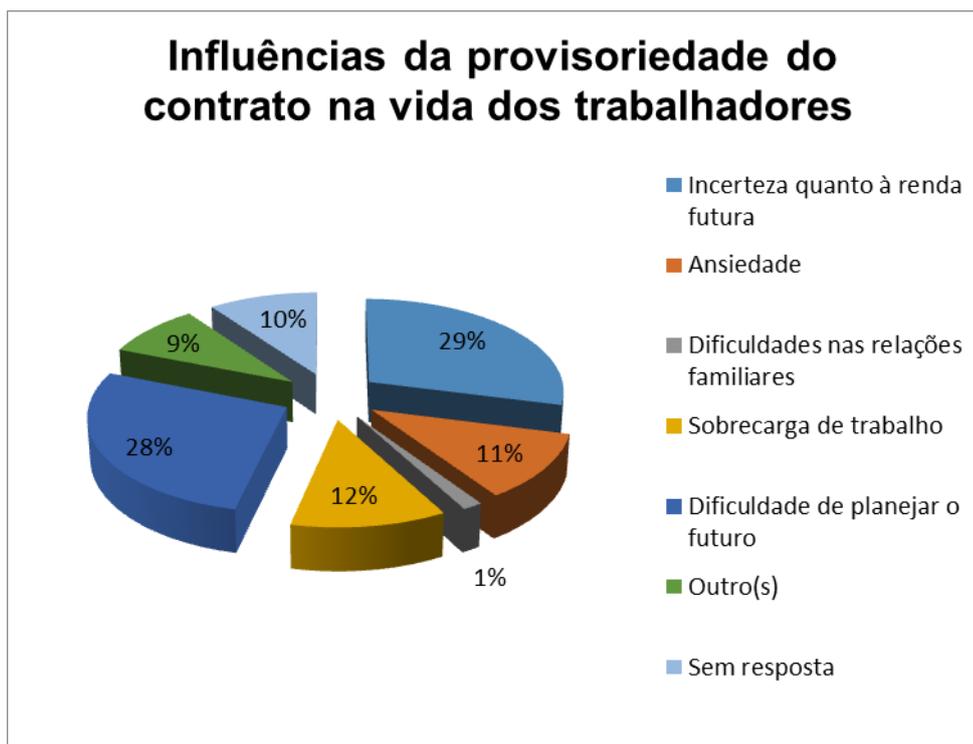
Pelo observado, pode-se argumentar que é prática da Ufes contratar professores substitutos por período mínimo – seis meses – e renovar os contratos na medida do necessário, do que já contratá-los por período igual ou superior a um ano. Ainda que ambos os prazos (seis meses ou dois anos) sejam curtos, haja vista o tempo de vida produtiva do professor, quanto menor for prazo de trabalho garantido a ele, mais insegura fica a sua condição.

GRÁFICO 5 - TEMPO DE PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

GRÁFICO 6 - INFLUÊNCIAS DA PROVISORIEDADE DO CONTRATO NA VIDA DOS TRABALHADORES



Fonte: Sistematização própria.

Outra característica do precariado é a carência de futuridade. O alto índice de respostas que referem a incerteza quanto à renda e a dificuldade de planejamento do futuro evidenciam este fenômeno. A carência de futuridade expressa o estranhamento destes trabalhadores jovens-adultos em relação à projeção de seu futuro. O trabalho temporário traz para os professores substitutos a certeza de que dentro de determinado tempo, seis meses ou um ano, por exemplo, serão desligados do trabalho e com isso, traz também as incertezas quanto ao emprego e à renda. Tais incertezas comprometem a capacidade do trabalhador de planejar seu futuro, de criar projetos em todas as esferas da sua vida e não apenas profissional (ALVES, 2013b).

As consequências apresentadas acompanham os vínculos precários marcados pela temporalidade. Do mesmo modo, os professores substitutos da Ufes, tendem a conviver com a incerteza do tempo de seu vínculo trabalhista com a universidade; não sabem se irão trabalhar um semestre, um ou dois anos. E muito menos sabem o que os aguarda ao fim deste contrato. Essa condição que submete estes trabalhadores os leva à impossibilidade de planejamento do futuro e ao convívio com a ansiedade e a incerteza, que podem se desdobrar no agravo à saúde mental destes trabalhadores.

Os professores que responderam outros relataram questões, tais como: ter de trabalhar e procurar outro emprego ou estudar para concursos ao mesmo tempo. É possível estabelecer relação entre esses relatos e a sobrecarga de trabalho na medida em que a incerteza de trabalho a médio e longo prazo adianta para os trabalhadores a necessidade de procura de emprego no presente, numa tentativa de segurança e estabilidade inexistentes no trabalho de docente substituto.

A sobrecarga de trabalho também pode ser identificada nos casos dos trabalhadores que mantêm outro vínculo de trabalho além da Ufes, na busca por se manter no mercado de trabalho mesmo após o desligamento da universidade e por melhores salários. Estes aspectos serão analisados mais a frente.

Os professores relatam ainda como consequências da provisoriedade de seu trabalho:

Descontinuidade do trabalho realizado: não é possível pensar em ações de longo prazo, que impactem o curso positivamente [...] (PROFESSOR K).

Tive oportunidade de ingressar numa faculdade privada, mas dei preferência à Universidade Federal para conhecer o contexto e obter experiência (PROFESSOR D).

O professor HM considera que a provisoriedade do contrato de trabalho sobre a sua vida lhe traz a oportunidade para desenvolver as habilidades necessárias ao magistério.

Todavia cabe lembrar que esta mesma provisoriedade coloca o professor numa condição de insegurança e instabilidade.

Na atual tendência da nova era dos empregos (ou dos desempregos), na qual as taxas de mudança de emprego são relativamente altas, principalmente entre os jovens, a capacidade de mudar, de sair de um emprego para outro, é mais valorizada do que a segurança do emprego e o compromisso com uma instituição. Deste modo, os trabalhadores convivem com a instabilidade e a insegurança como se fossem naturais ou necessários, parte da dinâmica do mercado de trabalho (SENNETT, 2012).

Logo, é possível refletir que a modalidade de contratação temporária é uma estratégia empreendida pelo capital na sua luta contra o trabalho e que consiste em

deixar o trabalhador numa condição de insegurança e, portanto, vulnerável às flutuações do mercado de trabalho. Quando adotada no setor público, como ocorre nas IFES e na Ufes - espaço geográfico da nossa pesquisa - a contratação por tempo determinado reproduz a mesma lógica do mercado no espaço público, colocando o trabalhador da universidade na mesma condição de instabilidade que o do setor privado.

4.4 Precarização da jornada de trabalho docente

Já dizia Marx (2004) que o tempo é o campo de desenvolvimento do homem. Exatamente por isto, o tempo de trabalho é o elemento central no desenvolvimento das relações sociais capitalistas de trabalho, ainda que de forma implícita como se dá com o trabalho docente. Na sociabilidade capitalista o trabalhador não é mais que tempo de trabalho personificado (SARTIM, 2008).

Para nossa análise, cabe pontuar que extensão da jornada de trabalho e intensificação do trabalho são conceitos distintos, embora aquela possa indicar para esta. Enquanto a primeira se refere à duração do trabalho, a segunda considera o esforço despendido, a quantidade de energia gasta, o empenho exigido, o ritmo e o envolvimento intelectual e emocional (DAL ROSSO, 2008).

Ao analisar a indústria moderna, Marx afirma:

[...] a máquina joga por terra todas as barreiras morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (MARX, 2013, p.480).

Tratando-se do tempo de trabalho docente e da valorização do capital, cabe levantar algumas ressalvas. Como nosso objeto de pesquisa é delimitado pelo trabalho dos professores substitutos numa instituição federal (pública e estatal), isto é, não totalmente convertida à valorização do capital e que apresenta certo grau de autonomia frente às exigências do mercado, pode-se entender que a transformação

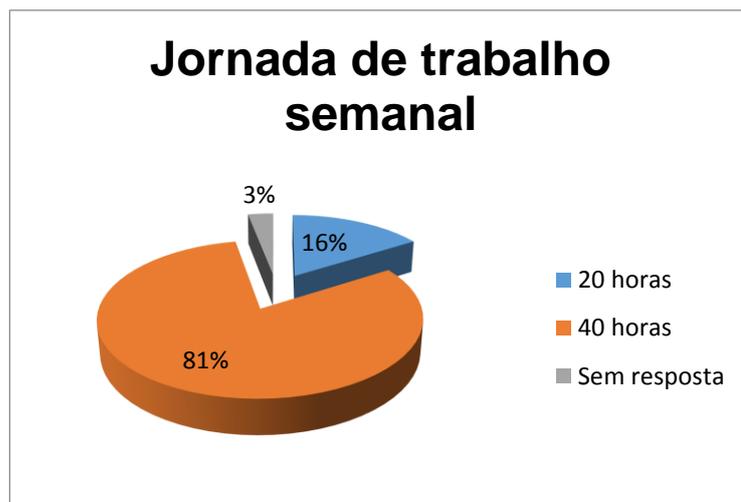
do tempo de vida do trabalhador em tempo de trabalho está *indiretamente* relacionada ao processo de valorização do valor. Por outro lado, as políticas sociais, dentre elas a educação superior, não estão fora do circuito de valorização do capital, pelo contrário, ela se constitui num elemento fundamental na reprodução material e ideológica das condições necessárias à valorização do capital, conforme analisado no capítulo 3.

Na dimensão da reprodução material, a educação superior gesta uma força de trabalho especializada para o mercado, ou seja, a educação superior - mesmo pública e estatal, como no caso de nosso objeto - é responsável pela formação de força de trabalho que vai se inserir nos diversos espaços sócio ocupacionais, nos mais variados processos de trabalho nos moldes da produção capitalista, sem no entanto trazer custos para o capital. O Estado capitalista assume para si essa função na reprodução da força de trabalho, pela via do ensino superior público.

No que diz respeito à dimensão ideológica, o ensino superior forma uma força de trabalho que ao mesmo tempo necessita e deseja ser absorvida pelo mercado de trabalho, sem necessariamente se contrapor à exploração do trabalho inerente ao processo produtivo. Se por um lado o trabalhador, proprietário apenas de sua força de trabalho, tem de vendê-la ao capitalista enquanto condição da sobrevivência daquele, por outro lado, a educação, como via formadora de consenso na sociedade, pode servir ao convencimento dos trabalhadores, à deformação de sua consciência de classe, e à absorção acrítica no processo de trabalho, naturalizando a exploração do capital sobre o trabalho. Sendo o Estado, mais uma vez, o grande mediador dessa relação por meio da educação superior.

Esclarecidos estes pontos, podemos seguir nossa análise.

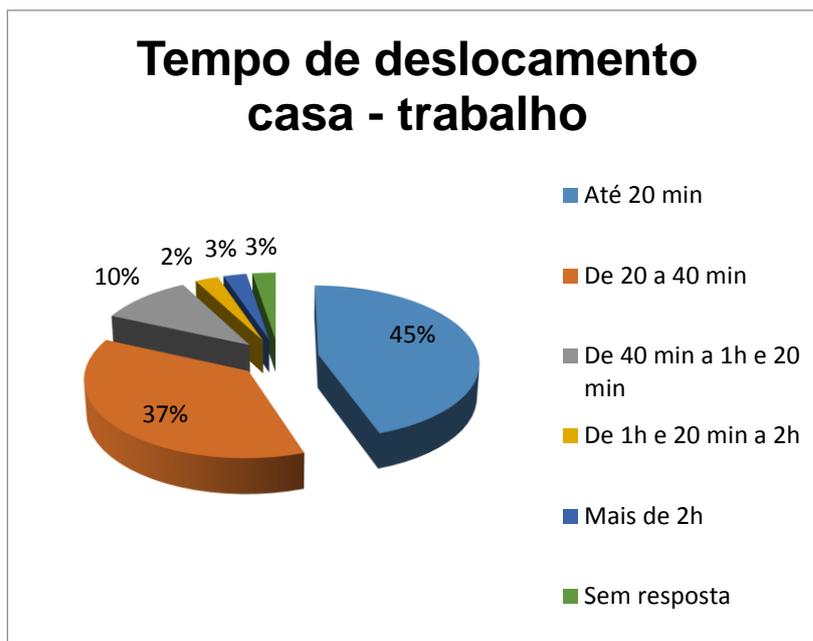
GRÁFICO 7 – CARGA HORÁRIA DE TRABALHO SEMANAL DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS



Fonte: sistematização própria.

De acordo com a Resolução nº 41/2011 do CEPE/Ufes, o número de horas-aula do regime de trabalho do professor de contrato temporário segue os mesmos critérios dos demais docentes da universidade. Ou seja, 20 horas semanais com carga didático-aula semanal mínima de oito horas aula; ou 40 horas semanais, desde que a carga didático-aula semanal máxima seja de 16 horas aula. Além disto, a resolução veda ao professor de contrato temporário a redução de carga didática de qualquer natureza, devendo sua atividade priorizar o trabalho em sala de aula, como já explicitado.

GRÁFICO 8 – TEMPO APROXIMADO DE DESLOCAMENTO ENTRE CASA E TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

O tempo que o trabalhador leva se locomovendo para o trabalho e retornando a casa também é considerado tempo de trabalho. Os dados acima evidenciam que a maioria dos professores substitutos não enfrenta grandes distâncias ou congestionamentos no trânsito para chegar a e retornar da Ufes. No entanto, há aqueles professores que vivenciam dificuldades nesse deslocamento.

O crescimento explosivo da frota automobilística, principalmente no meio urbano, superlota as vias de trânsito públicas, aumentando consideravelmente o tempo médio de deslocamento entre pontos distintos da cidade, principalmente nos chamados horários de pico, no qual grande parte da população se desloca simultaneamente para trabalhar e estudar. Tal crescimento aumentou também o congestionamento no fluxo de trânsito das grandes cidades, sendo inclusive um fator de estresse.

Se considerarmos o tempo de deslocamento para o trabalho e deste para casa como tempo de trabalho, e a quantidade de professores substitutos que levam mais de 40 minutos nesse deslocamento (seis), é possível considerar que este já é um fator de desgaste e cansaço no trabalho para estes docentes.

4.5 Intensificação do trabalho dos professores substitutos

A intensificação do trabalho, tal como analisada por Marx, na grande indústria tinha como pressuposto a extração da mais valia, principalmente na sua forma relativa. Em sua análise do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação crescente do trabalho fabril na Inglaterra, Marx identificou que o capitalismo se desenvolveu e chegou num estágio no qual o prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho se excluíam reciprocamente, “de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só seja compatível com um grau menor de intensidade do trabalho e, inversamente, um grau maior de intensidade só seja compatível com a redução da jornada de trabalho” (MARX, 2013, p.482).

Isto se deu mediante as crescentes reivindicações da classe operária que forçou o Estado a reduzir o tempo de trabalho e impor à fábrica uma jornada normal de trabalho. Essa intervenção do Estado freou a extração da mais valia caracterizada como absoluta, ou seja, aquela extraída por meio do prolongamento da jornada de trabalho, pelos capitalistas. A partir de então, “o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de maior valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria” (MARX, 2013, p.482).

Se perguntássemos à Marx: de que forma se intensifica o trabalho? Ele responderia que a primeira circunstância a ser observada é que a “eficiência da força de trabalho é inversamente proporcional a seu tempo de operação. Assim, dentro de certos limites, o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado” (MARX, 2013, p.483). Deste modo, é possível pensar em intensificação do trabalho partindo de uma mesma jornada de trabalho, porém com maiores gastos de energia física e mental do trabalhador.

Quanto à intensificação do trabalho dos professores substitutos na Ufes, cabe considerar que não se trata de extração de mais valia, seja na sua forma absoluta ou mesmo relativa. Sendo assim, o desgaste da força de trabalho do professor substituto na Ufes, como nas demais universidades federais, não se dá por meio da extração de mais-valia, já que não se trata da venda desta força de trabalho ao capitalista.

Entretanto, se considerarmos a intensificação do trabalho docente mediante ao uso de máquinas, de forma que numa mesma jornada de trabalho, no caso 20 ou 40 horas semanais, ele produza em maior quantidade à medida que passa a utilizar computadores com programas e sistema de internet, telefones celulares, e outros aparelhos eletrônicos conforme a área de concentração do conhecimento científico, e empregue maior gasto de energia e esforço físico e mental, pode-se identificar que o trabalho docente também é afetado pelo fenômeno da intensificação.

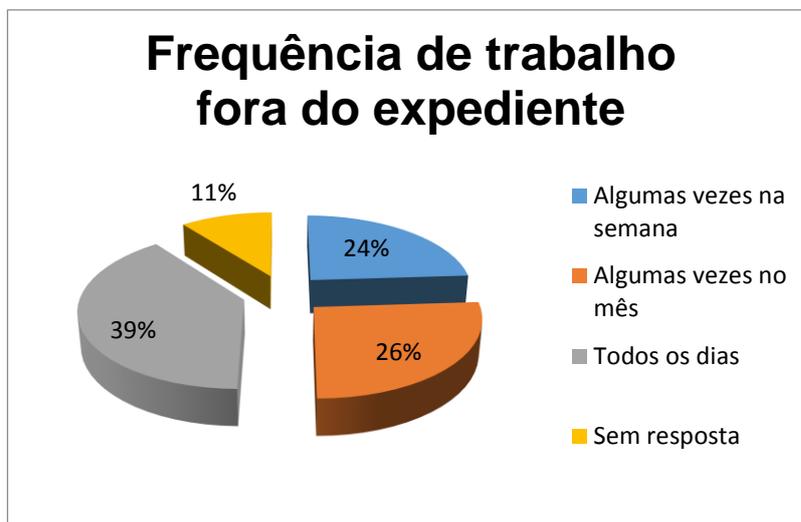
A Revolução Informática adentrou também na esfera pública: ministérios, secretarias e departamentos. As IFES, como o serviço público em geral, sofreram uma mudança tecnológica profunda. O Estado é um grande consumidor e um grande mercado de consumo de equipamentos de informática, tais como: como computadores, impressoras, *scanners* e programas. Atualmente toda a operação das IFES depende do sistema de informática. A informatização dos locais de trabalho produz efeitos sobre o próprio trabalho (DAL ROSSO, 2008).

Pesquisa realizada por Dal Rosso (2008), junto aos servidores federais e do Governo do Distrito Federal, mostra como as exigências do “trabalho imaterial” são sentidas pelos trabalhadores do serviço público que afirmam a maior necessidade de elaboração intelectual e também de pesquisas, maior especialização, maior conhecimento, responsabilidade e dedicação, raciocínio rápido, disposição, maior complexidade e comprometimento mental. Nesse sentido, percebemos que o trabalho intelectual é uma fonte de desgaste.

A intensificação do trabalho dos professores substitutos se dá principalmente pela carga de trabalho gerada pelas disciplinas teóricas, que exige muito empenho do professor na criação e na preparação das aulas, além do atendimento à demanda de grande número de alunos tanto em sala de aula, quanto fora dela.

A intensificação no trabalho dos professores substitutos se evidencia nos relatos de como o trabalho lhes exige mais do que 20h ou 40h de trabalho semanal, mas também no alto nível de comprometimento, dedicação e esforço que requer destes trabalhadores. O gráfico abaixo já ilustra a intensificação relacionado ao tempo de trabalho – tempo de vida do professor substituto.

GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA DE TRABALHO NOS FINAIS DE SEMANA E FORA DO HORÁRIO DE TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

A delimitação da jornada de trabalho do professor não faz com que, necessariamente, seu trabalho fique reduzido àquele tempo previamente estipulado. Além disso, o uso de algumas tecnologias, principalmente as informacionais, permite uma produção excessiva mesmo que se obedeça ao tempo de trabalho pré-determinado pela jornada, estendendo-a para os finais de semana, feriados e até mesmo para as férias.

Quando perguntados acerca da frequência com que sentem que trabalham demais e que o tempo é insuficiente para cumprir todas as demandas do trabalho docente, 10,5% dizem que nunca se sentem assim, 7,8% relataram que esta sensação ocorre uma vez ao mês ou menos, 28,9% relataram a frequência de algumas vezes no mês, 24% relataram que algumas vezes na semana, 21% afirmou que todos os dias têm esta impressão. Apenas 7,8% não responderam.

GRÁFICO 10 – DIAS DA SEMANA DEDICADOS À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS

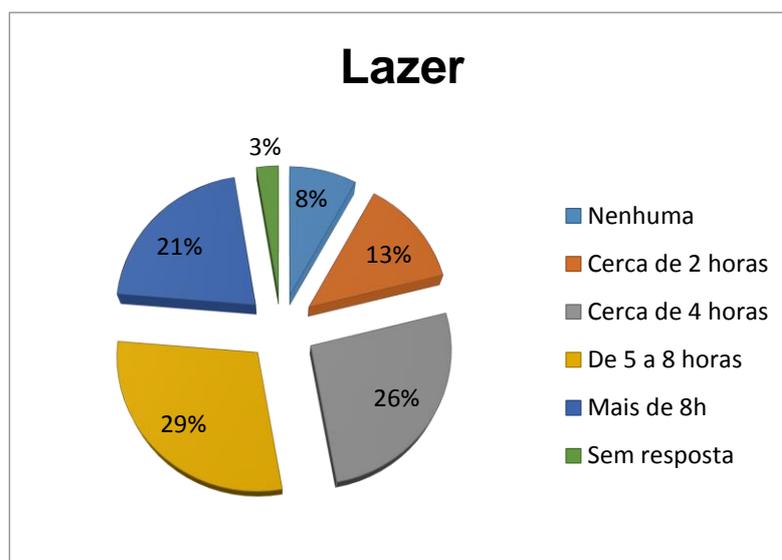


Fonte: sistematização própria.

A sensação de insuficiência do tempo, de impossibilidade de dar conta das demandas do trabalho docente dissemina nos trabalhadores sentimentos de insegurança e descontrole, apontando para outro sentido da precarização: a precarização do homem-que-trabalha. Esta dimensão da precarização se dá no plano (inter)subjetivo do trabalhador, levando-o ao estresse, ao sentimento de impotência, ao sofrimento psíquico e ao adoecimento (ALVES; 2013b).

Os dados apresentados mostram o trabalho invadindo as demais esferas do tempo de vida do trabalhador, como os fins de semana. A falta de tempo de cuidar de si próprio também expressa a insuficiência de tempo e, mais do que isso, a permeabilidade da relação tempo de trabalho e de vida. É possível perceber que a lógica capitalista de conversão de todo tempo do trabalhador a tempo de trabalho se instala dentro do serviço público.

GRÁFICO 11 – QUANTIDADE DE HORAS SEMANAIS DEDICADAS AO LAZER



Fonte: sistematização própria.

A quantidade de horas semanais de lazer que os professores substitutos conseguem desfrutar também evidencia o fenômeno da vida reduzida. Alguns participantes relataram, inclusive, não ter tempo de lazer durante a semana.

Acerca da quantidade de horas de sono numa noite habitual, três professores substitutos afirmaram dormir oito ou mais horas, sete dormem cinco horas, 13 dormem seis horas por noite e 15 dormem sete horas.

No entanto, para além da intensificação do trabalho dentro da jornada estabelecida no contrato, o trabalho docente invade o tempo de descanso dos professores, o tempo de lazer, o tempo com a família etc. É possível falar de um prolongamento da jornada de trabalho do professor substituto para além das 20 ou 40 horas semanais, para além do tempo que se está na universidade em sala de aula, e mesmo para além do tempo de preparação das aulas (LEMOS, 2007; MAIA, 2012).

Quando perguntados se o trabalho docente interfere na relação familiar, 50% responderam que não interfere nesta relação, 44,7% responderam que sim e 5,3% não responderam esta questão. Diante disto, consideramos importante a análise de alguns autores como Dejours (1992) e Alves (2013b; 2014) que abordam a indissociabilidade da relação entre tempo de trabalho – tempo de vida.

O tempo de vida no trabalho e fora dele são um *continuum*²⁶. A questão que se coloca é: como não interferiria? Nesse sentido, é válido refletir a partir da fala de dois participantes da pesquisa:

Impossível não interferir. Ele interfere, inclusive, positivamente, pois a atividade de docente exige que estejamos sempre nos atualizando. Qualquer trabalho interfere na relação familiar é isso não exclusividade para professores (PROFESSOR P).

Positivamente - traz contribuições da academia para o seio familiar; negativamente - sobrecarga de trabalho (às vezes não consigo estar presente) e o nível de estresse também interferem (PROFESSOR M).

A interferência do trabalho no convívio familiar não é particularidade nem exclusividade do trabalho docente, como afirma o participante P, afinal o tempo de trabalho está intimamente relacionado ao tempo de vida do trabalhador na sua totalidade. O que é relevante nesta análise é de que forma o trabalho docente interfere. Neste sentido, a fala do participante M traz uma contribuição importante: o trabalho pode interferir positiva ou negativamente, pode trazer experiências e aprendizado do âmbito universitário para a esfera familiar, como pode também retirar do professor substituto o tempo que gostaria de dedicar à família, bem como lhe causar estresse e mal estar que se reproduzem no meio familiar.

Se o trabalho do professor substituto lhe estimula a criatividade, a inteligência e o pensamento, que lhe enriquece, ele tende a levar estas sensações para os demais espaços de sua vida, inclusive para a família. Da mesma forma, o contrário: se o trabalho lhe traz angústia, tensão ou estresse, o trabalhador tende a leva-los para fora do trabalho também. O trabalho faz uma interface entre a vida privada e a pública (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Aqueles que consideram que o trabalho docente de alguma forma toca na vida familiar argumentam que a elevada demanda de trabalho prejudica o convívio familiar e as relações interpessoais fazendo com que o estresse e a ansiedade façam parte do cotidiano, que o trabalho é sempre levado para casa, que os acontecimentos durante a jornada de trabalho são trazidos para a esfera doméstica, que em função do trabalho como professor universitário o tempo de estar com a

²⁶ Para Dejours (1992, p.46): “(...) tempo de trabalho e tempo fora do trabalho formariam uma continuum dificilmente dissociável”.

família e fazer atividades juntos é subtraído, assim como que os demais horários da vida pessoal se distribuem em função dos horários de aula.

Foram expressivos os argumentos dos professores cujas famílias residem em outras cidades. Nestes casos, ficam explícitas as interferências do trabalho na vida em família.

Como minha família é de fora, falta tempo de visitar meus pais com a mesma frequência. E até mesmo ligar para os familiares é mais difícil (PROFESSOR R).

A frequência com que eu vou visitar meus familiares; na atenção que eu dou em casa; receio dos familiares em entrar em contato por medo de incomodar esse processo de trabalho (PROFESSOR Y).

Sou do interior do Estado e quase não estava indo em casa visitar minha família durante minha experiência como professor substituto (PROFESSOR L).

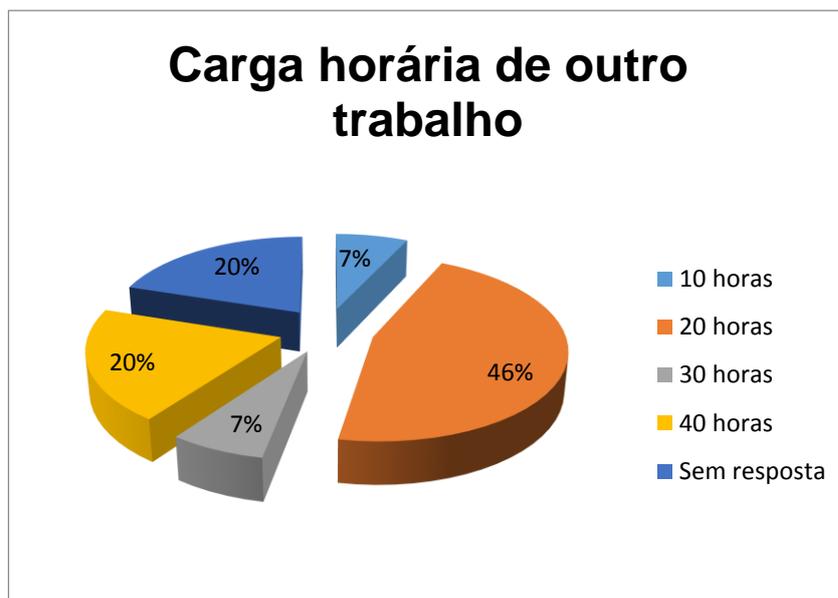
A docência muitas vezes afastou-me de meus familiares. Muitas vezes pelo excesso de atividade deixei de viajar para o interior onde vive meu pai (PROFESSOR X).

Outra forma do trabalho interferir na vida familiar compreende o comprometimento do cuidado com os filhos pequenos, levando à necessidade de deixá-los na escola em período integral ou sob a responsabilidade de outras pessoas.

É interessante notar que os participantes que afirmaram que o trabalho docente não interfere na relação familiar (50%) são os mesmos que conseguem dedicar mais horas semanais ao lazer, ao divertimento e às atividades relaxantes.

Dentre os participantes da pesquisa, 58% só trabalha na Ufes, 39,4% têm outro trabalho além de professor substituto da Ufes e 2,6% não responderam. Dentre os que possuem outro vínculo empregatício (39,4%), a carga horária semanal dedicada a este outro trabalho pode ser observada no gráfico 12 abaixo.

GRÁFICO 12 – CARGA HORÁRIA SEMANAL DEDICADA A OUTRO TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

Dentre os professores que apresentam jornada de trabalho semanal além da Ufes, um tem o equivalente a dez horas. Este cumpre jornada semanal na Ufes equivalente a 40 horas semanais, obtendo assim, 50 horas de trabalho por semana.

Sete participantes têm jornada de trabalho semanal além da Ufes correspondente a 20 horas, sendo que: cinco deles (72%) cumprem na Ufes jornada de trabalho equivalente a 40 horas semanais, totalizando carga horária de trabalho semanal igual a 60 horas; um (14%) cumpre 20 horas de trabalho semanal na Ufes, totalizando 40 horas de trabalho por semana e; um (14%) não respondeu qual é a carga horária de trabalho na Ufes.

E dentre os que cumprem jornada de trabalho semanal fora da Ufes igual a 40 horas semanais – três participantes - , todos têm carga horária semanal de 20 horas na universidade, totalizando assim, 60 horas de trabalho por semana.

Um participante que trabalha 30 horas semanais fora da universidade, tem jornada de 40 horas semanais na Ufes, o que equivale a 70 horas de trabalho por semana. O acúmulo de trabalho é uma fonte de sobrecarga e desgaste para o professor à medida que subtrai seu tempo de vida, reduzindo-o a tempo de trabalho. A lógica do sistema capitalista é exatamente esta: converter todo o tempo do trabalhador em tempo de trabalho. O professor substituto que, muitas vezes precisa garantir outro vínculo de trabalho menos instável, fica refém da vida reduzida ao trabalho.

4.6 Precarização do trabalho assalariado

Quanto ao salário do professor substituto, a Lei nº 8.745/93 no inciso IV do Art. 2 estabelece que:

[...] sua remuneração seja em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante.

O salário pago a estes trabalhadores - previamente estabelecido no contrato de trabalho por tempo determinado - corresponde ao tempo que estes são contratados para trabalhar, no caso 20 ou 40 horas semanais. A tabela 1 abaixo mostra como o salário do professor substituto se equipara com o do efetivo nas IFES.

TABELA 1 – SALÁRIO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS NAS IFES

PROFESSOR SUBSTITUTO (classe A, nível 1)	PROFESSOR EFETIVO (classe A, nível 1)	VENCIMENTO BÁSICO	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO	TOTAL
Adjunto A – se Doutor 40h	Assist. A Adj. A - se Doutor 40h	R\$ 2.814,01	R\$ 2.329,40	R\$ 5.143,41
Assistente A – se Mestre 40h	Assist. A Adj. A - se Mestre 40h	R\$ 2.814,01	R\$ 985,69	R\$ 3.799,70
Auxiliar – se Especialista 40h	Assist. A Adj. A - se	R\$ 2.814,01	R\$ 370,72	R\$ 3.184,73

	Especialista 40h			
Auxiliar – se Graduado 40h	Assist. A Adj. A - se Graduado 40h	R\$ 2.814,01	_____	R\$ 2.814,01
Adjunto A – se Doutor 20h	Assist. A Adj. A - se Doutor 20h	R\$ 2.018,77	R\$ 964,82	R\$ 2.983,59
Assistente A – se Mestre 20h	Assist. A Adj. A - se Mestre 20h	R\$ 2.018,77	R\$ 480,01	R\$ 2.498,78
Auxiliar – se Especialista 20h	Assist. A Adj. A - se Especialista 20h	R\$ 2.018,77	R\$155,08	R\$ 2.173,85
Auxiliar – se Graduado 20h	Assist. A Adj. A - se Graduado 20h	R\$ 2.018,77	_____	R\$ 2.018,77

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

**GRÁFICO 13 – POSSIBILIDADES ADVINDAS DO SALÁRIO DE PROFESSOR
SUBSTITUTO**



Fonte: sistematização própria.

Conforme exposto no gráfico acima, o salário dos professores substitutos se destina principalmente à habitação, ao transporte e à saúde, elementos indispensáveis à sua reprodução material e de sua família enquanto classe trabalhadora.

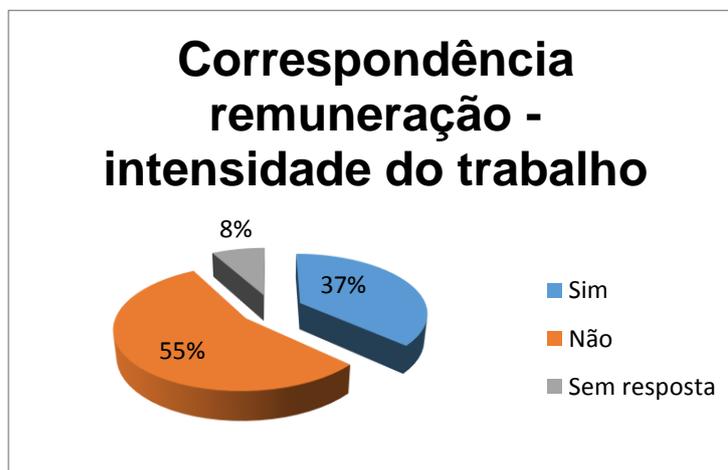
Desta maneira é possível refletir acerca da importância que o vínculo de trabalho com a Ufes tem: ele é fundamental para a vida destes trabalhadores, permitindo-os o acesso aos meios essenciais para a vida urbana. Por outro lado, pode-se pensar no quanto a falta deste trabalho poderá comprometer o nível e a qualidade de vida deles.

GRÁFICO 14 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE SALÁRIO E CAPACITAÇÃO



Fonte: sistematização própria.

GRÁFICO 15 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE REMUNERAÇÃO E INTENSIDADE DO TRABALHO



Fonte: sistematização própria.

Quando perguntados da justificativa da remuneração corresponder ou não à intensidade do trabalho docente, consideramos relevante ressaltar que 42% não responderam. Dentre os que responderam (58%), os que afirmaram que remuneração corresponde à intensidade do trabalho justificam seu posicionamento pelas seguintes razões: o salário pode corresponder às horas de trabalho em sala de aula, mas não ao trabalho de adaptação do conhecimento à turma; a remuneração corresponde se compara ao trabalho de professor da educação básica, cuja remuneração é inferior; no caso de professor em início de carreira e que concluiu a graduação recentemente, a remuneração foi considerada compatível à intensidade do trabalho, todavia ele considera que deveria haver algum auxílio para plano de saúde.

Um professor substituto relata:

Em meu caso, era cobrado apenas pelas disciplinas que ministrava. Por minha própria iniciativa, porém, coordenava uma extensão, realizava pesquisas e orientava monografias. Considero essas atividades importantes para o curso, mas não havia possibilidade de ser remunerado por elas (PROFESSOR K).

Outro considera que sim, se comparado à remuneração na rede privada de ensino superior:

Também sou professor na rede privada e o salário recebido na UFES é compatível ou até superior à carga horária de muitas instituições particulares (PROFESSOR P).

É possível identificar certa contradição entre a resposta de que corresponde e seus argumentos: se por um lado estes professores afirmam que há correspondência entre a remuneração e a intensidade do trabalho, por outro lado, sua justificativa se baseia estritamente no tempo de trabalho em sala de aula e na comparação com o trabalho docente na educação básica ou no ensino superior privado. Os professores demonstram assim algumas insatisfações que passam pela falta de um auxílio à saúde, ao exercício de algumas atividades docentes, como a pesquisa e a extensão, que alguns deles exercem sem que sejam para isso remunerados e, ainda, pelo trabalho fora de sala de aula que exige mais trabalho.

Todavia, deve-se levar em consideração a análise desenvolvida anteriormente no tocante à extensão da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho, à medida que a tecnologia informacional é incorporada ao trabalho docente e que lhe é requerido maior volume de trabalho, maior esforço intelectual, maior comprometimento mental e responsabilidade.

Ou seja, numa mesma jornada, produz-se um volume de trabalho maior, pelo qual o professor substituto não é pago na forma de salário. Além disso, podemos ainda considerar que a qualidade imaterial do produto deste trabalho permite que extrapole o limite estabelecido na jornada, invadindo a casa dos docentes, seus fins de semana e seu tempo de vida de um modo geral.

Outro elemento que vale ressaltar é que uma fala evidencia uma compreensão obscura da relação entre a carga horária de trabalho e o salário do professor substituto, como:

O maior trabalho em dar aula está em seu preparo, *no qual não entra na carga horária remunerada*. Ainda, por possuir Doutorado completo, acredito que a remuneração deveria ser um pouco melhor como forma de incentivo e reconhecimento da dedicação do profissional na carreira acadêmica (PROFESSOR J, grifo nosso).

No contrato de trabalho do professor substituto há um cálculo que distribui suas 40 horas semanais da seguinte maneira: são 16 horas de trabalho em sala de aula. Todavia, para cada 1 hora de ministração de aula considera-se 2 horas e 30 minutos de preparação de aula, totalizando assim 40 horas semanais. No caso dos

professores que trabalham 20 horas semanais: ministram 8 horas de aula e o cálculo considera o mesmo tempo de preparação, somando ao todo 20 horas semanais. Deste modo, o salário compreende o tempo de preparação das aulas.

Dentre os que responderam que a remuneração não corresponde à intensidade do trabalho docente e que se justificaram, outro equívoco pode ser observado:

Um professor substituto, no departamento que estava vinculado, num regime de 40 horas, ministra quatro disciplinas. Enquanto um professor efetivo com mesma formação ministra, no máximo, duas [...] (PROFESSOR X).

Cabe esclarecer que não só os tipos de vínculos empregatícios dos professores efetivos e substitutos são diferenciados, como também as atividades que lhes competem. Enquanto o professor substituto trabalha suas 20 ou 40 horas semanais exclusivamente na dimensão do ensino, o efetivo tem sua carga horária distribuída entre atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e, em alguns casos, atividades administrativas. Estas outras três dimensões, além do ensino, ocupam assim a carga horária dos professores efetivos fazendo com que, algumas vezes, ministrem menos disciplinas.

É importante ressaltar isto para que se entenda que nossa análise não está centrada numa comparação entre o trabalho do substituto e do efetivo. Cabe até lembrar que a precarização do trabalho nas IFES vem atingindo inclusive os professores efetivos e causando adoecimentos e sofrimento psíquico a eles também, como já demonstram alguns importantes trabalhos como de Gradella Júnior (2010) e Borsoi (2012).

Dentre os professores que responderam que sua remuneração não corresponde à intensidade do trabalho que lhe é designado, os argumentos apresentados explicitaram que o planejamento das aulas exige muito trabalho, que o ensino exige um alto grau de responsabilidade por se tratar de uma universidade, que este trabalho requer muita dedicação, que sentem falta de apoio em termos didáticos, que o mercado oferece mais em termos salariais do que a universidade e que a necessidade de dominar o conteúdo das disciplinas num curto tempo gera sobrecarga e insegurança.

O professor I diz que remuneração faz parte da valorização e que o professor precisa ser mais valorizado. Outro participante afirma que a remuneração poderia ser melhor, levando-se em conta a qualificação e o uso efetivo da força de trabalho do professor substituto.

A intensidade do trabalho em relação aos salários se expressa na fala de alguns professores, como pode ser observado:

Muito baixos e desproporcionais pela carga de trabalho que nos é imposta. Em 1 ano de substituto dei 12 disciplinas (PROFESSOR I).

[...] os horários podem variar entre manhã, tarde e noite. Em um período, ministrei aulas nas manhãs, tardes e noites em três disciplinas diferentes. Isso dificultava muito a organização da agenda de outras atividades pessoais. Se eu não morasse em um bairro próximo a UFES (pagando aluguel) seria inviável trabalhar (PROFESSOR SUBSTITUTO X).

A quantidade de disciplinas ministradas e a variação dos horários de trabalho são elementos que apontam para a intensificação do trabalho docente. Ministrar grande quantidade de disciplinas exige do professor um longo investimento no preparo e planejamento das aulas, bem como um vasto domínio do conteúdo a ser ministrado. Essas exigências acentuam o grau de responsabilidade e requerem maior esforço e envolvimento do professor com seu trabalho. Além disso, como o professor X relata, os horários diferentes dificultam a agenda pessoal do trabalhador, comprometendo seu tempo e suas atividades fora da universidade. Cabe notar que, algumas vezes, essa intensidade não é medida, mensurada, mas é sentida pelo trabalhador, lhe aparece na forma de mais responsabilidade, esforço e dedicação.

Quando assinei o contrato valia a titulação daquele momento até o final do contrato, prazo máximo dois anos. Então não tive o direito de por ter alcançado outro título, ter um salário correspondente. Eu trabalho muito mais que 40h semanais (PROFESSOR SUBSTITUTO Y).

Este é outro elemento que merece ser discutido: a não progressão do salário do professor substituto de acordo com sua qualificação acadêmica. Se um professor substituto é contratado com título de mestre, por exemplo, e no decorrer do período de contratação, obtiver a titulação de doutor, seu salário continua o mesmo. Ou seja, no caso dos professores substitutos não há progressão de salário mesmo quando há progressão na titulação acadêmica.

De acordo com o DGP da Ufes o contrato de trabalho do professor substituto não é progressivo em relação ao salário porque a qualificação do professor tanto pode corresponder à área do conhecimento na qual ele trabalha, quanto não e, neste caso, a titulação não necessariamente qualifica o seu trabalho na Ufes. Cabe refletir sobre esta questão. Seria esta uma justificativa plausível para estagnar o salário de todos os professores substitutos que obtêm maior titulação?

Podemos ainda perguntar: dentre os que obtêm maior titulação acadêmica, quantos mantêm suas pesquisas e trabalhos na mesma área de conhecimento ou área afim? Quantos migram completamente de área nas suas especializações e pesquisas de mestrado e doutorado? Além disto, que cisão é esta entre as áreas do conhecimento que inviabiliza o professor mestre ou doutor numa dada temática de qualificar/aperfeiçoar, ou ao menos contribuir com o ensino em sala de aula porque aquele curso é diferente?

Levantadas tais problematizações, voltemos aos argumentos que relacionam intensidade do trabalho docente e remuneração:

Penso que o trabalho que realizamos no tocante ao "ensino" [...] é muito sério e não conseguimos realizar um bom trabalho sem muito empenho e diálogo. Não consigo ensinar sem produzir conhecimento sobre o que debatemos com os estudantes, é incoerente com o pensamento e vida universitária. Por isso sinto-me na obrigação de em minhas ações de professor fazer muito mais do que esta oficial em meu contrato de trabalho. Não me vejo fazendo menos, nos cursos que leciono, do que fazem os professores efetivos. Tenho um estudante em minha frente que precisa compreender comigo coisas que deveria compreender nas mãos de um efetivo. Mas oficialmente não é assim visto nosso papel de substituto. Penso que por isso recebemos bem menos. Uma pena que somos vistos assim meio que diminuídos tanto no nosso papel de atuação quanto na remuneração (PROFESSOR Z).

A intensidade de trabalho requer um salário maior, principalmente se tratando de um professor com qualificação. Um mestre se prepara durante três anos após a graduação. Receber um salário de aproximadamente três mil e quinhentos reais, com carga horária de 40 horas (40h na teoria, porque na prática um professor substituto trabalha muito mais do que 40 horas semanais) é pouco. Vejo profissionais que trabalham por exemplo no comércio, que não têm formação específica, muitas vezes não possuem nem o ensino médio, e recebem mais do que um mestre e doutor [...] (PROFESSOR H).

Gasto tempo maior preparando aulas do que horas em sala de aula. Meu contrato é de 20 horas, mas gasto mais que isso ao todo (preparo de aula e sala) (PROFESSOR F).

Toda a qualificação necessária para se chegar a um cargo de professor universitário tem um custo que, no caso do que é ofertado

para os professores substitutos da Ufes, não retorna e não é o suficiente para uma vida confortável, Além disso, o salário não é competitivo com o mercado em geral, o que faz com que este cargo seja, muitas vezes, negado por bons professores (PROFESSOR T).

A intensidade do trabalho nem sempre pode ser quantificada pelo tempo. Quando o tempo é a medida, é mais fácil observar quais os fatores que implicam no desgaste do trabalhador. Isto ocorre quando há extensão da jornada de trabalho, por exemplo. Nesta pesquisa a intensificação relacionada ao tempo se expressou na necessidade do professor substituto ter de dominar alguns conteúdos num curto período de tempo, o que lhe traz sobrecarga e insegurança.

Todavia a intensificação do trabalho pôde ser observada em algumas falas dos trabalhadores no que diz respeito à dedicação, ao grau de responsabilidade que o ensino requer e ao muito trabalho. Estes elementos indicam uma intensidade que ainda que não seja contabilizada, é real na medida em que se faz sentir nos trabalhadores.

5 OS IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES

A dimensão da saúde/doença relacionada ao trabalho se constitui num elemento de análise fundamental neste estudo. Aqui, adota-se a concepção de saúde relacionada à Determinação Social do Processo Saúde Doença (BATISTELLA, 2007), como já explicitada. Todavia, o objetivo desta análise não consiste em traçar um perfil da relação trabalho-saúde na atualidade, tampouco adentrar profundamente nos campos da Epidemiologia ou da Psicopatologia do Trabalho. O objetivo é estudar os impactos da precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes na saúde dos mesmos.

Para nós, a saúde do trabalhador não é apenas mais um tema, como outro qualquer do mundo do trabalho, antes ele é expressão viva da degradação humana sob as condições de reprodução do capital. Deste modo, discutir a saúde do trabalhador criticamente é tarefa que cabe não apenas às Ciências da Saúde, mas também às Ciências Humanas e Sociais na busca de desvelar o trabalhador adoecido no plano da História. É tarefa que compete também aos assistentes sociais analisar não apenas o trabalhador que sofre e adoece no trabalho, mas o processo de trabalho adoecido sob a lógica da acumulação.

5.1 Saúde dos professores substitutos

O modelo da Determinação Social da Saúde/Doença direciona a análise para a estrutura social que desenvolve a função de modeladora do processo saúde - doença. Assim, os modos de vida que produzem a saúde ou a doença não são resultado apenas de escolhas pessoais, antes de fatores de origem social e práticas culturais que se delineiam na conformação de um espaço. Cabe ressaltar que lidamos com trabalhadores jovens e adultos e, logo, menos sujeitos ao processo de

adoecimento. Todavia, o sofrimento psíquico surge como decorrente da precarização deste trabalho, refletida também na sobrecarga de trabalho (LAURELL E NORIEGA, 1989; BATISTELLA, 2007).

Vale lembrar que a precarização do trabalho é inerente às relações sociais de trabalho que se conformaram nos países de capitalismo dependente e periférico na divisão internacional do trabalho, como é o caso do Brasil. Aqui o trabalho assalariado já nasceu precário. O que podemos afirmar, a partir das mudanças estruturais empreendidas pela lógica organizacional do toyotismo, é que o capitalismo desenvolveu novas determinações de precarização do trabalho assalariado, conforme discutido no capítulo 2.

Estas novas determinações da precarização podem ser analisadas, tendo como referência a macroeconomia do trabalho, a morfologia do trabalho e o metabolismo social do trabalho. Estas perspectivas traduzem o movimento dialético do universal ao particular, do abstrato ao concreto (ALVES, 2013b).

A morfologia do trabalho representa as transformações sociais que vêm ocorrendo nos processos de trabalho, na organização do trabalho, nas tecnologias e nas relações sociais. Nesta perspectiva se coloca a flexibilização do trabalho e a reestruturação produtiva do capital.

O metabolismo social do trabalho expõe as transformações que o trabalho processa na vida cotidiana das individualidades pessoais de classe e das relações sociais aí subjacentes, o que implica também na dimensão da saúde do homem que trabalha.

A precarização do homem que trabalha implica na (des)constituição do homem enquanto ser social, em alterações no metabolismo social do trabalho e que se expressam na relação tempo de vida/tempo de trabalho nas quais o tempo de trabalho se apropria do primeiro. Este fenômeno acarreta o aumento da depressão e dos transtornos depressivos nos trabalhadores brasileiros (ALVES, 2013b).

A dimensão da saúde do trabalhador não deve se restringir aos nexos epidemiológicos da relação trabalho e adoecimento laboral, antes deve apontar para o metabolismo social, onde se inserem as individualidades dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

Deste modo, seguimos nossa análise das consequências da precarização do trabalho assalariado sobre a saúde dos professores substitutos da Ufes, tendo em vista o adoecimento/sofrimento psíquico relacionados à perda de sentido do trabalho e da própria vida, o estranhamento no trabalho, o isolamento social, a incomunicabilidade, a invisibilidade social etc. como produto das relações sociais estranhadas do capital (ALVES, 2013b).

Concordamos com Dal Rosso (2008) que a reorganização dos locais de trabalho explicita significativa elevação de quantidade de problemas de saúde, com perfis distintos em termos de impactos na saúde. As atividades típicas do setor terciário – o “trabalho imaterial” intensificado – estão conduzindo o surgimento de danos à saúde diferentes daqueles característicos da sociedade industrial e dos operários industriais, haja vista as novas determinações que o trabalho imaterial impõe ao trabalhador.

Há que se considerar o deslocamento da maioria da força de trabalho inserida nas indústrias e suas atividades subsidiárias para as atividades do setor de serviços. Esta transformação atinge não só os países de capitalismo central, como os países europeus, os EUA e o Japão, como também a periferia do capitalismo, como a América Latina, e logo, o Brasil.

Outro elemento importante a ser considerado é a intensificação do trabalho, que se realiza não apenas no setor de serviços, como nas demais atividades produtivas (agroindústria, exploração mineral etc.). O labor se intensifica à medida que lhe exigido maior empenho físico e mental para a obtenção de maiores resultados, o que prescinde do prolongamento da jornada de trabalho. O trabalho aumenta em densidade e intensidade, o que traz novos impactos sobre a saúde dos trabalhadores, que vão para além da dimensão física e se manifestam também na saúde mental, se expressam em dores nas costas e nos músculos, especialmente no pescoço e nos ombros, no burn-out e no estresse (DAL ROSSO, 2008).

A pesquisa de Dal Rosso (2008) apontou que as doenças do trabalho atingem 25,8% dos trabalhadores do ensino público entrevistados e que o trabalho educacional apresenta condições de trabalho ruins para estes. O trabalho docente apresentou os sinais de desgaste físico como problemas de garganta, rouquidão da voz, além de nódulos nas cordas vocais. Além destes, há também outro conjunto de

sintomas, como o estresse, as gastrites crônicas e as lesões por esforços repetitivos (LER); estes, porém, são decorrentes do desgaste que é produto das pressões por resultados no trabalho, com elevados graus de flexibilidade e versatilidade, e das atribuições de responsabilidades.

O trabalho intelectual que caracteriza o professor substituto coloca em questão a educação, não apenas enquanto função informativa e comunicativa, mas principalmente no que diz respeito à formação, isto é, ao compromisso educativo que é a finalidade da universidade pública; à formação de outros profissionais que se colocarão na sociedade por meio do trabalho (GRADELLA JÚNIOR, 2010).

No que diz respeito ao bem estar do professor substituto, principalmente se temos como objeto desta pesquisa a relação entre sofrimento psíquico/adoecimento e trabalho, cabe perguntar: como ele se sente no trabalho? Ao chegar a casa, se sente sobrecarregado? Costuma trabalhar em casa e nos fins de semana? Há suporte social no seu local de trabalho? Ele convive com sentimento de insatisfação ou ansiedade relacionado ao trabalho? Estas questões, dentre outras podem nos ajudar na análise do grau de bem estar que os professores substitutos têm no trabalho.

Em sua pesquisa de doutorado sobre o trabalho docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizada em 2007, tendo como foco as categorias de alienação e autonomia no trabalho, Lemos (2011) trouxe relatos de professores que afirmaram a impossibilidade de atendimento a todas as demandas do trabalho docente, sem a utilização de seu tempo de lazer, tendo como resultado desgaste físico e psíquico, e adoecimento.

A autora também aponta resultados do estudo realizado por Werneck (2000) também na UFBA, que revelaram que os professores sofrem de cansaço mental, dores e varizes nas pernas, rinite, rouquidão e hipertensão arterial. Sua pesquisa também revelou uma associação entre as condições gerais de trabalho e a ocorrência de distúrbios psíquicos menores como tensão, cansaço, tristeza, alterações no sono, diminuição de energia, sintomas somáticos. A pesquisadora também apontou que os professores que informaram possuir maior controle de suas atividades e elevada demanda de trabalho foram os que estavam mais propensos ao adoecimento por distúrbios psíquicos menores (LEMOS, 2011).

Maia (2012) aborda o sofrimento psíquico vivenciado pelos docentes na dificuldade de conciliar o trabalho com a vida familiar, já que os horários de trabalho não são suficientes para dar conta das exigências institucionais, além da concorrência entre pares e da tendência ao individualismo (segmentação da categoria) no cumprimento dos padrões produtivistas como, por exemplo, a reprodução de publicações meramente como respostas às exigências das agências de fomento à pesquisa, sem que traga, necessariamente, efetiva contribuição à sociedade.

A pesquisa desenvolvida por Gradella Junior (2010) numa IFES apontou para o esvaziamento do sentido do trabalho docente, o que interfere não apenas na relação do sujeito com sua atividade, mas com sua própria vida. Esta perda de sentido leva o trabalhador ao isolamento e ao sofrimento psíquico. Daí surgiram problemas de ordem psicossomática, como estresse, gastrite, úlcera nervosa, diabetes, fístula gastrointestinal, enfarto e labirintite. A pesquisa também mostrou distúrbios relacionados ao trabalho, como: hérnia de disco, problemas na coluna cervical, inflamação nas omoplatas, além dos problemas de visão. Há ainda os distúrbios que não são de correlação direta com a organização ou as condições de trabalho, mas que devem ser citados, como linfodema e tumor de mama e ovário.

A satisfação no trabalho está ligada ao prazer que o sujeito encontra nesta atividade. Ao mesmo tempo em que o trabalho pode promover sentimentos de prazer e realização, ele é também desafio e, nesse sentido, necessariamente produz sofrimento: coloca o trabalhador diante de impasses, quando não sabe o que fazer, nem como lidar com os desafios e o sofrimento. Esta não é uma particularidade do trabalho docente: todo trabalho articula sofrimento e prazer.

As questões que se colocam são: de que forma o sofrimento pode ser superado? Quais as saídas que os trabalhadores encontram de romper com esse sofrimento? Como conseguem passar do sofrimento ao prazer? Que possibilidades existem no exercício do trabalho que permitem ao trabalhador ultrapassar a angústia e a insatisfação? Estas questões são de grande relevância à nossa reflexão, até porque se não há essa possibilidade, o trabalhador passa a vivenciar o sofrimento psíquico.

Pensar a saúde do professor substituto requer, necessariamente, pensar em seu trabalho, isto é, no conteúdo desse trabalho. Que meios são disponibilizados ao professor para que possa fazer seu trabalho com qualidade?

Quando perguntados sobre quais tipos de sensações e sentimentos o trabalho docentes lhes traz, o questionário pediu que os participantes citassem sensações de conforto e de desconforto por ordem de prioridade. Quatro participantes não responderam esta questão, um deles justificou que achou a pergunta confusa.

As descrições dos participantes expressaram claramente a relação prazer – sofrimento que caracteriza a busca pelo equilíbrio na luta pela saúde. É interessante a colocação de um professor substituto que afirma que foca no trabalho e não nos problemas.

O prazer esteve relacionado à alegria, à possibilidade de fazer o que se gosta no trabalho – satisfação em dar aulas -, à realização com o aprendizado dos alunos e com estes, à dedicação e interesse dos alunos, à autonomia no exercício do trabalho, ao ambiente de bom nível intelectual, assim como de boas relações com os demais docentes, à garantia da remuneração, à liberdade de pensamento e de expressão que se tem na universidade e ainda ao reconhecimento dos alunos que é, segundo um participante, gratificante. Outro participante também relatou que se sente livre para planejar seus horários.

A autonomia e a liberdade são elementos fundamentais à saúde dos trabalhadores. A autonomia no exercício do trabalho, assim como a liberdade para o planejamento dos horários indicam que, para esses participantes da pesquisa há a possibilidade de realizar seu trabalho da forma como acham que devem, como lhes parece melhor; indicam também que o professor substituto pode, em certa medida, organizar seu tempo como lhe parece suficiente, sem constrangimentos.

O professor Y afirma que se sente feliz por saber que sua família se orgulha do seu trabalho como professor universitário.

Para o professor M, a satisfação que o trabalho como professor substituto traz também esteve relacionada à sensação de contribuir para a vida dos sujeitos, à troca de conhecimentos com a comunidade e o território e ao respaldo que a acadêmica confere ao professor para expressar opiniões e críticas diante do cenário político, econômico e social.

O professor U mencionou, ainda, que o conforto está ligado à condição de não ter chefe, de ter liberdade para escolher a forma de avaliação das disciplinas que

ministra e de poder combinar com os alunos a melhor forma de comunicação. Mais uma vez a liberdade aparece como elemento importante para o professor substituto, associado à condição de bem estar no trabalho.

O sofrimento se expressou por meio das sensações de cansaço, de ansiedade, de estresse, de preocupação com o futuro, de insegurança, de medo, de indignação diante da precariedade da universidade, de incerteza, angústia e decepção. A sobrecarga de trabalho também surgiu como sensação de desconforto, um professor explicou que a redução das horas de sono acarretou em ansiedade e ganho de peso.

O cansaço não é apenas consequência do acúmulo de trabalho, isto é, do excesso de atividades, mas também da qualidade do trabalho, de como ele é realizado.

Há participantes que relatam desconforto pela descontinuidade do trabalho, haja vista o encerramento do contrato, acompanhado da instabilidade financeira, e que a incerteza da renovação deste traz ansiedade. Há também aqueles que referiram desânimo com o despreparo e desinteresse dos alunos, além das condições de estrutura física da universidade: um participante relata que as salas são pequenas e muitas vezes com aparelhos antigos.

Dentre os professores substitutos que desejam seguir carreira acadêmica mesmo após o encerramento do contrato de trabalho com a Ufes, destacam-se algumas falas:

Alegria, pois gosto do que faço, mas também causa ansiedade, frustração, pois sei que para seguir com a profissão tenho que fazer o doutorado, e nas atuais condições econômicas e emocionais (filho pequeno) terei que adiar essa meta. Frustração, pois tenho amigos funcionários de grandes empresas, com cargos técnicos que ganham melhor que eu (PROFESSOR Q).

Valorizada: de modo geral, pelo reconhecimento dos alunos e pelo próprio serviço em si. Impotente: principalmente quando detecto uma defasagem muito grande na cognição de alguns alunos (dificuldade de aprendizagem) ou no conhecimento deles (deficiência em conhecimentos que seriam fundamentais para o nível de ensino que ele se encontra). Satisfeita: quando percebo que alguns alunos superaram alguns obstáculos epistemológicos (PROFESSOR S).

O professor M, que também pretende seguir a carreira docente, diz que se sente desconfortável pela falta de investimento e incentivo na continuidade da formação do professor substituto. Ele faz uma sugestão: que na seleção para professor substituto

houvesse, além da prova e da análise de currículo, uma entrevista e, assim, conhecendo o interesse acadêmico do candidato, a universidade investisse na formação desse professor. Este mesmo participante afirma sentir falta de ampliação de oportunidades para o substituto, falta de autonomia e independência, falta de respaldo para participar das outras instâncias de formação acadêmica, pois não há editais abertos para professores substitutos realizarem pesquisa e extensão.

Todavia, houve participantes que relataram apenas sensações de conforto, como pode ser observado na seguinte fala:

Felicidade. Satisfação. Retorno emocional com o crescimento dos alunos (PROFESSOR B).

Aprendizado com os alunos; permitir repassar aos alunos meus conhecimentos; conhecer o meio acadêmico e seus integrantes; possibilidade de trabalho em grupo; reconhecimento como professor (PROFESSOR A).

Realização pessoal, alegria, satisfação (PROFESSOR I).

Prazer, alegria, energia (PROFESSOR O).

E houve também os que foram mais breves nas suas descrições, relatando apenas sentimentos de desconforto:

Cansaço, insegurança, tensão! (PROFESSOR E)

Desvalorizada (PROFESSOR C).

Preocupação, cansaço mental (PROFESSOR N).

Um participante relata que sente ansiedade e preocupação, mas que estes sentimentos não são exclusivos dos professores. Segundo ele, que já trabalhou em empresas, se comparado com outras atividades, o trabalho do professor é até mais tranquilo.

Já o professor L coloca que o que lhe traz desconforto é o curto tempo para a preparação das aulas que faz parecer que o conteúdo a ser ensinado é inesgotável. A organização do tempo se coloca como uma causa de desconforto para este sujeito: o tempo de preparação das aulas é insuficiente e coloca este trabalhador diante do constrangimento do tempo. Há que se fazer mais do que o tempo lhe permite.

É interessante relacionar esta colocação com a de outros participantes que referem liberdade na organização do tempo. Esta aparente contradição se explica pelo fato dos trabalhadores serem diferentes, isto é, possuírem ritmos e formas de trabalho diferentes, bem como suas aptidões podem ser diferenciadas. Deste modo, enquanto para um professor a organização do tempo de trabalho lhe traz sensação de liberdade e conforto; para outro, a sensação de que o tempo é insuficiente pode representar desconforto.

Nas sensações de desconforto também foram relatados sintomas físicos, tais como: dores nas costas, insônia, inflamação na garganta e rouquidão. Um participante citou como desconforto que, às vezes, sente algum sintoma depressivo.

Quando perguntados sobre o quê no trabalho lhes trazem mais insatisfações, cinco participantes não responderam. De modo geral, os professores substitutos mencionam queixas principalmente no que diz respeito ao baixo rendimento e falta de interesse dos alunos. Alguns participantes da pesquisa relatam que há dificuldade dos alunos cumprirem horários e prazos, assim como de lerem textos, de frequentarem assiduamente às aulas e terem compromisso com a graduação. A carência de manutenção dos prédios e dos equipamentos e a falta de apoio administrativo e pedagógico também são motivos de insatisfação no trabalho.

1. Desinteresse dos alunos; 2. Nível intelectual dos alunos é muito baixo; 3. Baixa dedicação aos estudos que os alunos têm (PROFESSOR F).

Salas pequenas. Aparelhos ultrapassados. Muito tempo em pé (PROFESSOR V).

[...] Falta de apoio em termos da administração (quando entrei fiquei meses sem acesso a intranet porque ninguém conseguia me explicar porque não conseguia acessar com meu login) [...] (PROFESSOR Q).

1. Sinto que vai para as mãos dos substitutos todos os problemas que ninguém quer resolver; não adequam as demandas à nossa formação específica. 2. A incerteza quanto às disciplinas que você vai assumir; 3. Não reconhecimento das nossas demandas, geralmente não param para ouvir as nossas demandas; 4. A falta de apoio inicial na construção dos programas das disciplinas (PROFESSOR Y).

O professor G problematiza haver mais de um período para a matrícula nas disciplinas, pois deste modo alguns alunos chegam à turma após as aulas serem iniciadas e terem sido aplicados alguns conteúdos. A quantidade de disciplinas, assim como a falta de afinidade com as mesmas também surgiram dentre as

insatisfações no trabalho. Ainda a falta de um espaço de trabalho para o professor, fora da sala de aula, foi um elemento de insatisfação para dois participantes da pesquisa.

Outros se sentem insatisfeitos com a impossibilidade de renovação do contrato se completados dois anos e com a solidão no trabalho docente.

1. Não necessitar participar das reuniões, pois mesmo que participe não tenho poder de voto (compreendo, pois isso é uma atitude institucional). Então é como se o substituto não pudesse contribuir, modificar nada. 2. Encerramento de contrato de dois anos, mesmo que faça bom trabalho, sem possibilidade institucional de renovar. 3. Trabalho solitário. Muito embora pense que na graduação isso é comum também entre os próprios efetivos. Não há certa integração. Cada um faz muita coisa sozinho. É incoerência pura quando em discurso na educação se exalta o trabalho coletivo. Uma pena (PROFESSOR Z).

Os coletivos de trabalho são fundamentais para a saúde dos trabalhadores. Eles funcionam, muitas vezes, como um espaço legítimo para a solução dos problemas sentidos pelo trabalhador. Quando um professor passa por uma situação adversa, e encontra nos colegas oportunidade de relatar, de compartilhar e conversar sobre sua dificuldade, abre-se caminho para desvendar possibilidades e encontrar soluções no coletivo. Esse suporte e cooperação entre os trabalhadores os ajuda a superar as situações de sofrimento e angústia, promovendo assim a saúde mental.

Operando na mesma lógica, o trabalho solitário inviabiliza as oportunidades de superação das situações adversas no espaço coletivo. O isolamento dos trabalhadores, a individualização de problemas mais gerais e até mesmo inerentes àquele tipo de trabalho, junto ao sentimento de solidão, tendem a causar prejuízos à saúde mental dos trabalhadores.

Há também três professores substitutos que relatam não terem insatisfação no trabalho docente na Ufes.

Nenhuma. Faço o que gosto e me dedico intensamente (PROFESSOR D).

Não tenho insatisfação (PROFESSOR N).

Estou satisfeito (PROFESSOR HA).

Foi perguntado aos participantes da pesquisa se tiveram problemas de saúde nos últimos seis meses que exigiram tratamento ou cuidado regular. 76% dos

participantes disseram que não e 24% afirmaram que sim. Aos que responderam afirmativamente - nove professores - foi perguntado quais problemas. Um dentre estes preferiu não responder. Os demais relataram: inflamação na garganta, crises de gastroenterite nervosa, problemas musculares ligados à coluna, labirintite, ganho de peso e dores no corpo, asma, hipertensão, problemas no joelho, crises de estresse e ansiedade, síndrome do pânico e depressão.

O professor HB relaciona seus problemas no joelho ao fato de passar muito tempo sentado preparando aulas. E o professor P justifica a labirintite pelo acúmulo de trabalho em duas instituições de ensino superior nas quais trabalha.

Quando perguntados sobre quais pensam que sejam as causas de tais problemas de saúde, eles respondem que são de ordem familiar e pessoal, que são devido à elevada carga de trabalho, ao excesso de trabalho da docência e de outro vínculo, à genética, ao estresse e à queda de imunidade, ao excessivo uso da voz, à má alimentação e às poucas horas de sono. Um participante explica:

Sedentarismo e excesso de tempo em frente a livros e computador. Esses sintomas são resultado do excesso de trabalho (PROFESSOR H).

Foi perguntado aos professores substitutos se achavam que seu trabalho poderia lhes trazer problemas de saúde. 22 participantes (58%) afirmam que poderia, 13 (34%) afirmam que não e 3 (8%) não responderam. Há professores que acreditam que o trabalho em si não adocece, mas sim o cenário de instabilidade, que traz ansiedade, depressão e estresse. O professor G fala do desânimo, que aumenta a sensação de impotência e alimenta o quadro depressivo.

Outros problemas também foram identificados pelos professores substitutos, tais como: problemas no joelho, lesões por esforços repetidos (LER), problemas de coluna, o surgimento de varizes pelo longo tempo passado de pé, sobrepeso e insônia. Três participantes mencionaram que há muitos pernilongos na Ufes, e com isso o risco de dengue em alguns períodos do ano.

Asma, dengue... Poeira e mosquito é o que não falta na Ufes (PROFESSOR K).

Às vezes quando dou de 4/6 aulas direto (com um pequeno intervalo para o lanche) sinto dor nas pernas, cheguei a ficar sem voz também nesses casos (PROFESSOR HC).

Estresse, porque é muita demanda para pouco retorno financeiro; hipertensão, esta já identificada (PROFESSOR HD).

Adoecimento psíquico (depressão). A academia está permeada de competitividade entre professores/pesquisadores e por exigências de produtividade. Isso à médio prazo tende a provocar um desgaste psicológico podendo levar a quadros depressivos (PROFESSOR X).

Cabe salientar que muitos destes problemas de saúde relatados pelos participantes não são exclusivos da condição de professor substituto. Os trabalhos de Borsoi (2012) e Gradella Júnior (2010) já mostravam os mesmos sintomas presentes no trabalho dos professores universitários efetivos. Estes problemas de saúde estão relacionados ao *modus operandi* do trabalho docente e ao cenário histórico de precarização das condições de trabalho nas IFES, assim como de alta exigência de produtividade aos seus trabalhadores.

O que particulariza a relação saúde doença dos professores substitutos são exatamente as doenças e o sofrimento psíquico relacionado à instabilidade e à insegurança do vínculo empregatício temporário, como: a depressão, a ansiedade, a angústia e a frustração. Há, por outro lado, os sentimentos de satisfação, de alegria, de realização pessoal e de gratificação que conformam a resistência dos trabalhadores na sua luta pela saúde, a despeito das condições adversas.

Quando questionados se alguma vez nesse tempo de trabalho enquanto professores substitutos tiraram licença médica, um participante não respondeu, apenas dois tiraram a licença e 35 nunca foram licenciados por esta razão. Dentre os que tiraram, um relatou que fez uma cirurgia de apendicite e que isso nada tem a ver com o seu trabalho. O outro afirmou que precisou fazer tratamento à base de medicamentos e repouso.

Dos 35 que nunca tiraram licença médica trabalhando na Ufes, a grande maioria relata que não foi necessário. Entretanto um participante diz que nunca tirou porque desconhecia essa possibilidade. Outros relatam:

Porque consegui tratar os 2 problemas, mas também porque não podia parar. O trabalho era muito no fim do período (PROFESSOR M).

Porque tenho um conteúdo extenso para dar, apesar dos problemas de saúde. Quem substitui o professor substituto? (PROFESSOR R).

Quem substitui o professor substituto? Eis uma importante questão. Segundo o DGP realmente não há professor que substitua o professor substituto, o que não impede

este de usufruir seu direito ao afastamento do trabalho em casos de adoecimento e gestação, por exemplo. Neste caso, fica a cargo dos Departamentos de Cursos administrarem esta ausência do substituto no período necessário.

Dentre os participantes que nunca se afastaram do trabalho por motivos de doença, uma relatou que ficou gestante no período do contrato com a Ufes, porém não pôde se afastar do trabalho pelo tempo que lhe é de direito. Segundo ela, teve quem a substituisse nos primeiros meses após o nascimento do filho, mas antes de completar sua licença maternidade teve de retornar ao trabalho a tempo de encerrar o período letivo e aí, então, ter férias.

O dilema vivenciado por esta trabalhadora entre a pressão para retornar ao trabalho e o usufruto de seu direito à licença maternidade pode ser caracterizado como um dano moral. A pressão para que não faça valer seus direitos é uma atitude de hostilidade que se encaixa na deterioração proposital das condições de trabalho. Entretanto, não podemos caracterizar esse fato como assédio moral, pois a redução do período de licença maternidade foi um fato isolado e o assédio moral, para ser identificado, precisa corresponder a alguns critérios relativos à frequência, à duração e ao caráter processual (TOLFO; FONSECA; NUNES, 2015).

No entanto, cabe-nos refletir: será que as professoras efetivas enfrentam o mesmo dilema em relação à licença maternidade? Será que sofrem algum tipo de constrangimento em relação ao seu direito a esta licença?

O fato da maior parte dos professores substitutos nunca precisarem se afastar do trabalho por motivo de doença pode estar relacionado à faixa etária na qual a maioria deles se encontra, já que 11% têm entre 20 e 25 anos e 56% têm entre 26 a 35 anos (conforme o gráfico 2). Logo, pode-se afirmar que a maioria são trabalhadores jovens e, por esta razão, menos vulneráveis ao adoecimento.

No entanto, houve também professores substitutos que tendo a necessidade da licença médica, abdicaram dela pelo acúmulo de trabalho e pelo encargo, ou seja, pelo sentimento de dever, de não poder parar. Estes dois participantes também são jovens, um encontra-se na faixa de 20 a 25 anos e outro na de 26 a 30 anos.

5.2 Trabalho docente na Ufes

Dos 38 participantes da pesquisa, oito já haviam trabalhado como professores substitutos na Ufes anteriormente e os outros 30 são professores iniciantes na universidade. No período de aplicação dos questionários – de janeiro a março deste ano - dois participantes lecionavam na Ufes há seis meses, um há oito meses, dois há nove meses, um há dez meses e dez há um ano. Além destes, dois trabalhavam na Ufes havia um ano e dois meses, quatro tinham um ano e três meses de trabalho, um trabalhava há um ano e cinco meses, dez há um ano e meio, e apenas dois há dois anos. Um participante preferiu não informar há quanto tempo leciona na Ufes.

Quando perguntados se ao iniciar o contrato lhes foram apresentadas as diretrizes curriculares²⁷ do curso no qual lecionam, dois não informaram, 12 afirmaram que sim e 24 disseram que não.

A respeito de outras experiências profissionais que tiveram anteriormente, quatro participantes não informaram; três dizem que o trabalho como professor substituto na Ufes é a primeira experiência profissional; 13 já trabalharam em diversas áreas como assistência social, saúde, economia pública, empresas estatais e privadas, bancos, bibliotecas etc. E 18 relatam experiências na área da educação, seja como professor substituto em período anterior ao contrato vigente, seja nos ensinos fundamental e médio ou instituições particulares de ensino superior.

Dentre os três que cujo trabalho como professor substituto consiste na primeira experiência profissional: o professor Y tem entre 20 e 25 anos, possui mestrado completo e disse que não encontrou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho na sua área de formação. O professor J tem entre 26 e 30 anos, doutorado completo, porém informou que também não teve dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. E, por último, o professor HI que tem entre 26 e 30 anos,

²⁷ Entende-se por diretrizes curriculares as diretrizes gerais que orientam o currículo do curso, bem como seu Projeto Pedagógico.

possui doutorado incompleto, foi o único dos três que identificou certas dificuldades ao tentar ingressar no mercado de trabalho na sua área de formação.

Levei 2 anos ou mais para ingressar no mercado de trabalho (PROFESSOR HI).

Este relato confirma nossa afirmação de que os professores substitutos da Ufes compõem o precariado.

Quando perguntados se têm interesse em trabalhar com extensão e pesquisa na universidade, além do ensino, três participantes não responderam, 4 disseram que não e 31 afirmaram que possuem interesse nestas outras dimensões do trabalho docente. Os que têm interesse na pesquisa e na extensão acadêmicas ressaltam o gosto pela pesquisa, a importância da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior e a importância da extensão junto à comunidade. Há aqueles que também falaram um pouco de suas pesquisas de mestrado e doutorado e da necessidade de expansão da pesquisa nas suas áreas de formação.

Trabalho numa área que requer mais produções acadêmicas, pois só recentemente (década passada) o grupo social com o qual estou envolvido (surdos) obteve conquistas legais que garantem acessibilidade educacional e profissional no país (PROFESSOR G).

Já atuo como pesquisadora voluntária e tenho interesse em aprofundar temas correlacionados ao doutorado e outras pesquisas paralelas (PROFESSOR HF).

Tenho grande interesse pela pesquisa, inclusive essa é a minha primeira motivação, pois a pesquisa me motiva e me encanta (PROFESSOR D).

Ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. A extensão e a pesquisa complementam o ensino e são prazerosos tanto para o aluno como para o professor. É gratificante poder trabalhar com pesquisa e extensão (PROFESSOR H).

Gostaria de poder coordenar projetos de extensão ou projetos de pesquisa, no entanto, lamentavelmente, é vedado que professores substitutos efetuem essas tarefas (PROFESSOR X).

Gostaria de desenvolver um projeto junto à comunidade, nem que fosse por dois anos, aproveitando a estrutura da universidade. Mas como não sou professora efetiva, não tenho essa possibilidade (PROFESSOR M)

Há também professores substitutos que relatam já trabalhar com pesquisa:

Como já trabalho com pesquisa há 15 anos, minha maior motivação para continuar dentro da universidade como professora é ter a possibilidade de continuar os trabalhos de pesquisa (PROFESSOR Q).

Já trabalho ajudando a coordenar um laboratório e um projeto de extensão. Com o fim do contrato de substituto fui convidado a ser pesquisador voluntário. Em resumo: de forma diletante, produzirei cientificamente para a Ufes sem a possibilidade de receber nada por isso (PROFESSOR K).

É impossível realizar ensino sem pesquisa e extensão. Eu faço como substituto por minha conta, porque acredito nisso (PROFESSOR Z).

A Ufes, enquanto instituição autárquica junto ao MEC, atua sob o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Todavia ao professor substituto não cabe o exercício de atividades relativas à pesquisa, nem à extensão, além das funções administrativas. Ao professor substituto também é vetada a coordenação de grupos de pesquisa e ainda práticas de ensino na pós-graduação (ZORZO, 2010). Sendo assim, o trabalho do professor substituto é marcado pela cisão entre ensino, pesquisa e extensão, evidenciando a precarização para além do contrato de trabalho, mas do próprio conteúdo deste trabalho, ou seja, da dimensão qualitativa do fazer docente (BOSI, 2007).

No que diz respeito às disciplinas que ministram, foi perguntado aos professores substitutos se correspondem às suas áreas de interesse de estudos. Três não responderam, quatro disseram que as disciplinas não correspondem e 31 afirmaram que correspondem.

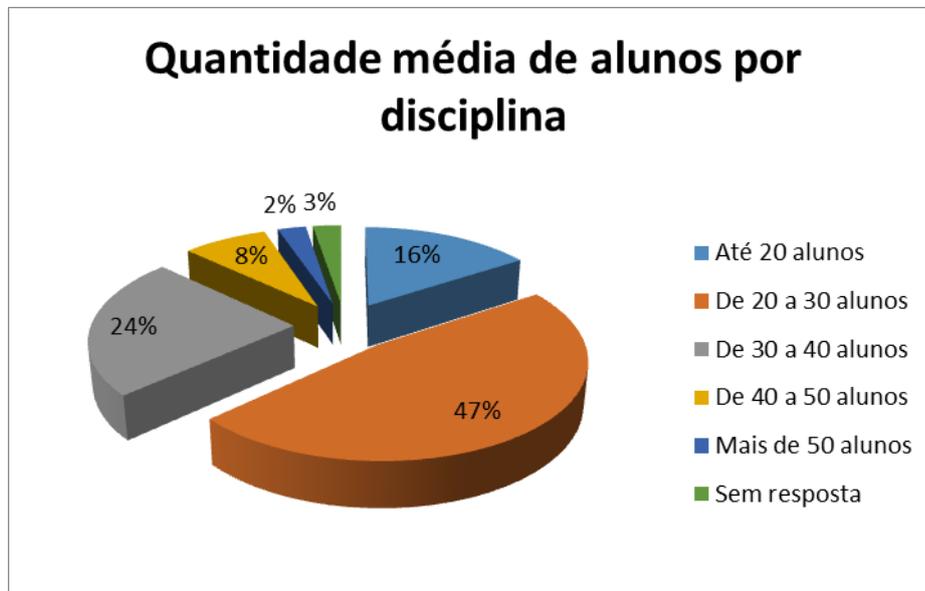
Um dos professores que não responderam explica que das quatro disciplinas que ele ministra duas correspondem e as outras duas não. Como ele ainda não possui mestrado é considerado um profissional generalista. Afirmar também que há professores no quadro geral do curso que cobrem sua área de interesse.

Os três participantes que afirmaram que não há correspondência entre as disciplinas que ministram e sua área de interesse, problematizam: o fato de geralmente os professores substitutos assumirem disciplinas de caráter introdutório e que assim ficam mais voltados aos cursos de outros departamentos; a contratação de substitutos para “tapar buraco” ministrando disciplinas que não são de interesse dos professores efetivos e; a área especificada no edital do concurso nem sempre se relacionar com as disciplinas a serem ministradas, após a contratação.

O professor substituto está fadado a ministrar as disciplinas que aqueles do quadro efetivo não estão interessados/disponíveis, não importando a especialidade ou os interesses do professor temporário (PROFESSOR K).

A quantidade média de alunos em cada disciplina ministrada pelos participantes da pesquisa pode ser analisada no gráfico abaixo.

GRÁFICO 16 - QUANTIDADE MÉDIA DE ALUNOS POR DISCIPLINA



Fonte: sistematização própria.

Foi pedido aos professores substitutos que relatassem os detalhes do cotidiano de trabalho. Ihe exigem alto nível de comprometimento. Nas respostas foram expressivos: o planejamento das aulas, o domínio de diferentes temáticas, a intensa rotina de estudos e a própria relação com os alunos.

A carga horária de duas horas de aula exige uma preparação maior das aulas; as temáticas diferentes da que eu estudo; o esforço em trabalhar outras metodologias dentro da sala; o desgaste de pensar em atividades que estimulem a participação dos alunos; não ter uma formação em didática, você aprende sozinho; a grande diversidade dos alunos, você tem que estar preparado para atender um aluno esperto, tanto quanto um aluno com dificuldades para escrever (PROFESSOR Y).

Ministrar três, às vezes quatro, disciplinas de nível superior diferentes por semestre é algo que exige alto nível de comprometimento. O planejamento toma muito tempo, pois para ministrar as 16 horas aulas semanais a carga de leitura é extenuante. Turmas grandes. Nas matutinas extremamente eufóricas, mais difíceis de controlar. Nas noturnas, com muitos trabalhadores, ficava mais difícil mantê-los atentos e acordados (PROFESSOR X).

[...] chegar sempre antes dos estudantes na sala para recebê-los, tirar dúvidas, atendê-los. Nunca deixar de comunicar aos estudantes alguma mudança no percurso da disciplina, fazer acordos coletivos. Se por uma urgência precisar faltar, avisar com antecedência a turma. É triste o estudante vir à Ufes e o professor não aparecer nem mandar recado. Primo por cuidar muito bem deles. Cada tema a ser

estudado, desenvolvo de modo que os estudantes entendam a significativa importância em sua formação. Trazer os estudos de modo que a teoria e a prática sejam compreendidas pelos estudantes de modo indissociável (PROFESSOR Z).

Tenho que ficar atento às necessidades específicas de cada licenciatura. Como a disciplina é a mesma para vários cursos de graduação (Letras, Matemática, Música, Geografia, Artes etc.), o conteúdo deve ser constantemente revisto para que a aula seja relevante e ministrada a contento (evitando que a mesma discussão se repita e torne a disciplina incoerente) (PROFESSOR G).

Estes relatos evidenciam os elementos invisíveis do trabalho docente, mas que estão presentes e exigem do professor substituto mais do que o previsto no contrato de trabalho e tempo que vai além do estipulado na sua jornada de trabalho.

5.3 Condições de trabalho

As condições de trabalho são fundamentais na medida em que se refletem no conteúdo do trabalho, na qualidade que o professor pode ou não imprimir nas suas aulas, bem como na preparação destas. A falta de condições de trabalho pode comprometer a saúde mental dos trabalhadores: o que pode ocorrer à saúde dos trabalhadores quando têm de lidar cotidianamente com a falta de recursos para desenvolver seu trabalho como entendem que devem?

Pensar nas condições de trabalho requer pensar na quantidade de professores de cada Departamento, ou seja, se a equipe é suficiente para dar conta das demandas; nas salas de aula; nas salas de professor; nos equipamentos utilizados seja nas salas de aula, seja nos laboratórios, auditórios etc. Ou seja, no conjunto de condições que permitem ou impossibilitam que o trabalhador desenvolva seu trabalho da forma como considera que deve.

Em relação à estrutura física das salas de aula, oito professores as consideram inadequadas, 28 professores consideram adequadas e dois não responderam à questão. Os que afirmam ser adequadas mencionam a existência de condicionadores de ar, de iluminação adequada, quadro branco, *datashow* e espaço para sentar em roda. Porém a maioria destes coloca algumas objeções, tais como:

que o conjunto de multimídia deveria ser fixo em cada sala para evitar que o professor tenha de montá-lo e desmontá-lo; que não há *internet* nas salas de aula; que há salas onde não tem ventilador e, se há algum problema com o condicionador de ar, o calor fica insuportável; a falta de segurança no *campus* etc.

O professor A que não respondeu à questão justificou que isso depende do curso no qual se dá aula. Outro professor concorda:

Inadequada, pois depende do Centro em que dá aula. Há diferenças de tamanho, ventilação, recursos de uma turma para outra. Nas salas da Pedagogia, por exemplo, havia até pouco tempo um *datashow* por sala, estava em reforma, mas ainda existe um equipamento por sala. Nas salas das Ciências Sociais não há esse recurso. As salas do CCJE são amplas, e com ar condicionado funcionando... Ou seja, dependendo de qual curso você vai lecionar, há boas condições... O mesmo ocorre com relação a pessoal de apoio (PROFESSOR Q).

Um professor demonstrou preocupação com espaços para além da sala de aula, mas que também são fundamentais no ensino das suas disciplinas:

As mesas onde os exames são interpretados é bem antiga e necessita de reforma. A disciplina necessita de aparelhos mais modernos, para que o aluno aprenda a utilizá-los e tenha melhor condição de diagnóstico correspondendo às expectativas do paciente (PROFESSOR 13).

No que diz respeito à disponibilidade de espaços destinados ao uso de recursos tecnológicos para didática (multimídia, laboratórios etc.) na universidade, oito professores não responderam, quatro afirmaram que frequentemente têm dificuldade de conseguir reservar estes espaços, 15 relataram que às vezes encontram dificuldades para reservá-los e 11 afirmaram que sempre há disponibilidade.

Quando perguntados aos professores substitutos se eles possuem uma sala de trabalho, dois não informaram, dez disseram que não possuem e 26 que sim. Dentre estes, a maioria considera sua sala de professor adequada para o que eles a utilizam. Alguns dizem que a sala é ótima, referem-se ao condicionador de ar e à suficiência de espaço; outros dizem que a sala é bem pequena, mas ficam satisfeitos por terem mesa e cadeira próprias, além de acesso à internet.

O professor M refere que sua sala é ótima, mas que é mérito de muita luta. Ele conta que antes dele ingressar como substituto, os professores substitutos de seu respectivo Departamento não tinham sala de trabalho própria. Ocorreu que foi contratado para suprir a vacância de uma professora que foi sua orientadora e esta

lutou no Departamento do Curso para que o substituto ficasse em sua sala. A partir de então, o Departamento começou a disponibilizar salas de professor para todos os substitutos.

Um dos professores que não responderam a questão justifica:

Eu tive... Depois de muito insistir... Mas aí me trocaram de sala e não sabiam mais quem estava com a chave da sala para qual eu iria, e resolvi parar de correr atrás... O que é uma pena, pois assim meus alunos não podem contar comigo em tempo livre das aulas... Para isso tenho que agendar alguns horários específicos e vou pra Ufes sem saber direito onde poderei tirar as dúvidas deles. Vejo uma sala que está vazia e a utilizo (PROFESSOR 22).

Um deles relatou, respondeu o seguinte, quando perguntado sobre o que lhe traz insatisfação no trabalho:

1. Falta de uma sala para os professores substitutos. Alguns semestres eu dava aula de 7 às 9 e depois das 13 às 15, nesse tempo tinha que ficar na biblioteca e quando ela estava fechada, por causa da greve, eu precisava ficar de sala em sala de aula procurando uma para ficar, e precisava sair quando outros professores chegavam para dar aula, era meio humilhante [...] (PROFESSOR W).

A falta de uma sala de trabalho compromete a qualidade do trabalho docente. Insistimos: pensar a saúde do trabalhador implica pensar o conteúdo deste trabalho e as condições nas quais ele se realiza. O sentimento de humilhação expresso pelo professor W advém da falta de condições de trabalho para além das aulas ministradas. Apesar do trabalho do professor substituto se concentrar no ensino, este frequentemente demanda ao professor trabalho, contato com e auxílio aos alunos em momentos fora da sala de aula.

Situações como esta, que desqualificam o trabalhador, trazendo-lhe sensações de humilhação e constrangimento, tendem à geração de sofrimento e adoecimento (TOLFO; FONSECA; NUNES, 2015).

Acerca do acesso à biblioteca com adequado acervo no que diz respeito à bibliografia necessária às suas disciplinas, cinco professores substitutos referiram que não tem acesso à biblioteca com acervo adequado, 30 afirmaram que sim e três não responderam.

5.4 Relações Sociais de trabalho

Em relação aos desafios e oportunidades encontrados no cotidiano de trabalho, foram expressivas as respostas que apontam como desafios a atualização do professor, o acompanhamento das mudanças nos meios de comunicação e a importância de fazer as aulas produtivas para os alunos. O professor D relata que seu desafio é se tornar professor efetivo. Esta fala evidencia a preocupação do professor substituto de sair da condição de trabalhador temporário, isto é, da instabilidade e da insegurança do emprego. Outros desafios no fazer docente merecem destaque:

Desfazer mitos e apresentar uma nova compreensão sobre determinado grupo social e suas marcas culturais (PROFESSOR G).

Estar sempre atualizada, trazer informações científicas para as aulas que serão utilizadas na prática dos alunos e, no meu caso, programar aulas práticas de laboratório com a estrutura que temos, já que não tenho problemas com a sala de aula, mas sim com a falta de equipamentos em alguns dos laboratórios que trabalho (PROFESSOR T).

Desafio: ser aceita por alguns professores efetivos como um professor que tem capacidade, responsabilidade, comprometimento, seriedade, enfim, que atua de forma séria com a instituição de ensino (PROFESSOR HG).

Estar sempre atualizada e à frente do mercado de trabalho (PROFESSOR HJ).

No que diz respeito às oportunidades são expressivos os relatos de que estar no ambiente universitário já é em si uma oportunidade de se atualizar, bem como com possibilidades de desenvolver pesquisa e atuar na extensão (como técnicos), estabelecer novos relacionamentos com outros professores e colegas de profissão.

[...] Oportunidade: ficar perto de professores e pesquisadores dedicados, que contribuem para o crescimento pessoal e profissional do substituto (PROFESSOR K).

Quanto a oportunidades recebi convites para participar de grupos de pesquisas e me envolver em projetos (PROFESSOR D).

[...] Oportunidade: nunca abre vaga para efetivo. Eu estou esperando a vaga, só ficam renovando o contrato de substitutos (PROFESSOR U).

A fala do professor U expressa a expectativa que alguns professores substitutos têm de se efetivar na universidade pública, como já expusemos aqui.

Alguns relataram que não há desafios, seis professores não responderam à questão e um informou que achou esta questão muito aberta.

Quanto à relação de trabalho com os demais professores, foi perguntado aos participantes da pesquisa de que forma a condição de substituto influenciava naquela. Há participantes que consideram a relação normal, isto é, que a condição de professor substituto em nada influencia nela e que nunca tiveram problemas por conta disso. Outros referem que quase não encontram os colegas efetivos e quase não têm contato com eles.

A maioria dos participantes referiram boas relações com os colegas efetivos.

Nunca senti nenhum tipo de preconceito. Na verdade, os professores efetivos até se solidarizam e reconhecem como precária a condição do substituto (muitos efetivos já foram substitutos no passado) (PROFESSOR X).

A convivência com os docentes da minha área é muito boa. A recepção por eles foi fundamental para que eu sentisse mais satisfação em estar ali (PROFESSOR V).

Tenho uma ótima relação de trabalho com todos os docentes do curso que me incentivam a participar de seus projetos de extensão e também me auxiliam no que eu preciso. Nas reuniões de graduação que participo tenho voz ativa e acho isso muito importante (PROFESSOR T).

Este entrosamento entre os docentes é de grande valia para a saúde mental do trabalhador. As reuniões de equipe, como citou o participante T, possibilitam aos professores substitutos estabelecer uma relação de cooperação com os colegas; encontrar nos seus pares apoio, suporte e profissionais que sirvam de referência nos momentos difíceis.

A minoria dos professores substitutos expressaram algumas insatisfações nesta relação de trabalho.

Sempre visto como temporário: todos sabem que não poderão contar contigo por muito tempo. O substituto é como um "fantasma útil" (PROFESSOR K).

Eu acho que há incerteza quanto ao seu trabalho, quem te conhece sabe como você é, mas quem não conhece fica naquela expectativa, ainda mais que eu sou muito jovem. Depois, pelo resultado das disciplinas, eles vão vendo (PROFESSOR Y).

Apenas não fui, em momento algum, convidado a participar das reuniões de departamento, para falar a verdade nem sei se poderia ir (PROFESSOR W).

Quatro professores não responderam esta questão. Quanto aos que referiram que quase não encontram os professores efetivos, se considerarmos que a maioria dos professores na Ufes são efetivos, cabe pensar sobre os desencontros entre os trabalhadores. Pensar a saúde dos professores substitutos implica pensar a centralidade deste trabalho. Se o trabalho promove espaços de encontro, de cooperação e integração entre os trabalhadores, logo, há possibilidade de dividir e trocar as experiências difíceis, bem como criar estratégias defensivas (DEJOURS, 1992).

Do mesmo modo, se não há encontro entre os professores, sejam substitutos ou efetivos, diluem-se os espaços de cooperação e integração dos trabalhadores, obrigando-os a lidar com as situações adversas de modo individual e solitário e individualizando os homens diante do sofrimento (DEJOURS, 1992).

Quando perguntados como a condição de professor substituto influencia na relação com os alunos, a maioria dos professores relatou que a relação é normal, que ser substituto em nada interfere na relação com os estudantes. Alguns dizem que estes estão acostumados com a presença de professores substitutos no quadro docente e muitos não sabem das diferenças entre ser substituto e efetivo.

Há aqueles que referem boas relações com os alunos.

Os alunos não me recriminam e me tratam muito bem. O relacionamento é ótimo (PROFESSOR V).

O relacionamento com os estudantes é o que mais vale a pena. Os estudantes não diferenciam um professor substituto de um efetivo. Todavia, muitas vezes eles observam que sob a excessiva carga de trabalho a qualidade das aulas ministradas podem não ser as ideais (PROFESSOR X).

Não tenho problema, inclusive tem alunos que pedem para assistir minha aula (PROFESSOR U).

No entanto, alguns professores mencionaram certas dificuldades, como pode ser observado.

Às vezes, por ser nova, muitos não respeitam (PROFESSOR N).

Às vezes não tenho voz ativa e dependo da decisão dos professores efetivos (PROFESSOR C).

Às vezes (não sempre) penso que eles acreditam mais no trabalho do professor efetivo, julgando-o mais preparado ou comprometido. Tento desmistificar essa impressão com dedicação e comprometimento com os conteúdos apresentados (PROFESSOR B).

Um professor não respondeu à questão.

5.5 Dimensão política do fazer docente

Quando perguntados se participam das reuniões da Câmara de Departamento, apenas três professores substitutos afirmaram que sim, 29 participantes disseram que não e seis não responderam.

Tendo em vista que as reuniões de Departamento são momentos de discussões e deliberações, ou seja, de alto teor político, o fato da grande maioria dos professores substitutos não participar destes momentos exprime certa despolitização e alienação no trabalho. Cabe esclarecer que o professor substituto pode participar das reuniões departamentais, mas não é obrigado, como o efetivo. Além disso, ainda que participe, o professor substituto não pode votar, não pode deliberar sobre as questões ali discutidas, pode apenas argumentar e expor seus posicionamentos: tem voz, mas não tem poder de voto. Este pode ser um fator de desmotivação para os substitutos, como se observa nas justificativas de dois participantes que não frequentam as reuniões:

Porque professor substituto não pode votar (PROFESSOR N).

Me disseram que não tem poder de voto. Aproveito esse tempo em outros fazeres (PROFESSOR Z).

Diante da elevada carga de atividades e da impossibilidade de interferir nas decisões, optei por não participar. OBS.: nas reuniões de departamento é garantido a fala sem direito a voto (PROFESSOR X).

Todavia, podemos questionar: por que os professores substitutos não podem votar? De onde vem esta determinação? Onde isto está registrado?

Quantidade expressiva dos participantes justifica sua ausência nas reuniões da câmara de departamento pelo fato de nunca terem sido convidados; há também

aqueles que desconheciam que podem participar das mesmas. Outras razões também se apresentam entre as justificativas, tais como: a falta de tempo, o conflito com horário de trabalho em outra instituição e a elevada demanda de trabalho. Mais alguns motivos podem ser notados:

Porque não considero a minha presença importante (PROFESSOR S).

Nunca fui informada se posso participar. E por ser substituta não creio que seria ouvida (PROFESSOR J).

Pela forma como fui convidada a participar. Me senti "um nada" que não fazia a menor diferença a minha presença. "A cada 15 dias tem reunião do departamento, mas nenhum professor substituto participa não... Não faz diferença, você não vai poder falar nada, nem votar, só ouvir..." (PROFESSOR C).

Fui convidada a não participar. Disseram que não compete ao substituto participar. Só participo das reuniões do Colegiado, mas minha presença é indiferente. Acho que devia ser uma exigência porque as reuniões envolvem meu trabalho (PROFESSOR M).

Estas falas evidenciam a desvalorização do professor substituto no que diz respeito à tomada de decisão sobre o trabalho.

Quando perguntados se conhecem a Adufes (Associação dos Docentes da Ufes), 21 professores substitutos disseram que desconhecem, 16 afirmaram que conhecem e um não respondeu. Dentre os que conhecem a Adufes, apenas um mencionou que se sente representado por ela, nove não se sentem representados e seis não responderam.

O único professor que se sente representado na Adufes não justificou esta razão. Os que não se sentem representados neste sindicato, poucos justificaram, porém algumas justificativas chamam atenção:

Nunca fui convidada a participar. Desconheço algo que respalde a organização dos professores substitutos (PROFESSOR M).

Porque eu só vejo discussão a respeito da condição de trabalho dos professores efetivos. Eu acho que isso de você não poder levar sua titulação após a contratação poderia ser um ponto de pauta (PROFESSOR Y).

A ADUFES é uma entidade que eu respeito porém, como os substitutos não se associam a ADUFES, o fato é que não me sentia representado. É uma situação complexa, pois a condição do contrato por tempo determinado mina a possibilidade de solidariedade no interior na categoria docente (PROFESSOR X).

Não me considero docente da Ufes, eu estou prestando serviço e depois vou sair (PROFESSOR U).

A análise do professor X é muito interessante, pois toca num ponto central: a contratação temporária. Essa forma de contratação que faz com que os professores substitutos passem pela universidade num período curto dilui as perspectivas de luta dessa categoria à medida que não se pode permanecer neste trabalho por longo prazo. A flexibilidade do capitalismo contemporâneo, que dissemina o lema não há longo prazo, afeta este grupo de trabalhadores. Assim, qual é o sentido de se organizar politicamente enquanto categoria profissional para reivindicar direitos quando se sabe que daqui a seis meses, ou um ano, não se estará mais ali? Qual é o sentido para os professores substitutos, de investir tempo na organização política quando se tem grande demanda e sobrecarga de trabalho no presente?

Não defendemos, nem legitimamos o isolamento político dos professores substitutos. Levantamos estas questões a fim de fomentar reflexões que nos possibilitem compreender duas coisas importantes: a primeira é como a contratação temporária incide também na dimensão política do trabalho docente e serve à segmentação entre os trabalhadores; a segunda é como os professores substitutos tendem a ficar restritos à dimensão temporal do presente – o aqui e agora – sem, contudo, estabelecer relações a longo prazo com seus pares.

Os professores substitutos vivenciam, assim como os efetivos, inúmeras dificuldades no trabalho, algumas delas já apontadas nesta pesquisa. No entanto, a segmentação do corpo docente entre substitutos e efetivos já é em si uma perda para o conjunto dos trabalhadores. A fala do professor U, que não se considera docente da Ufes, mas um prestador de serviços, evidencia esse distanciamento político entre o professor substituto, a dinâmica e o cotidiano da universidade.

Outro elemento importante a ser considerado é a própria divisão do trabalho e a questão do corporativismo entre os docentes. Na medida em que os professores substitutos têm toda sua jornada de trabalho centrada no ensino, alivia a carga de trabalho em sala de aula (e todo o tempo e empenho extra sala de aula, como já analisado) dos professores efetivos, que podem ter mais tempo da sua carga horária dedicada à pesquisa e à extensão²⁸. Deste modo, algumas vezes os próprios

²⁸ Não podemos esquecer também da lógica produtivista que impera no meio acadêmico na atualidade, que supervaloriza algumas atividades, como a publicação de artigos científicos em periódicos, em detrimento de outras, como o ensino em sala de aula.

docentes efetivos compactuam com a existência de professores que trabalham por tempo determinado na universidade.

Professores substitutos podem se associar a Adufes. Entretanto, segundo dados obtidos junto a Adufes em julho deste ano, não há professores substitutos associados a esta entidade atualmente. Podemos inferir que isso se deve a algumas razões, tais como: à rápida temporalidade do vínculo empregatício e à baixa remuneração em relação aos professores efetivos.

Quanto ao direito a voto, cabe esclarecer que nas assembleias da Adufes somente os docentes afiliados podem votar e deliberar acerca de questões como: eleição de delegados para congressos ou decisões sobre convênios, por exemplo. Já no que diz respeito às decisões que competem à categoria – e não apenas ao sindicato-, qualquer professor ativo pode votar, como é o caso das deliberações sobre greve.

6 TECENDO POSSÍVEIS CONCLUSÕES

O caminho percorrido neste trabalho nos permitiu entender que a pesquisa não esgota o conhecimento produzido acerca do nosso objeto, porém que ele acompanha o movimento dinâmico do real e abre caminho para novas investigações. Chegar ao fim desta pesquisa aponta, necessariamente, para outro recomeço, haja vista o mar de contradições no qual estão imersas as IFES, prestes a viver transformações maiores que redundem no aprofundamento da precarização do trabalho nestas instituições.

O objeto da pesquisa - a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes, entre os anos 2013 e 2014, e seus impactos na saúde deles que se refletem no adoecimento e no sofrimento psíquico - foi analisado a partir do referencial teórico marxista, com aporte nos estudos da Sociologia do Trabalho, do Serviço Social e da Saúde do Trabalhador, estabelecendo um diálogo com estas áreas.

Nosso estudo se diferenciou pela análise da precarização do trabalho de um segmento trabalhista que já nasceu com um contrato de trabalho precário dentro do ensino superior público. O trabalho por tempo determinado já é em si precário. Todavia, o fato desta contratação se realizar dentro da Ufes, no serviço público, tende a ocultar a precarização e, principalmente, seus impactos na saúde dos professores substitutos.

A hipótese apresentada - de que há uma relação direta entre precarização do trabalho e o sofrimento psíquico e adoecimento no trabalho - se confirmou. A insegurança permanente, assim como a instabilidade do trabalho, compromete a saúde mental dos professores substitutos devido à preocupação e à angústia causada pela incerteza da renda futura, além da dificuldade de planejar o futuro, trazendo a necessidade de procurar emprego no presente.

A questão central de nossa pesquisa - de que forma a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes incide na saúde destes trabalhadores? - foi respondida partindo principalmente de três eixos de análise: a precarização refletida nos contratos de trabalho, a precarização da jornada de trabalho e dos salários.

Estes três elementos (contrato, jornada e salário) foram essenciais à medida que constituem o alicerce do emprego tradicional e fundamentam o direito do trabalho.

Historicamente a precarização caracteriza o trabalho na periferia do sistema capitalista, como a América Latina e o Brasil. A desproteção social dos trabalhadores, assim como a exclusão do acesso aos direitos trabalhistas, evidencia a subalternidade do trabalho numa economia marcada pela dependência dos países centrais e que é inerente à criação do proletariado.

Por outro lado, os anos 1990 inauguraram um conteúdo inovador à precarização do trabalho marcada pelo retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas ora conquistados pelos trabalhadores na luta contra o capital. Esta inovação consiste na institucionalização legal de formas precárias de trabalho num cenário de desemprego estrutural. Até mesmo o serviço público, menos suscetível à ingerência do mercado, e o trabalho do professor universitário, caracterizado pela estabilidade e garantias sociais, não escaparam dessa ofensiva.

Desde então, a carência dos empregos tradicionais com vínculos estáveis e acesso aos direitos sociais e trabalhistas deixou os professores universitários dóceis uma vez que sujeitos às formas atípicas de contrato, como os empregos temporários, oferecidos pelas IFES. Nosso desafio foi também dissecar a relação entre as transformações no mundo do trabalho e, mais especificamente, a precarização do trabalho que se generalizou, atingindo até mesmo grupos de trabalhadores que antes não sofriam com a instabilidade e a desproteção social do trabalho, como era com os professores universitários.

A crise que vivemos não é apenas mais uma crise parte do desenvolvimento cíclico do capitalismo, porém uma crise estrutural e inerente ao modo de produção capitalista. Se alguns a denominam de crise do padrão de produção taylorista-fordista, ou de crise do Estado, nós temos a clareza de que se trata de uma crise estrutural de superacumulação do capitalismo, conforme vimos no capítulo 2.

A flexibilização das relações de trabalho é uma das estratégias do capital contra o trabalho que tende a se generalizar e se espalhou até mesmo dentro do serviço público. Nossa análise tratou, na verdade, de uma das dimensões da flexibilização: a da precarização do trabalho. A condição de professor substituto submete uma gama

de trabalhadores altamente qualificados à intensificação do trabalho, à extensão da jornada de trabalho para a vida privada, ao sofrimento psíquico, ao adoecimento e à fragilização da identidade da categoria de professores universitários diante do desemprego estrutural.

As mudanças das condições de trabalho, inclusive o aprofundamento da precarização são parte das recentes transformações do capitalismo, bem como da mundialização dos sistemas produtivos e da ideologia neoliberal. A precarização do trabalho do professor substituto se evidencia principalmente pelo contrato temporário, mas não é somente dessa contratação que parte a precarização, mas das transformações que as próprias IFES e logo, a Ufes, sofrem: a contrarreforma do ensino superior brasileiro.

A contrarreforma do Estado apreende uma séria de “reformas” que, supostamente, visam deixá-lo mais enxuto, ou seja, menos oneroso. Esta estratégia foi implantada em diversos setores da economia brasileira e também na área da educação. Ao mesmo tempo em que assistimos nos anos 1990 ao enxugamento dos concursos públicos, os anos 2000 são marcados pela expansão do ensino superior (especialmente o privado) no país, porém convivendo com o corte de verbas para a educação, além da contratação temporária pelas IFES.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento de caráter neoliberal que orientou as ações de contrarreforma no Brasil, considera a educação, e as universidades, como um setor no qual o Estado não deve atuar sozinho, antes deve contar com a gerência das instituições públicas não estatais e privadas. As fundações de apoio às IFES, bem como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) na gestão dos hospitais universitários, incorrem nesta tendência.

A redução da intervenção do Estado na educação e a consequente reestruturação das IFES fazem parte de um processo mais amplo de subordinação da economia brasileira às exigências do capital internacional. A redefinição da Ufes no bojo da contrarreforma implicou na priorização da quantidade de ações, ao invés da qualidade, na instituição de avaliações que estimulam a competitividade entre os trabalhadores e, o que mais nos interessa; na desestruturação da carreira docente, tendo em vista a redução dos gastos públicos.

Os professores substitutos estão no “olho deste furacão” e são expressão viva da flexibilização das relações de trabalho no serviço público. A tendência de desresponsabilização do Estado brasileiro pelo ensino superior pactuada na contrarreforma da educação abre caminho para a precarização do trabalho de grupos de trabalhadores antes caracterizados pela estabilidade. Conforme a pesquisa demonstrou, a precarização se reflete não apenas nos contratos, como também na jornada de trabalho, nos salários, na organização política e na saúde destes trabalhadores.

De acordo com a pesquisa realizada as vagas de professores substitutos na Ufes são majoritariamente ocupadas pelo gênero feminino. Alguns estudos mostram a tendência à que as mulheres ocupem mais do que os homens os postos de trabalho precários.

Nossa pesquisa mostrou também que os professores substitutos da Ufes, além de precarizados, compõem o precariado, ou seja, a camada dos jovens trabalhadores altamente qualificados que ficam à margem do mundo do trabalho, ocupando postos de trabalho temporários, subempregos, trabalhos em tempo parcial etc. Este grupo de trabalhadores não desfruta da perspectiva de carreira estável, nem da progressão salarial conforme a elevação da titulação acadêmica.

O precariado revela o modelo de desenvolvimento excludente do capital que não se restringe à periferia do capitalismo, mas atinge também grupos expressivos de trabalhadores nos países centrais. A qualificação ou a especialização profissional, na contemporaneidade, não garante aos trabalhadores a certeza de obtenção do emprego tradicional, nem mesmo de carreira a médio e longo prazo. E isto não ocorre somente nos setores da economia mais reestruturados pela gestão toyotista ou naqueles mais propícios à incorporação de novas tecnologias. O exercício da docência, altamente dependente do trabalho intelectual qualificação, do trabalho vivo, é exemplar da generalização da exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho.

A ameaça do desemprego já é em si mesma um sofrimento. Os professores substitutos da Ufes convivem com muitas incertezas e com uma dura certeza: de que dentro de um curto período estarão desempregados. No presente, eles já

demonstram preocupação de conseguir outro emprego e de estudar para concursos públicos.

Apesar da atual conjuntura, grande parte deles deseja seguir a carreira docente, sendo o trabalho de pesquisa e a estabilidade no emprego as expectativas que mais se apresentam em relação a este trabalho. Este dado nos mostra que estes jovens trabalhadores ainda sonham com a estabilidade, tendo perspectivas de trabalho a longo prazo, a despeito da incerteza do presente.

Outra observação relevante é acerca dos professores substitutos de meia idade e muito qualificados. Considerando a tendência ao encurtamento da vida produtiva do trabalhador imposta pelo capitalismo flexível, que descarta o conhecimento e a experiência adquiridos no trabalho ao longo da vida, é possível inferir que o desemprego estrutural e as formas de trabalho precárias não atingem apenas os trabalhadores jovens, mas também os trabalhadores mais experientes e altamente qualificados.

Identificamos que o primeiro fator de precarização no trabalho dos professores substitutos é o contrato de trabalho temporário. A contratação por tempo determinado já nasce precária e afeta os trabalhadores trazendo-lhes insegurança e falta de garantias futuras. Além disto, a modalidade de contratação temporária adotada pelas IFES coloca professores (efetivos e substitutos) com estatutos diferentes trabalhando juntos, fragilizando a categoria docente e dificultando a organização política.

A maioria dos professores substitutos é contratada para trabalhar por seis meses, sendo que geralmente os contratos são renovados por até dois anos. Este mecanismo de contratação de tão curto prazo deixa os professores numa condição de permanente instabilidade e também convivendo com a incerteza em relação à renovação do contrato de trabalho. Essa condição de instabilidade e incerteza provoca o fenômeno da carência de futuridade, ou seja, ocorre uma dificuldade dos trabalhadores quanto à projeção de seu futuro. Assim, fica comprometida a possibilidade de planejamento do futuro, levando estes trabalhadores à convivência com a incerteza de renda futura e com a ansiedade.

Após distinguirmos extensão da jornada de trabalho e intensificação do trabalho, apesar da relação que se pode estabelecer entre ambas, foi possível identificar que os professores substitutos da Ufes vivenciam tanto uma quanto a outra. Os relatos cedidos pelos participantes, que afirmam a extensão da jornada de trabalho para além das 20 ou 40 horas de trabalho semanais, evidenciam o fenômeno da vida reduzida ao trabalho.

Embora saibamos que o tempo de vida fora do trabalho e dentro dele formem um *continuum* difícil de separar, é fundamental à saúde do trabalhador usufruir tempos de descanso, de lazer, de convívio com a família e outras pessoas, além das que estão no mesmo ambiente de trabalho. Assim, o trabalho subtrai o tempo de vida dos professores substitutos e compromete a saúde mental deles.

Tendo em vista que o trabalho estabelece uma interface entre a vida no âmbito privado e no público, a vida em família sofre os reflexos do trabalho (e vice-versa). Quanto mais estimulante da criatividade e da inteligência for o trabalho, quanto mais realizado o professor se sentir nele, mais levará estas sensações para os demais espaços de sua vida. Do mesmo modo, se o trabalho docente provoca sensações de angústia, de impotência e de sobrecarga, o trabalhador tenderá a se sentir cansado e sobrecarregado no cotidiano.

A maioria dos professores substitutos mostrou interesse em desenvolver pesquisas e projetos de extensão universitários apesar disto não ser possível, conforme já explicado. No entanto, alguns deles já se inserem em núcleos de pesquisa ou projetos de extensão como técnicos, e houve professor que relatou que desenvolve tais atividades mesmo sem ser remunerado por elas.

Identificamos o reconhecimento da importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para a formação profissional entre os professores substitutos. Todavia, se não lhes são dadas as condições – principalmente materiais e financeiras - para o desenvolvimento de pesquisa e extensão, é possível reconhecer na precariedade destas atividades de cunho voluntarista mais uma forma precarização do trabalho dos professores substitutos.

O fenômeno da vida reduzida se expressou também pela carência de tempo de lazer, de prática de atividades físicas e de horas de sono: falta a boa parte dos

professores tempo de cuidar de si. Além disto, grande parte do trabalho de ensino é feito em casa, como a preparação e planejamento de aulas, de avaliações, correções etc. Deste modo, o trabalho invade a vida do trabalhador, roubando-lhe tempo até para cuidar de si próprio. A vida reduzida ao trabalho é expressão viva do projeto de dominação do capital que captura o tempo do homem que trabalha, coloniza todo o espaço do desenvolvimento humano, limitando a emancipação humana.

A intensificação do trabalho dos professores substitutos ocorre não somente pela entrada da tecnologia no serviço público, porém principalmente pelo alto nível de concentração, de estudo, de elaboração e planejamento, ou seja, pelo trabalho intelectual que exige criatividade. Como o trabalho dos professores substitutos se concentra no ensino podemos afirmar que estas atividades exigem destes trabalhadores elevado grau de comprometimento, de esforço, de dedicação e responsabilidade que ainda que não possam ser quantificados, são sentidos por eles na forma de desgaste, de cansaço e de estresse.

A maioria dos professores substitutos trabalham somente na Ufes, mas há também aqueles que têm outro vínculo empregatício. O acúmulo de trabalho, sobretudo quando se tem mais de um emprego, é um fator que compromete a saúde mental dos trabalhadores à medida que lhes rouba o tempo de vida e traz a sensação de sobrecarga.

Quanto aos salários, vimos que eles são destinados principalmente a algumas necessidades básicas dos professores tais como habitação, saúde e transporte e que, em muitos casos, não corresponde à intensidade do trabalho por eles realizado. Deste modo, a precarização deste trabalho também se reflete nos salários que, além de baixos em relação às exigências de comprometimento, esforço e dedicação do trabalho docente, é caracterizado pela incerteza advinda da impossibilidade de renovação dos contratos de trabalho por período superior a dois anos.

Analisamos também que a falta deste salário pode comprometer significativamente a qualidade de vida dos professores substitutos, haja vista que ele supre necessidades fundamentais, permitindo a este trabalhador reproduzir-se enquanto classe trabalhadora.

Em relação à intensidade do trabalho dos professores substitutos e aos salários que lhes são pagos, houve relação entre a grande quantidade de disciplinas ministradas e a diversidade entre os horários das aulas. Tais fatos exigem um grande investimento no preparo das aulas e o domínio de conteúdos diferentes que o professor deve ter. A intensificação do trabalho intelectual aumenta o nível de responsabilidade e desempenho do professor, podendo implicar na sensação de insegurança. A diversidade de horários de trabalho deixa os professores à mercê do tempo de trabalho, o que compromete o tempo dedicado às atividades não relacionadas àquele.

Os aspectos relativos à saúde dos professores substitutos da Ufes só podem ser devidamente compreendidos a partir da concepção de que o trabalho articula sofrimento e prazer e de que a saúde não é uma condição estável, nem permanente, mas que só é possível por meio da luta pelo equilíbrio da relação entre prazer e sofrimento.

As sensações de satisfação e bem estar no trabalho estão relacionados à autonomia e à liberdade no exercício do trabalho, à liberdade de pensamento e expressão na universidade, à realização com o aprendizado dos alunos, ao fato de poder contribuir para a vida e com a comunidade e o território.

O sofrimento psíquico se expressou nos relatos de cansaço, de ansiedade, de estresse, de preocupação com o futuro, de insegurança, de medo, de sobrecarga de trabalho de indignação diante da precariedade da universidade, de incerteza, angústia e decepção.

Em nossa pesquisa os relatos de sofrimento psíquico foram mais expressivos do que os de adoecimento, haja vista que a maioria dos professores substitutos da Ufes eram jovens e, logo entendemos, que menos suscetíveis às doenças do trabalho. No entanto, sabemos que não podemos estabelecer uma cisão entre a saúde do corpo e a saúde mental, pois nos é necessário entender o aspecto da saúde do trabalhador na sua integralidade e ambas estão intrinsecamente relacionadas. Foi interessante que alguns trabalhadores mesmos conseguiram estabelecer esta relação entre o sofrimento psíquico e a saúde: um professor que relatou a sobrecarga de trabalho conseguiu relacionar a ansiedade e a redução das horas de sono com o ganho de peso, por exemplo.

No entanto, nossa pesquisa também permitiu identificar alguns sintomas físicos, como: dores nas costas, dores nos joelhos, inflamação na garganta e rouquidão. Em relação ao sofrimento psíquico, foram relatados: a depressão, a desvalorização do professor, as sensações de insegurança, cansaço e sobrecarga. O constrangimento do tempo é outro fator que compromete a saúde dos professores substitutos: a sensação de que o tempo é curto ou insuficiente para dar conta do trabalho, que há que se fazer além do permitido pelo tempo, traz intenso sofrimento a estes trabalhadores.

O isolamento e a solidão no trabalho é outro fator relevante no que diz respeito ao sofrimento no trabalho dos professores substitutos. Tendo em vista que alguns participantes da pesquisa relataram que quase não encontram com os outros professores durante o trabalho, que nenhum deles é sindicalizado e que a grande maioria não participa das reuniões das câmaras departamentais, foi possível inferir que os professores substitutos têm seu sofrimento individualizado e o vivenciam de forma isolada, sem articulação com os demais trabalhadores, sem que se pense em alternativas e soluções coletivas para problemas de caráter amplo, mas que lhes parecem individuais.

Acreditamos que esta seja uma consequência do próprio contrato de trabalho temporário, pois a curta passagem pela universidade mina o interesse pela articulação política junto à categoria docente, deixando os homens individualizados frente ao sofrimento.

Iniciamos esta pesquisa, sabemos que não apenas os professores substitutos sofrem com a precarização do trabalho, mas todos os servidores da Ufes e das IFES. Todavia, agora mais do que nunca, a atual conjuntura dá indícios de que cada vez mais, é necessário somar forças para “nadar contra a maré”.

Acontecimentos recentes mostram o acirramento da precarização do trabalho nas IFES. A Portaria nº 50, de 22 de abril de 2015 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que invalidou a quantidade máxima de oito orientandos por orientador nos programas de pós-graduação²⁹, abre a porta para

²⁹ Portaria nº174, de 30 de dezembro de 2014.

maior intensificação do trabalho dos professores destes à medida que não há mais limite da quantidade de orientados/orientador.

As medidas austeras de ajuste fiscal e corte de verbas do governo federal, estimado em mais de nove bilhões de reais do orçamento para a educação neste ano, é um indício do acirramento das contradições que a universidade pública está a vivenciar. A redução das verbas destinadas à educação já causa mal estar na Ufes e tornam as condições de trabalho ainda mais precárias: há falta de materiais, interrupção na contratação de serviços de limpeza e vigilância por falta de pagamento da universidade, bem como dificuldades no custeio de viagens dos professores.

Outras medidas encampadas também neste ano como, por exemplo, os projetos das terceirizações, expressam a tensão que os trabalhadores da universidade enfrentam na defesa da universidade pública, como preconizada pela Constituição Federal de 1988.

Para concluir, a situação de precarização tanto do contrato de trabalho, como da jornada e do salário dos professores substitutos é reflexo da mundialização do capital e da agenda neoliberal que incide na administração das IFES, produzindo formas de contratação e condições de trabalho que degradam a saúde dos trabalhadores.

É um tempo de grandes desafios. Ainda há muito que se conhecer das condições de trabalho nas IFES. O próximo passo é o doutorado. Vamos em frente que a pesquisa é um universo de descobertas.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, G. Apresentação. In: _____. **O trabalho do juiz**. Bauru: Canal 6, 2014, p.9-10.

_____. Prefácio. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). **O avesso do trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras expressões, 2013a, p. 13-18.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013b.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.87-102.

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.229-237, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A precarização estrutural do trabalho em escala global. In: _____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008a. Cap.1, p.103-109.

_____. As formas de padecimento no trabalho (Editorial). **Saúde e Sociedade**: São Paulo, v.17, n.4, p.7-8, 2008b.

ARAÚJO, T. M. de; PARANHOS, I. de S. Interface entre trabalho docente e saúde de uma instituição de ensino superior. In: OLIVEIRA, D. A. **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, Cap.VI, p.103-124.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: PEREIRA, L. C. B; GRAU, N. C. (Orgs.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.107-150.

BATISTELLA, C. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. . In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D'. (Orgs.). **O território e o processo saúde doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p.25-49.

_____. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D'. (Orgs.). **O território e o processo saúde doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p.51-86.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.101, p. 1503-1523, 2007.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 15, n.1, p. 81-100, 2012.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: 15 de julho de 2015.

_____. Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011. Dispõe sobre a constituição de banco de professor equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamente a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7485.htm> Acesso em: 30 de março de 2015.

_____. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art.37 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 9 de dez.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm> Acesso em: 19 de abril de 2014.

_____. Lei nº 9.601 de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a contratação por prazo determinado e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 21 de jan. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9601.htm> Acesso em: 16 de junho de 2014.

_____. **Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde.** Brasília, 17 a 21 de março de 1986. Disponível em: <http://www.abrasme.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=370> Acesso em: 30 de maio de 2014.

_____. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES (...) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 de nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm> Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 2 de dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm> Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

_____. Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 24 de abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 21 de março de 2014.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, J. Saúde da mulher trabalhadora: uma linha de pesquisa indispensável. In: _____. **Saúde, trabalho e modos sexuais de viver**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p.11-31.

CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, E.; SANTOS, T. dos (Coord.) MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Boitempo, 2009, p.251-264.

CARCANHOLO, R. A. Sobre o trabalho produtivo em Marx. In: _____. **Marx, Ricardo e Smith: sobre a Teoria do Valor Trabalho**. Vitória: Edufes, 2012, p.37-80.

_____. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro. In: _____. **Capital: essência e aparência** vol.2. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.81-102.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, R. (org.). **Capital: essência e aparência** vol.1. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.123 – 145.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHAUÍ, M. **A universidade operacional**. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1063&path%5B%5D=1058>> Acesso em: 06 de abril de 2015.

COSTA, A. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, A.; NETO, E. ; SOUZA, G. P. de. **A proletarização do professor**: neoliberalismo na educação. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p.59-100.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v.49, n.1, p.117-126, 2012.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 33, n.3, p.98-104, 1993.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, R (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013, p.55-73.

FRANÇA, P. I. S. de. **O ensino superior e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho:** o impacto da precarização nas relações de trabalho dos docentes no ensino superior em Uberlândia. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FRIGOTTO, G. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, J.; SEVEGNANI, P.. **Universidade e mundo do trabalho.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p.15-40.

GOMES, H. Crítica da utopia do trabalho imaterial como superação da modernidade. 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social. 2014, Vitória. **Anais ENPS** Vitória, 2014.

GRADELLA JÚNIOR, O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo, v. 13, n.1, p.133-148, 2010.

GUARANY, A. M. B. Trabalho docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Educação por escrito,** v.3, n.1, p.26-40, 2012.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade,** n.120, p.609-639, 2014.

IASI, M. L. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: LOURENÇO, E. et al. (Orgs.). **O avesso do trabalho II:** Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 61-83.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho,** São Paulo, v.6, p.79-90, 2003.

LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como processo social. **Revista Latinoamericana de Salud,** México, 2, p.7—25, 1982. Trad. E. D. Nunes.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. In: _____. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 99-144.

LÉDA, D. B. **Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do Estado do Maranhão**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LEMOS, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.spe 01, p. 105-120, 2011.

_____. **Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MACHADO, M. C. **Unidade de professor-equivalente simplificará contratação de professores nas universidades federais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/Bk_pde/professoreq.html>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.131-172.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

MARX, K. A lei enquanto tal. In: _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III**. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1984, Cap. XIII, p.163-176.

_____. Causas contrariantes. In: _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III**. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1984, Cap.XIV, p.177-182.

_____. **Salário, preço e lucro**. Bauru: EDIPRO, 2004.

_____. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.45-50.

_____. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap.5, p.255-275.

_____. Maquinaria e grande indústria. In: _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap.13, p.445-574.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de.; MATTOS, U. A. de O. Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2010, p.195-215.

MERLO, Á. R. C.; LAPIS, N. L. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo contemporâneo: reflexões na interface da Psicodinâmica do Trabalho e da Sociologia do Trabalho. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n.1, p.61-68, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILANESI, K. et al. Sofrimento psíquico em Dejours. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, s/d. Disponível em: <[http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Saude/eixo2/68karinamilan
esi.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Saude/eixo2/68karinamilan esi.pdf)> Acesso em: 17 de junho de 2014.

MINAYO, M. C. de S. Entre voos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade (Introdução). In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 17-27.

MORAES, L. de C. G. O processo atual de financeirização da economia e os impactos sobre o trabalho e a educação na América Latina. In: GOMES, M. T. S. (Org.). **Globalização do conhecimento: uma análise dos impactos econômicos, tecnológicos, sociais e culturais na América Latina**. Uberaba: UFTM, 2011, p.62-81.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. Trabalho, sociedade e valor. In.: _____. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007. Cap.1, p.29-53.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORLETTI, E. **Capitalismo dependente e a desconstrução da universidade pública no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PARTOCKI, E. **Professores substitutos: neoliberalismo e a flexibilização do trabalho**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

PERNA, P. de O. A precarização do trabalho docente em universidades públicas brasileiras. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.16, n.4, p.605-607, 2011.

PINTO, G. A. Gestão global e flexível: trabalho local e adoecido. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.165-181.

PONTES, R. N. A categoria de mediação na dialética de Marx. In: _____. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 27-88.

PRATES, J. C. Planejamento da pesquisa social. **Temporalis**, Brasília, ano IV, n.7, p.123-143, 2003.

PROGESP. **Tabela magistério federal/ Prof. Substituto**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/arquivos/tabelas_salarias/professor-substituto-magisterio-superior-e-ebtt/tabela-prof.-substituto-magisterio-superior-e-ebtt> Acesso em: 24 de julho de 2015.

_____. **Tabela salarial dos cargos de magistério federal.** Carreira do magistério superior. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/arquivos/tabelas_salariais/TABELA%20DOCENTES%20MAG%20SUPERIOR%20FEV09.xls> Acesso em: 24 de julho de 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, D. As classes dominantes. In: _____. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes.** Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSA, M. I. Do governo dos homens: as “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.19, n.64, p. 130-147, 1999.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado Providência.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial: e teoria do valor em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTIM, M. M. do N. **A reforma trabalhista e sindical do Brasil no contexto de contra-reformas neoliberais: flexibilização de direitos ou (des)ajuste social?** 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xamã, 2009.

SOUZA, A. N. de. Professores, modernização e precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013, p.217-227.

TOLFO, S. da R.; FONSECA, J. C.; NUNES, T. S. Assédio moral no trabalho: compreendo algumas consequências. In: COUTINHO, M. C.; FURTADO, O.; RAITZ, T. R. (Orgs.). **Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas.** Florianópolis: ABRAPSO: edições do Bosque CFH/UFSC, 2015, p. 155-171.

VASCONCELLOS, L. C. F. de. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELLOS, L. C. F. de.; OLIVEIRA, M. H. B. de. **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória.** Rio de Janeiro: Educam, 2011, p. 401-422.

ZORZO, E. de S. **A redução do quadro de professores substitutos como pauta de negociação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Negociação Coletiva). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO (PROFESSORES SUBSTITUTOS DA UFES 2013 - 2014)

I - PERFIL

1. Quanto a sua identidade de gênero, você se considera:
 masculino feminino Sem resposta (SR)

2. Qual é o seu estado civil?
 solteiro(a) casado(a) união estável divorciado(a) viúvo(a) SR

3. Qual é a sua faixa etária?
 20 a 25 anos
 26 a 30 anos
 31 a 35 anos
 36 a 40 anos
 41 a 45 anos
 acima de 46 anos
 SR

4. Qual é a sua titulação acadêmica?
 graduação doutorado incompleto
 especialização incompleta doutorado completo
 especialização completa pós doutorado incompleto
 mestrado incompleto pós doutorado completo
 mestrado completo SR

II – JUVENTUDE E TRABALHO

5. Você teve dificuldades para ingressar no mercado de trabalho na sua área de formação?
 não sim SR

- 5.1 Em caso afirmativo, quais dificuldades?
 falta de qualificação
 falta de experiência
 levei mais de 6 meses para ingressar no mercado de trabalho
 levei cerca de 1 ano para ingressar no mercado de trabalho
 levei 2 anos ou mais para ingressar no mercado de trabalho
 não havia concursos abertos
 outro(s).

- 5.2 Caso tenha assinalado a alternativa “outro(s)”, especifique.

6. Você pretende seguir carreira de professor após o encerramento do contrato com a Ufes?

não sim SR

6.1 Caso não, no que pretende trabalhar?

6.2 Em caso afirmativo, que expectativas você tem em relação ao trabalho docente?

- salário
- condições de trabalho
- pesquisa
- extensão
- estabilidade
- outro(s)
- SR

6.3 Caso tenha assinalado “outro(s)”, favor especificar.

III – CONTRATO DE TRABALHO

7. Quanto tempo durou/dura o seu contrato?

- 6 meses 1 ano 1 ano e 6 meses 2 anos SR

7.1 Seu contrato de trabalho foi prorrogado?

- sim não SR

7.2 Se foi, por mais quanto tempo?

- 6 meses 1 ano 1 ano e 6 meses SR

8. Que influências o contrato de substituto tem para sua vida?

- incerteza quanto à renda futura
- ansiedade
- dificuldade nas relações familiares
- sobrecarga de trabalho
- dificuldade de planejar o futuro
- outro(s)
- SR

8.1 Caso tenha assinalado “outro(s)”, especifique.

IV – SALÁRIO

9. Seu salário de professor da Ufes possibilita:

- educação
- saúde
- habitação
- transporte
- lazer
- cultura
- esporte
- SR

10. Você acredita que seu salário de professor corresponde à sua qualificação/capacitação?

sim não SR

11. Sua remuneração corresponde à intensidade do trabalho que lhe é designado?

não sim SR

11.1 Justifique.

12. Em comparação com os salários dos professores efetivos, o que pensa sobre os salários dos professores substitutos?

V- JORNADA DE TRABALHO

13. Qual é a sua carga horária de trabalho semanal?

20h 40h SR

14. Quantas disciplinas diferentes você ministra?

2 3 4 5 ou mais SR

15. Quanto tempo você gasta na ida para o trabalho e no regresso à casa?

até 20 min

de 20 a 40 min

de 40 min a 1:20h

de 1:20h a 2h

acima de 2h

SR

16. Com que frequência costuma trabalhar nos finais de semana e/ou fora do horário do expediente?

nunca

uma vez ao mês ou menos

algumas vezes no mês

algumas vezes na semana

todos os dias

SR

17. Com que frequência você tem a impressão de que trabalha demais e que o tempo não é suficiente para cumprir todas as demandas do trabalho docente?

nunca

uma vez ao mês ou menos

algumas vezes no mês

algumas vezes na semana

todos os dias

SR

18. Com que frequência tem se sentido pressionado com prazos e metas para cumprir?

- nunca
- uma vez ao mês ou menos
- algumas vezes no mês
- algumas vezes na semana
- todos os dias
- SR

19. Em quantos dias da semana você dedica alguma(s) hora(s) à prática de atividades físicas?

- nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- todos os dias
- SR

20. Quantas horas semanais são dedicadas ao lazer, divertimento ou atividades relaxantes?

- nenhuma
- cerca de 2h
- cerca de 4h
- de 5 a 8h
- mais de 8h
- SR

21. Seu trabalho interfere na sua relação familiar?

- sim não SR

21.1 Em caso afirmativo, justifique.

22. Você tem outro trabalho?

- não sim SR

22.1 Em caso afirmativo, qual a carga horária semanal destinada a ele?

- cerca de 10h 20h 30h 40h SR

VI – SAÚDE DO TRABALHADOR

23. Que tipos de sensações e sentimentos o seu trabalho lhe traz? Enumere por ordem de prioridade as sensações de conforto e desconforto.

24. O que no seu trabalho lhe traz insatisfação? Por ordem de prioridade, enumere os três principais fatores.

25. Você teve problemas de saúde nos últimos 6 meses que exigiram tratamento ou cuidado regular?

() não () sim () SR

25.1 Em caso afirmativo, quais problemas?

25.2 Em sua opinião, quais são as causas desses problemas?

26. Seu trabalho pode lhe trazer problemas de saúde?

() não () sim () SR

26.1 Em caso afirmativo, quais? Por quê?

27. Você já tirou licença médica?

() não () sim () SR

27.1 Por quê?

28. Quantas horas de sono você tem numa noite habitual?

() até 4h

() 5h

() 6h

() 7h

() 8h ou mais

() SR

VII – TRABALHO DOCENTE NA UFES

29. É a primeira vez que você trabalha como professor substituto?

() não () sim () SR

30. Há quanto tempo leciona na Ufes?

31. Logo que iniciou seu contrato, você foi apresentado às diretrizes curriculares de forma clara?

() não () sim () SR

32. Quais experiências de trabalho você teve anteriormente?

33. Além do ensino, você teria interesse em trabalhar com pesquisa e extensão na Ufes?

() não () sim () SR

33.1 Em caso afirmativo, explique.

34. As disciplinas que ministra correspondem à sua área de interesse de estudos?

() não () sim () SR

34.1 Caso não, por quê?

35. Quantos alunos você tem em cada disciplina?

- até 20 alunos
- de 20 a 30 alunos
- de 30 a 40 alunos
- de 40 a 50 alunos
- mais de 50 alunos

36. Relate os detalhes do seu cotidiano de trabalho que lhe exigem alto nível de comprometimento.

VIII – CONDIÇÕES DE TRABALHO

37. Como você considera a estrutura física das salas de aula?

- inadequada
- adequada
- excelente

37.1 Justifique.

38. Ao pensar em utilizar recursos tecnológicos para didática (multimídia, laboratórios etc.), quais destas opções melhor exprimem sua realidade?

- a unidade de ensino dispõe de espaços suficientes e adequados para tal fim, e NUNCA temos dificuldade de conseguir reservar espaços;
- ÀS VEZES temos dificuldade de conseguir reservar espaços;
- FREQUENTEMENTE temos dificuldade de conseguir reservar os espaços;
- SR

39. Você tem disponibilidade de uma sala de trabalho?

- não sim SR

39.1 Em caso afirmativo, como a considera? Justifique.

40. Tem acesso a bibliotecas com adequado acervo no que diz respeito à bibliografia necessária às suas disciplinas?

- não sim SR

IX – RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO

41. Quais os principais desafios e oportunidades encontrados cotidianamente no seu trabalho?

42. Como a sua condição de substituto influencia nas relações de trabalho com os demais docentes?

43. Como a sua condição de substituto influencia no relacionamento com os alunos?

X – DIMENSÃO POLÍTICA DO FAZER DOCENTE

44. Você participa das reuniões da Câmara do seu departamento?
() sim () não () SR

44.1 Caso não, por quê?

45. Você conhece a Associação dos Docentes da Ufes (Adufes)?
() sim () não () SR

45.1 Caso conheça, a Adufes te representa?
() sim () não () SR

45.2 Por quê?

46. No que diz respeito à temática abordada para este questionário, o que mais você gostaria de dizer?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde

O/a Sr.(a) foi convidado(a) para participar da pesquisa intitulada Precarização do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador: os professores substitutos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que tem como objetivo analisar a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes, entre os anos 2013 e 2014, e seus desdobramentos sobre a saúde destes trabalhadores, em termos de sofrimento psíquico e/ou adoecimento.

Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento o questionário semi estruturado sobre o tema da pesquisa, ficando o/a Sr. (a) à vontade para responde-las ou não.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados poderão ser utilizados como resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas, nas quais seu nome não será divulgado.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas do questionário aplicado pela pesquisadora. O/a Sr.(a) não terá nenhum custo, nem quaisquer compensações financeiras. Quanto aos riscos, a pesquisa poderá sinalizar alguns problemas nas relações de trabalho.

Sua participação é opcional, de escolha sua, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar, assim como retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição, para os quais forneceu seus dados.

O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento para a área de Serviço Social, em especial no que se relaciona à relação trabalho - saúde.

O Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e email do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos sua participação.

Nome Pesquisador Principal:

Dayeny K. C. Sabino Braga

Tel: (27) 99917 0676

E-mail: dayeny_kcs@hotmail.com

Nome do Orientador:

M^a Madalena do N. Sartim

Tel: (27) 98122 4094

E-mail: madalenasartim@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES, campus Goiabeiras

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Campus Universitário de Goiabeiras

Avenida Fernando Ferrari, s/n, Vitória – ES

CEP: 29060-970

Tel: (27) 40097840

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Vitória, ___ de _____ de 20__.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

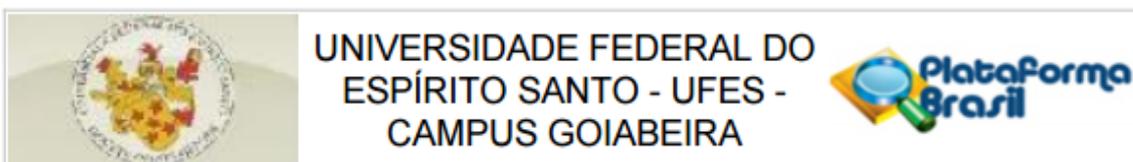
Sujeito da Pesquisa: _____

(assinatura)

Pesquisador : _____

(assinatura)

ANEXO I



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Precarização do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador: os professores substitutos da UFES.

Pesquisador: Dayeny Karyne Cordeiro Sabino Braga

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36163914.8.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 926.955

Data da Relatoria: 11/12/2014

Apresentação do Projeto:

A categoria central de análise é a precarização do trabalho, não como um fenômeno inédito, mas levando em consideração que a precarização é inerente ao trabalho assalariado, principalmente na América Latina e, logo, no Brasil enquanto um país periférico, de economia dependente dos centros decisórios do sistema capitalista.

Desse modo, o estudo busca analisar são as novas determinações da precarização sobre o trabalho assalariado, especialmente sobre o trabalho dos docentes substitutos da Ufes. O processo saúde doença, assim como o sofrimento psíquico são entendidos a partir de uma perspectiva histórica, nas quais estão envolvidas determinadas cargas de trabalho e desgaste que comprometem a saúde dos professores substitutos, podendo inclusive apresentar sinais inespecíficos de adoecimento e sofrimento psíquico no trabalho, onde se evidencia a relação entre prazer e sofrimento, resistência e adoecimento. Para tanto será utilizado o método crítico dialético que requer ir além da aparência imediata do fenômeno apreendendo a essência, isto é, a estrutura e a dinâmica do objeto. Requer que esteja em contínuo movimento, perpassando a multiplicidade de aspectos que constituem a totalidade deste fenômeno, como: a precarização refletida nas relações de trabalho, nos contratos temporários de trabalho, nas condições de trabalho, no conteúdo deste trabalho, na jornada de trabalho e nos salários, além da intensificação do trabalho

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

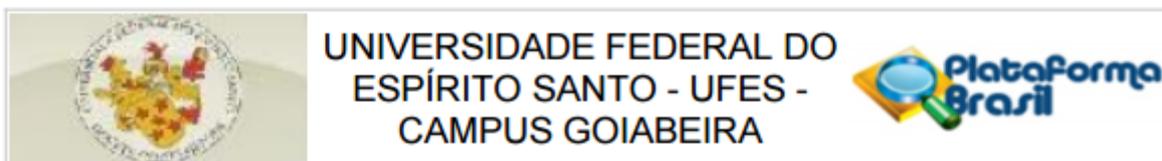
CEP: 29.090-075

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)4009-7840

E-mail: thiago.moraes@ufes.br



Continuação do Parecer: 926.955

docente, a avaliação do trabalho docente via métodos de cunho exclusivamente quantitativos, o incentivo à competitividade entre os próprios trabalhadores, a alienação do trabalho, etc.

Além da revisão de literatura (estudo bibliográfico), a pesquisa se dará mediante o estudo dos Planos de Atividades Docente (PAD) e aplicação de questionários. Os questionários objetivam saber o que pensam os trabalhadores a respeito de seu trabalho, suas impressões acerca da precarização refletida nos seus contratos de trabalho, jornadas, salários, no conteúdo do seu fazer profissional, nas relações sociais nas quais se inscrevem e os reflexos disso na sua saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário

Analisar a precarização do trabalho dos professores substitutos da Ufes, entre os anos 2013 e 2014, e seus desdobramentos sobre a saúde destes trabalhadores, em termos de sofrimento psíquico e/ou adoecimento.

Objetivo Secundário:

Aprofundar o estudo a precarização das relações sociais subjacentes ao trabalho dos professores substitutos na Ufes; Identificar a precarização da força de trabalho dos professores substitutos na Ufes a partir da modalidade de contratação temporária e em termos salariais; Conferir visibilidade à condição de saúde/bem estar dos professores substitutos da Ufes, relacionando-a ao seu processo de trabalho.

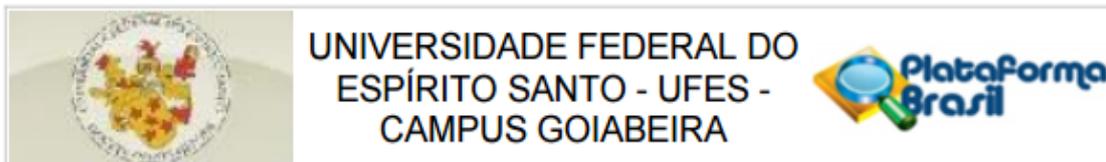
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O Projeto informa que a pesquisa não oferece riscos.

Em relação aos benefícios, o projeto registra que:

Produção de conhecimento: esta pesquisa buscará evidenciar os reflexos da precarização no conteúdo do trabalho docente na Ufes, isto é, no fazer profissional destes trabalhadores. Os resultados da pesquisa serão acessíveis aos sujeitos participantes, o que pode servi-lhes para maior conhecimento de seu trabalho na condição de substituto na instituição, ou mesmo para fomentar maior discussão e organização política destes junto à Adufes, reivindicando também condições de trabalho dignas que lhes preservem a saúde.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.090-075
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)4009-7840 **E-mail:** thiago.moraes@ufes.br



Continuação do Parecer: 926.955

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta fundamentação teórica coerente, é relevante no nível científico e social, e está estruturada no aspecto metodológico e ético.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos: adequado (com carimbo)
- 2) Projeto de Pesquisa: Apresenta um projeto completo com toda sua estrutura básica e apresenta corpo teórico necessário como um dos componentes básicos de sustentação para uma pesquisa científica.
- 3) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido: de acordo com a legislação vigente.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

VITORIA, 26 de Dezembro de 2014

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
 (Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.090-075
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)4009-7840 **E-mail:** thiago.moraes@ufes.br